



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**LUIZ CARLOS HAULY**

Deputado Federal

PSDB/PR

# DE ECONOMIA À POLÍTICA COLETÂNEA

*Artigos do Deputado Federal Luiz Carlos  
Haully publicados na página do PSDB, Jornal  
da Câmara, jornais do Paraná e outros.*

**Centro de Documentação e Informação  
Coordenação de Publicações  
BRASÍLIA – 2005**

CÂMARA DOS DEPUTADOS  
**52ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa**  
SÉRIE  
**SEPARATAS DE DISCURSOS, PARECERES E PROJETOS**  
**Nº 216/2004**

## Sumário

	<b>Pág.</b>
Apresentação.....	7
Uma guerra não declarada, mas inevitável .....	9
A penúria dos municípios .....	12
O Brasil e o narcoterrorismo .....	14
A “ditadura do PTariado” .....	17
“Hay que endurecer” .....	19
O otimista e a realidade .....	22
A missão do PSDB .....	24
O Frankstein tributário .....	25
O sinal de alerta .....	28
A vitória do pragmatismo .....	29
O “retiro espiritual” de Lula .....	32
Enfim, um projeto de reforma agrária .....	34
A rendição à “herança maldita” .....	39
A morte das ilusões .....	41
A sombra que paira sobre o PT .....	42
A vitória de Pirro .....	44
Muito circo e pouco pão .....	46
A inveja de Goebels .....	48

A Alca e a espada de Dâmocles .....	50
Por que ser oposição .....	52
Um ato de respeito à Bandeira Nacional .....	54
O sultão de Garanhuns .....	55
Lições da História .....	58
A necessária reforma da ONU .....	60
O Itamaraty em seu labirinto .....	62
A ponta do <i>iceberg</i> .....	64
O baile dos sem-máscara .....	66
O primeiro-filho .....	67
Os prejuízos de uma obsessão .....	69
A força e a demagogia .....	70
A submissão ao crime .....	72
O impasse da América Latina .....	74
Por uma urgente reforma .....	76
Muito além do jardim .....	78
Pela responsabilidade eleitoral .....	80
A vitória de Bin Laden .....	82
Agressão à cultura .....	85
Um crime de lesa-pátria .....	87
Dispostos a tudo .....	89
“Semancol e memorex” .....	91
Segurança, o desafio nacional .....	93
A vitória da ideologia .....	95
O PT e o “Grande Irmão” .....	97

	<b>Pag.</b>
A “novilíngua” do ex-guerrilheiro .....	99
A bomba-relógio .....	102
Chávez e o declínio latino-americano .....	104
Em defesa do Ministério Público .....	106
O império do terror .....	109
Bush e a compaixão .....	110
O reconhecimento do PSDB .....	112
A primeira geração .....	114
Prefeitos, pobres prefeitos .....	116
O Mercosul em seu labirinto .....	118



## **Apresentação**

No exercício da atividade parlamentar, somos instados a nos manifestar sobre temas de interesse regional, nacional e internacional. Em função dessa demanda, produzi artigos denunciando desde a constante situação de penúria dos municípios à atuação incoerente do atual Governo, passando pela responsabilidade dos parlamentares na construção do País e em nossas relações internacionais, mais especialmente aquelas que nos envolvem mais proximamente – a exemplo do Mercosul e do tratado de livre comércio com os países das Américas.

Neste trabalho apresento a soma de todos esses artigos, já publicados em jornais de circulação regional, estadual ou nacional ou em jornais eletrônicos. Não são trabalhos inéditos. Eles revelam o pensamento do parlamentar e a nossa rotina de sistematicamente acompanhar os fatos que ocorrem no Brasil e no mundo.

*Luiz Carlos Haully*

PSDB – PR

[www.haully.com.br](http://www.haully.com.br)

[dep.luizcarloshaully@camara.gov.br](mailto:dep.luizcarloshaully@camara.gov.br)



## **Uma guerra não declarada, mas inevitável**

A maioria esmagadora dos quase 5.600 municípios brasileiros está, mais uma vez, com o chapéu nas mãos. E com as armas em punho. Reivindica, com justiça, maior participação no bilionário bolo tributário que a União, mais do que nunca, reluta em dividir e, também mais do que nunca, pretende aumentar. Contrariando o movimento crescente dos prefeitos, que encontraram em vários governadores, entre eles o de Minas Gerais, Aécio Neves, meu companheiro de PSDB, parceiros importantes nesta cruzada, o Governo Federal tem dado sinais inequívocos de que não está disposto a abrir mão da sua colossal fatia orçamentária.

A proposta, por exemplo, de incluir no projeto de reforma tributária o aumento da partilha com estados e municípios na CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) é rejeitada tanto pelo Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, quanto pelo relator da reforma, Deputado Virgílio Guimarães (PT – MG). A posição dos dois, no entanto, contraria a postura histórica do PT, que desde sua fundação, há pouco mais de 20 anos, fez da causa municipalista uma de suas principais bandeiras.

A intransigência do Governo neste item importante da reforma tributária desperta, desde já, forte animosidade entre prefeitos e governadores. É de se esperar, portanto, uma dura batalha pela frente. A União dispõe no Parlamento de um exército poderoso, e cada vez mais sedento de benesses em troca de apoio às teses do Executivo, para defender sua causa – e isto ficou evidenciado durante o atabalhoado e precipitado processo de aprovação da reforma da Previdência –, mas paradoxalmente, está fornecendo farta munição a milhares

de prefeitos e dezenas de governadores cada vez mais decepcionados, e com razão, com a administração federal.

O Governo petista não pode subestimar a força de prefeitos e governadores, que tanto defendia antes de tomar o poder e, menos de oito meses após ocupar o Palácio do Planalto, tanto despreza hoje, assim como a outras causas cuja defesa tornaram possível a vitória nas últimas eleições. A CPMF, que recolheu aos cofres públicos R\$20 bilhões no ano passado, é uma receita à qual os atuais detentores do poder não pretendem renunciar. A perenidade de uma contribuição originariamente provisória é inquestionável, pelo menos enquanto o PT estiver no poder.

Para manter o nível atual de arrecadação deste imposto, o Governo precisará renovar a alíquota que, por força de lei, será reduzida a partir do ano que vem dos atuais 0,38% para 0,08% de qualquer movimentação financeira. E somente conseguirá isto se tiver o respaldo do Parlamento. E o Parlamento, neste como em outros itens da reforma tributária em gestação, sofrerá inegável pressão de prefeitos e governadores. A guerra, portanto, é inevitável embora ainda não tenha sido tecnicamente declarada. Para sair-se honrosamente dela, ou o Governo cede e aumenta a participação de estados e municípios no bolo tributário – incluindo-se aí a CPMF – ou corre o sério risco de assistir ao desmoronamento do castelo de areia em que está se transformando seu projeto de reforma tributária.

Apresentei mais de 400 emendas ao projeto original, de autoria do Governo. Algumas delas referem-se especificamente aos municípios e, se aprovadas, irão beneficiar todos, mas principalmente pequenos e médios, os mais prejudicados pelo *status quo* tributário, concentrador e injusto. Afinal, não é possível mais compactuar a situação deplorável que atinge pelo menos 70% dos municípios brasileiros que, em conseqüência de sua minguada arrecadação, dependem para sobreviver das transferências da União, que, por sua vez, apresentam tendência irreversível de queda. A União não pode continuar concentrando – e, o que é pior, manifestando o desejo de abocanhar parcela ainda maior do bolo – 60,39% do total dos tributos.

Afinal, o Brasil é ou não um Estado federalista? É o que estabelece a Constituição. Na prática, porém, a atual subserviência e

dependência de estados e municípios ao Governo Central clamam, com urgência, por uma revisão do pacto federativo. E uma das exigências da necessária revisão deste pacto é tornar tanto estados quanto municípios, se não auto-suficientes num primeiro momento, o que seria ideal, pelo menos com menor dependência financeira do Governo Federal.

Para atenuar esta dependência, proponho em minhas emendas que estados e municípios tenham direito a 30% – e não mais a 25%, como ocorre hoje – do total do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) e do ISS (Imposto sobre Serviços), dois tributos que sugiro serem transformados e absorvidos pelo Imposto Seletivo. O novo imposto – e as limitações de espaço deste artigo não permitem que me aprofunde em sua descrição – simplificaria radicalmente o sistema tributário nacional e, ao mesmo tempo em que contribuiria para aumentar a arrecadação, desoneraria o sistema produtivo, dando, assim, um forte impulso na retomada do desenvolvimento econômico.

Aumentando sua fatia neste bolo e num bolo que tenderia a crescer, os municípios, tanto grandes quanto médios e pequenos, teriam significativamente mais recursos para custear não só seus serviços básicos como para financiar projetos de infra-estrutura.

Minha outra proposta é que a União transfira aos municípios a responsabilidade de arrecadar e fiscalizar todos os impostos relativos à propriedade. O IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis) ficam hoje integralmente com os municípios, mas eles só beneficiam os médios e grandes, já que, para os pequenos, esses tributos praticamente nada interferem em suas contas, pois são irrisórios.

Outros três tributos, no entanto, seriam de extrema valia para reforçar os caixas municipais, caso a União – e nestes casos também os estados – renunciasse à sua participação neles. Esses tributos são o IPVA (Imposto sobre Veículos Automotivos), ITCMD (Imposto de Transmissão por *Causa Mortis* e Doação) e ITR (Imposto Territorial Rural). Os dois primeiros são compartilhados em proporção igual entre estados e municípios; o terceiro, entre a União e os municípios, também em igual proporção.

Esses tributos, caso passassem integralmente para a responsabilidade municipal, representariam uma transferência anual de R\$5 bilhões para os municípios brasileiros. Isto representa um quarto do total arrecadado com a CPMF em todo o País. Receita que, inegavelmente, contribuiria para a geração de empregos, atenuando, assim, a degradante condição social de milhões de brasileiros que o Governo petista um dia prometeu ajudar.

*Publicado: [www.psdb.org.br](http://www.psdb.org.br)*

## **A penúria dos municípios**

As prefeituras do País, especialmente as do Paraná, Estado que represento com orgulho no Congresso Nacional, não podem mais continuar convivendo com a situação de extrema dependência financeira em relação ao Governo Federal. Esta contingência atinge mais duramente os pequenos municípios, incapazes de sobreviver com receita própria.

Devido a esta dependência estrutural e à diminuição circunstancial dos recursos repassados pela União, sobretudo do FPM (Fundo de Participação dos Municípios), que atingiu recorde histórico de redução no mês de julho, cerca de 200 municípios – praticamente a metade dos 399 existentes no Estado – reduziram drasticamente seu expediente e fizeram cortes significativos no custeio de serviços básicos.

A situação de penúria que atinge a maioria dos municípios do estado levou o Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, Joarez Lima Henrichs, a ameaçar declarar uma moratória. Débitos junto aos Governos Estadual e Federal poderão ser suspensos por prazo indefinido. Esta possibilidade, que deverá ser oficializada – ou não – no dia 25 deste mês, revela a gravidade da situação financeira dos governos municipais.

Além da redução dos repasses do FPM – 27% em junho em relação a maio e 16% em julho em relação ao mês anterior –, os municípios tiveram de arcar com despesas que não estavam previstas em

seus parques orçamentos, entre elas o transporte de 192 mil alunos da rede estadual de ensino. Isto porque o Governador Roberto Requião, no rastro da moratória decretada no início de sua gestão, suspendeu esses pagamentos – que são de responsabilidade exclusiva do Estado – e reluta em normalizá-los.

A dependência estrutural dos municípios em relação à União a que me referi no início deste artigo é ainda agravada pela voracidade do Governo Federal sobre o bolo tributário. Em 1992, os municípios brasileiros dispunham de 18,5% do total arrecadado pela União; este ano, terão de se contentar com 14,8%. As informações são do Instituto Brasileiro de Administração Pública. E o projeto de reforma tributária elaborado pelo Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva prevê uma concentração ainda maior de recursos pelo Governo Federal.

Esta intenção não pode ser aceita pelo Congresso.

Apresentei mais de 400 emendas ao projeto original da reforma tributária. Algumas delas referem-se especificamente aos municípios e, se aprovadas, irão beneficiar todos, mas principalmente pequenos e médios, os mais prejudicados pelo *status quo* tributário, concentrador e injusto.

Proponho que estados e municípios tenham direito a 30% – e não mais a 25%, como ocorre hoje – do total do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) e do ISS (Imposto sobre Serviços), dois tributos que sugiro serem transformados e absorvidos pelo Imposto Seletivo. O novo imposto – e as limitações de espaço deste artigo não permitem que me aprofunde em sua descrição – simplificaria radicalmente o sistema tributário nacional e, ao mesmo tempo em que contribuiria para aumentar a arrecadação, desoneraria o sistema produtivo, dando, assim, um forte impulso na retomada do desenvolvimento econômico.

Minha outra proposta é que a União transfira aos municípios a responsabilidade de arrecadar e fiscalizar todos os impostos relativos à propriedade. O IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis) ficam hoje integralmente com os municípios, mas eles só beneficiam os médios e grandes, já que, para os pequenos, esses tributos praticamente nada

interferem em suas contas, pois são irrisórios.

Outros três tributos, no entanto, seriam de extrema valia para reforçar os caixas municipais, caso a União – e nestes casos também os estados – renunciasse à sua participação neles. Esses tributos são o IPVA (Imposto sobre Veículos Automotivos), ITCD (Imposto de Transmissão por *Causa Mortis* e Doação) e ITR (Imposto Territorial Rural). Os dois primeiros são compartilhados em proporção igual entre estados e municípios; o terceiro, entre a União e os municípios, também em igual proporção.

Esses tributos, caso passassem integralmente para a responsabilidade municipal, representariam uma transferência anual de R\$5 bilhões para os municípios brasileiros. Aumentando sua fatia no bolo tributário, os municípios, tanto grandes quanto médios e pequenos, teriam significativamente mais recursos para custear não só seus serviços básicos como para financiar projetos de infra-estrutura, de grande alcance social.

*Publicado: Jornal da Câmara (18-9-2003), Jornal Hoje, de Cascavel (13-9-2003) e revista Cidades do Brasil, O Impacto (9/2003), Jornal Londrinense (9/2003).*

## **O Brasil e o narcoterrorismo**

Um fato curioso, e benéfico sob todos os aspectos, tem caracterizado a política externa brasileira nos últimos meses: o assessor especial da Presidência para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia, enfim optou – ou foi induzido a optar – pela discrição, conduta que deveria ter adotado desde que assumiu este cargo esdrúxulo.

O cargo é esdrúxulo porque, pela primeira vez na História republicana do País, a um não-diplomata é atribuído o poder de orientar o pensamento do Presidente da República em questões vitais de política externa e, conseqüentemente, influir direta ou indiretamente na condução dessa política pelo órgão constitucionalmente competente, o Ministério das Relações Exteriores.

Mantendo-se em “obsequioso silêncio”, atitude que o Vaticano impõe aos religiosos que desafiam os dogmas e os ensinamentos tradicionais da Igreja, Garcia tem causado alívio não só aos experientes diplomatas do Itamaraty, como evitou que o País continuasse enfrentando os dissabores que enfrentou no início da atual administração por causa de suas intervenções malsucedidas e ambíguas.

O comando da política externa brasileira dá, assim, sinais de ter voltado para onde jamais deveria ter saído, a Casa de Rio Branco. Esta instituição centenária, no entanto, é subordinada – e não poderia ser de outra forma – à Presidência da República, que traça os objetivos imediatos de política externa. Compete ao Itamaraty conciliar as diretrizes momentâneas do Governo de turno à tradição da diplomacia brasileira, caracterizada por sua eficiência e discricão, e isto tem sido feito ao longo de sua história de maneira exemplar.

As estrepitosas intervenções do Sr. Marco Aurélio em assuntos externos brasileiros infelizmente ainda contaminam o Itamaraty, e nem a experiência consolidada do ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, que ocupa o cargo pela segunda vez, foi capaz de exorcizá-las. Diplomata talentoso que é, o ministro não poderia, pelo menos publicamente, indispor-se com um assessor do seu superior imediato, o Presidente da República, correndo o risco de, na eventualidade de confrontá-lo, confrontar o próprio chefe de Estado.

Uma das “heranças” do período de exposição acintosa do Sr. Marco Aurélio é a ambigüidade brasileira em relação ao conflito colombiano. O Governo do país vizinho tem insistido para que o Brasil reconheça as autodenominadas Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) como grupo terrorista.

O apelo foi reiterado pelo Presidente Álvaro Uribe durante encontro com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Brasília, ocorrido em março. Em vão. No comunicado conjunto assinado pelos dois mandatários, o Brasil se compromete a ajudar, em seu território, a Colômbia na repressão ao tráfico de drogas e ao “terrorismo”, evitando, porém, reconhecer que as Farc pertençam a esta segunda categoria de organização criminosa.

Se acatasse ao apelo do vizinho, o Brasil teria de reprimir a ação desse grupo em seu território, perseguir e deter seus membros e

seqüestrar os bens, incluindo contas bancárias, que eventualmente possuíssem no País.

A posição brasileira foi explicada algumas semanas depois do encontro dos dois presidentes pelo Sr. Marco Aurélio, em audiência, convocada por mim na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara Federal. Segundo ele, se adotasse tal procedimento, o Brasil correria o risco de “descredenciar-se” a mediar futuramente o conflito no País vizinho e fechar o canal de comunicação com os guerrilheiros que um dia, também segundo ele, poderão chegar ao poder na Colômbia. Além disso, o assessor do Presidente disse que o Brasil não poderia favorecer, caso se curvasse ao desejo colombiano, a “internacionalização do conflito”.

Ora, o conflito colombiano já é internacional, como comprovam os investimentos bélicos e em recursos humanos que os Estados Unidos estão fazendo na Colômbia e as contínuas escaramuças, quando não conquista de parcelas de território, que as Farc fazem na Venezuela e Equador, dois países limítrofes. E o Brasil é também vítima dessa “internacionalização”. Em julho, uma “missão diplomática” francesa entrou ilegalmente na Amazônia para resgatar a ex-Senadora colombiana-francesa Ingrid Betancourt, seqüestrada pelas Farc há um ano e meio. A operação foi um fiasco sob todos os aspectos, tanto da parte dos franceses, que não puderam concretizar o resgate previamente combinado com os seqüestradores, quanto por parte do Brasil, que não reagiu à altura, enviando apenas um protesto formal a Paris, a uma violação ostensiva do seu território por um grupo de estrangeiros que utilizou em sua viagem um avião militar de grande porte, como é o Hercules C-130.

A desastrada missão francesa revelou, contudo, o que o Governo brasileiro não quer admitir: as Farc já operam em nosso território há muito tempo. Pois a ex-senadora seria entregue por seus algozes em território brasileiro, em alguma região não determinada entre São Paulo de Olivença e Tabatinga, no Amazonas, a dezenas de quilômetros da fronteira colombiana.

Outra intromissão ostensiva das Farc no Brasil é por meio do tráfico de cocaína, atividade a que se dedica com afincos para financiar

suas atividades. Pois Fernandinho Beira-Mar, o mais famoso traficante brasileiro, não foi preso na Colômbia por negociar com as Farc armas por cocaína? Beira-Mar continua detido no presídio de segurança máxima de Presidente Bernardes, mas a organização que continua comandando é responsabilizada pelo fornecimento de cocaína para o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, os três principais estados brasileiros, que consomem mais de 60% da cocaína produzida na Colômbia.

E quem são os fornecedores desta organização criminosa? As Farc.

As Farc existem há quase quatro décadas e sua história pode ser dividida em três fases: a guerrilheira, que adotou em sua origem e que conservou por mais de duas décadas; a narcotraficante, que assumiu após o esfacelamento dos cartéis de Cali e Medellín, no início da década de 90; e a narcoterrorista, que a caracteriza após uma série de atentados em grande escala, iniciado com a explosão, no início deste ano, de um carro-bomba diante de uma discoteca em Bogotá, que deixou dezenas de mortos e feridos.

O Governo brasileiro não pode continuar se omitindo. A eloquência dos fatos exige uma ação eficaz e urgente para coibir as ações desta organização narcoterrorista em nosso território. Aproveitando a fase *low-profile* do Sr. Marco Aurélio, o Governo poderia e deveria tomar ações mais enérgicas. O conselho vale para o Itamaraty.

*Publicado: página PSDB*

## **A “ditadura do PTariado”**

O Partido dos Trabalhadores levou ao ar segunda-feira (8) propaganda institucional para enaltecer, entre outras virtudes que atribui a si próprio, o “jeito PT de governar”. Como se tratava de propaganda – e a essência da propaganda é o elogio –, não poderia haver espaço, e muito menos motivação, para que o partido explicitasse o que, afinal, é esse tal “jeito PT de governar”.

Passados oito meses desde que assumiu a Presidência, o “jeito” petista de governar está se tornando, porém, cada vez mais nítido. Uma de suas manifestações contundentes é a ocupação desenfreada dos cargos comissionados por integrantes do partido, a maioria sem qualificação para a função, o que já caracteriza o maior butim da máquina pública da história republicana nacional.

Falar em fisiologismo, prática infelizmente arraigada no processo político brasileiro, é atenuar a voracidade que o PT vem demonstrando em ocupar todos os postos, estratégicos ou não, do Governo. O comportamento do partido, que marcou sua trajetória política condenando essa prática, evoca a triste lembrança da extinta União Soviética, onde somente os filiados do Partido Comunista eram autorizados a ocupar postos públicos.

A esquerda brasileira, felizmente, jamais conseguiu implantar a “ditadura do proletariado”, princípio sagrado do marxismo que tomou corpo e alma nos “soviets”, a base do Governo comunista. O PT adaptou esse princípio ao seu “jeito de governar” e instituiu a “ditadura do PTariado” – somente seus quadros são credenciados a ocupar os cargos comissionados, aqueles que não dependem de concurso.

A Casa Civil, que coordena o processo de “seleção” dos pretendentes a esses cargos, acaba de revelar a extensão da infiltração do partido na máquina pública: dos 21 mil cargos em comissão, 15 mil estão em poder de petistas. Poderíamos nos consolar imaginando que os seis mil restantes estivessem ocupados por profissionais capacitados para a função, mas não – esses cargos não foram ainda ocupados, e estão destinados aos petistas, é claro.

O “jeito PT de governar” vai ainda mais longe, conforme revela a revista *Vêja* em sua edição do dia 10: quer entronizar seus militantes em mais 19 mil cargos remanejáveis! Total do butim: 40 mil cargos que, além de consolidar a “ditadura do PTariado” no coração do Estado, irá enriquecer os cofres do partido (que cobra comissão sobre o salário de seus integrantes), tornando-o o mais rico dos partidos políticos. Não há nenhum partido que possa comparar suas finanças às do PT. Até as eleições municipais do ano que vem, o PT, calcula a *Vêja*, terá amealhado R\$30 milhões em comissões.

Os efeitos da “ditadura do proletariado”, que têm a História como principal testemunha, foi a intolerância, a perseguição a todos aqueles que não compactuavam com a doutrina e a práxis do partido dominante. Tal aparelhamento do Estado custou, além de milhões de vítimas, anos de subdesenvolvimento à Rússia e demais países que compunham a União Soviética – que, 70 anos depois da introdução do Governo comunista, sucumbiu ao peso extraordinário da máquina estatal, sendo sepultada sob seus escombros.

Que Deus nos livre de destino idêntico!

*Publicado: página PSDB*

### **“Hay que endurecer”**

“Hay que endurecer pero sin perder la ternura jamás” (Che Guevara)

A diplomacia brasileira demonstrou no recente encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizado em Cancún, México, sua força, habilidade e capacidade de liderança.

Ao comandar o bloco de 23 países que se insurgiram contra as barreiras alfandegárias que as nações ricas teimam em manter em relação às exportações agrícolas dos países emergentes, o Brasil lançou a pedra fundamental da necessária revolução das regras do comércio internacional.

Os desdobramentos do impasse criado em Cancún pelo bloco dos 23 são imprevisíveis a curto e médio prazos. Seria simplista demais imaginar que os países ricos se curvem nos próximos meses e mesmo dentro de poucos anos à pressão dos emergentes. Mas quando – e se – isto acontecer, todo o mundo sentirá rapidamente os efeitos benéficos desta mudança.

Mudança que equivalerá a uma revolução econômica, pois a retirada das barreiras aos produtos agrícolas dos países emergentes irrigará U\$135 bilhões anualmente em suas economias. A esta revolução econômica sucederá, caso estes recursos sejam bem administrados e bem distribuídos, uma mais que bem-vinda revolução social.

O Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem dado ênfase à política externa, aproveitando-se da herança do seu antecessor Fernando Henrique Cardoso, que, com seu carisma, bom trânsito nos organismos internacionais e desenvoltura intelectual, consolidou o prestígio do já prestigioso e eficiente Itamaraty.

Por orientação de Lula, o MERCOSUL – Mercado Comum do Cone Sul, passou a ser um objetivo para países que até há pouco tempo se mostravam arredios à inclusão nesse bloco, como o Peru e a Venezuela. O próprio Presidente se empenha pessoalmente em seduzir agora a Colômbia, objetivo que oficializou durante o recente encontro em Cartagena de Índias com seu colega colombiano Álvaro Uribe.

Há um longo e tortuoso caminho a percorrer, mas a integração econômica de toda a América do Sul deixou o terreno da teoria e das aspirações para se converter num cronograma de intenções e ações concretas.

Depois do encontro, esta semana, com Uribe, Lula se prepara para nova investida externa. Nas Nações Unidas, onde discursará na próxima semana na sessão de abertura da assembléia geral, o Presidente deverá insistir no tema que lhe está abrindo as portas e a angariando a simpatia da comunidade internacional, ou seja, o necessário esforço global de erradicação da fome, flagelo que atinge cerca de 15% da população mundial.

Lula irá anunciar que o seu Governo obteve de empresas multinacionais que operam no Brasil o compromisso de doações generosas para o Fundo Mundial de Solidariedade. Este fundo, criado há pouco mais de um ano por iniciativa da comunidade internacional, até hoje não registrou sequer uma doação. No espaço de pouco mais de uma semana, entre Cancún e Nova Iorque, assistiremos ao Brasil lideran-

do duas iniciativas de alcance mundial: uma na esfera econômica, a pressão dentro da OMC para a liberação do comércio agrícola, outra no campo social, a cruzada global contra a fome.

Há um campo, porém, em que o esforço internacional do Governo Lula está deixando a desejar: o dos direitos humanos.

O Brasil foi um dos raros países a não condenar o Governo do ditador Fidel Castro pela execução sumária, no início do ano, de três dissidentes. Os três enfrentaram o *paredón* exclusivamente por terem roubado uma jangada para fugir de Cuba e encontrar, do outro lado do Caribe, a liberdade negada a toda uma Nação há mais de quatro décadas.

Lula se encontrará com Fidel, em Havana, pouco depois de cumprir seu compromisso nas Nações Unidas. Os dois chefes de Estado cultivam uma simpatia sólida, tanto pessoal como política, e expoentes do Governo brasileiro, entre eles o Ministro-Chefe da Casa Civil José Dirceu, descrevem Cuba como seu “segundo país”, tal a afinidade sentimental e intelectual que têm com o regime de Fidel.

Todo o meritório esforço diplomático que o Governo vem empreendendo corre o sério risco de perder credibilidade – e não há diplomacia que prospere sem esse atributo – se o Brasil continuar se omitindo em relação à sistemática violação dos direitos humanos em Cuba.

Seria pretender demais, no atual contexto político, que o Brasil rompesse relações diplomáticas com Cuba ou mesmo adotasse sanções severas em relação à ilha caribenha. Mas seria mais do que benéfico a seus propósitos internacionais – e à imagem externa brasileira – que Lula, parodiando o prócer da revolução cubana Che Guevara, alertasse Fidel durante sua próxima visita a Havana: “Companheiro, jamais perderei a ternura, mas é preciso endurecer com você”.

*Publicado: página PSDB*

## O otimista e a realidade

“Nunca tantos deveram tanto a tão poucos”

(Winston Churchill, ao homenagear os pilotos britânicos que, durante a Segunda Guerra Mundial, impediram a invasão da Grã-Bretanha pela Alemanha)

As reiteradas declarações de otimismo feitas pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva nos remetem fatalmente à imagem do técnico que anuncia a vitória iminente, o título consagrador, de um time que acumula derrotas sucessivas.

O otimismo de Lula, responsável em grande parte por sua vitória eleitoral, pontua todas as suas declarações desde o início do seu Governo. A aprovação pelo Congresso da reforma da Previdência induziu o Presidente a nova cruzada otimista, ao reforço de um estado de espírito pessoal que ele quer incutir a toda a sociedade.

As recentes “entrevistas exclusivas” e “entrevistas coletivas” que ele convocou atestam o grande esforço do Presidente – e de sua estóica equipe de comunicação – em sobrepor o otimismo ao pessimismo que se dissemina velozmente na sociedade em relação ao seu Governo e ao futuro que esse Governo destina ao País.

A reforma da Previdência, apesar de todas as limitações que lhe foram impostas pela necessidade de conquistar o apoio do Congresso em troca da liberação generosa (e escandalosa) de verbas, foi, inegavelmente, a primeira vitória política do Governo. Os efeitos dessa vitória se fizeram sentir pouco depois na área econômica (a reforma em si só terá reflexos a longo prazo), com a redução pelo Banco Central da taxa básica de juros, a Selic, de 24,5% para 22% ao ano.

Ufa, finalmente, quase oito meses depois da posse de Lula, o Presidente da esperança e do otimismo, produtores, comerciantes, industriais e a sociedade em geral receberam uma notícia positiva do Governo!

Da redução da Selic à concretização do “espetáculo do crescimento” prometido por Lula há, no entanto, uma distância oceânica a vencer. A queda na taxa básica de juros dá algum alento à economia

em frangalhos, mas muito, muito tem de ser feito para que o País possa efetivamente compartilhar do estado de espírito do Presidente e de sua equipe de Governo.

Os números falam por si.

A política econômica e monetária imposta por esse Governo conduziu o País a uma de suas mais graves crises. Segundo o IBGE, a produção industrial caiu 2,6% no segundo trimestre em relação ao primeiro trimestre deste ano, que foi 1% inferior a do último trimestre do ano passado. O PIB encolheu dois semestres consecutivos, o que, para os técnicos, caracteriza a recessão.

O comércio teve um desempenho desolador: recuou 5,5% no primeiro semestre de 2003.

Tamanha retração nestes dois setores básicos da economia manifestou sua face mais cruel no índice de desemprego – que atinge o patamar dramático e histórico de 12,8% da população economicamente ativa, de acordo com o IBGE.

Os reflexos deste drama são inevitáveis, como comprovam o encolhimento da renda dos trabalhadores, de 16% (IBGE), e o aumento significativo dos cheques sem fundo – 16,8 por mil compensados, segunda maior marca desde 1981, quando este comportamento começou a ser aferido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

O mais grave, porém, é o terremoto causado no orçamento familiar, com implicação direta na qualidade de vida da população: o setor do comércio mais atingido pela política monetária imposta pelo Governo petista é o de alimentos ao varejo, que sofreu retração de 6,3% este ano.

O paroxismo a que estes números conduzem é alarmante, pois o Presidente que se propôs – e encontrou nesta proposta a alavanca para o seu êxito nas urnas – a exterminar a endemia da fome está contribuindo para aumentar a fome de milhões de brasileiros.

Todo o País suspirou aliviado com a redução da taxa básica de juros, redução que não poderia ter vindo em melhor hora. Mas há de se observar que, enquanto a Selic foi reduzida de 24,5% para 22% – ela atingiu 26,5% no atual Governo –, outros países constatarem o óbvio, que o “espetáculo do crescimento” somente é viável

com juros baixos. A Argentina, por exemplo, que ressurgiu lentamente do caos, adota juros de 8,2% e até a tumultuada Venezuela, onde se prevê este ano uma inflação superior a 30% – enquanto no Brasil o índice projetado para 2003 é pouco superior a 6% –, os juros são de 16%.

Em seu recente *raid* publicitário, o Presidente afirmou a um grupo de jornalistas convidados que “o pior já passou”. Tomara. Porque, a continuar assim, Lula, e sua equipe de Governo e seus aliados no Congresso merecerão o julgamento nacional de que “nunca tantos se decepcionaram tanto em tão pouco tempo”.

*Publicado: jornal O Berro, de Londrina (9/2003)*

## **A missão do PSDB**

O PSDB realiza nesta domingo convenções no Paraná, consolidando um processo de crescimento que se expressa em números absolutos: o partido está implantado em 370 dos 399 municípios do estado.

Estas convenções municipais marcam o esforço político de apresentar o PSDB como alternativa confiável aos governos municipais, que se renovarão no ano que vem, estaduais e federal, que terão novos representantes em 2006.

O momento político nacional é grave. Oito meses após o início do mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, seu partido – o PT – comprovou com fatos o que muitos temiam: que não tem, nunca teve e não dá sinais de que queira possuir um projeto coerente de Governo; possui, isto sim, um projeto de poder sem limites.

O País enfrenta uma das piores recessões de sua História, com reflexos graves sobre a qualidade de vida da população: o desemprego atinge o patamar histórico de 13%, o consumo cai vertiginosamente, a produção industrial está em forte ritmo descendente. E o Governo

petista reluta em atacar a principal causa do desastre, isto é, baixar os juros a níveis que permitam a retomada do crescimento.

A política *newliberation* do PT mereceu censura até do Presidente da Argentina, Néstor Kirchner, que a considerou rigorosa demais. Kirchner acaba de negociar um novo acordo com o FMI em condições altamente favoráveis a seu país, levando em conta aquilo que Lula prometeu e até agora – o desastre do Fome Zero é apenas a ponta do *iceberg* – só desprezou: a melhoria dos indicadores sociais.

Personagens do primeiro escalão têm protagonizado seguidos lances de inexperiência, desorganização e voracidade em usufruir as benesses do poder. Ministros como Benedita da Silva, da Assistência Social, que viaja com dinheiro público a Buenos Aires para participar de atividades religiosas; Ministros como o da Educação, Cristovam Buarque, que incita estudantes a promoverem atos públicos para reivindicar mais verbas do Governo Federal; ministros como... a lista seria extensa demais, e como os fatos são recentes, deixo aos leitores persistentes a incumbência de completá-la.

O PSDB tem se insurgido contra os desmandos do PT e continuará a fazê-lo, porque considera sua missão, depois de ter ocupado durante oito anos o Governo que lançou as bases da estabilidade econômica e do crescimento sustentado, não permitir que essas conquistas sejam destruídas por interesses políticos e eleitoreiros.

*Publicado: Folha de Londrina (27-2-2004); O Estado do Paraná (26-2-2004); página PSDB*

## **O Frankstein tributário**

Fui um dos dois deputados do Paraná a votar contra a proposta de reforma tributária aprovada na calada da noite do dia 4 de novembro. Não é possível compactuar com o texto original nem com o que acabou sendo aprovado, resultado da indecorosa barganha que o Governo promoveu para obter sucesso em seu propósito. O texto aprovado pela Câmara dos Deputados – a mais importante alteração feita até hoje na Constituição de 1988 – não se caracteriza por uma proposta uniforme, coerente: são tantas as alterações impostas no decorrer das negociações que dele emana um verdadeiro Frankstein tributário.

Combati desde o início a proposta do Governo por entender que o sistema tributário brasileiro é injusto, concentrador de renda e inibidor do crescimento econômico. E o que o Governo pretendia fazer desde o início, e o conseguiu por causa da submissão da Câmara, era agravar ainda mais este quadro por meio do aumento da arrecadação – e não simplificá-la e abrandá-la, como pretendiam todos os que clamavam pela reforma.

Aumentar ainda mais a carga tributária é um contra-senso: o País precisa crescer, e não há crescimento possível com uma carga tributária tão brutal. Nos últimos 15 anos, enquanto o Produto Interno Bruto cresceu 32%, a carga tributária aumentou 60%. Além de desproporcional, tanto em relação ao PIB quanto aos serviços oferecidos à população em retribuição a esses impostos, o sistema tributário brasileiro penaliza a produção e o consumo em vez, como fazem os países mais desenvolvidos, de sustentar-se da renda e dos lucros. Ou seja, além de avançar com avidez sobre quem produz, o sistema brasileiro iguala, na ponta mais lucrativa da arrecadação – o consumo –, ricos e pobres, com maior prejuízo dos segundos, evidentemente, pois é sobre itens básicos, como a alimentação, por exemplo, que os impostos são mais onerosos.

A soma de todos os tributos atingiu no ano passado R\$473 bilhões, ou 35,8% do Produto Interno Bruto. Os impostos sobre a propriedade – IPVA, IPTU, ITCMD, ITBI e ITR – foram responsáveis por 3,16% do total. Os tributos sobre a renda – Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – ficaram com a fatia de 21,3%. E os impostos sobre o consumo e a produção, como o ICMS, Cofins, IPI e ISS – foram responsáveis pela maior parte do bolo tributário, ou seja, 58%. A arrecadação foi completada com a contribuição previdenciária (15,5%).

Estudos indicam, porém, que a carga tributária potencial atinge um patamar muito superior. O Instituto Brasileiro de Pesquisas Tributárias estima que o País tenha uma carga tributária potencial de 51,5% do PIB. Isto quer dizer que cerca de 15% dos impostos legais deixam de ser arrecadados seja por sonegação, elisão, corrupção ou incentivos fiscais. Esse emaranhado de tributos, muitas vezes cumulativos, tornaram o sistema um verdadeiro manicômio tributário, e

os meios de evitar pagá-los entopem todas as instâncias do Poder Judiciário.

Meu projeto substituto global pretende impor racionalidade ao sistema, transferindo a carga enorme de tributos que incidem sobre a produção e o consumo para a renda, e torná-lo mais ágil e eficaz. Proponho a criação de um Imposto de Renda progressivo de base ampliada, a manutenção da CPMF desde que dedutível da contribuição previdenciária patronal e a transferência dos impostos sobre a propriedade para o âmbito municipal. E ainda a eliminação de cinco tributos – ICMS, Cofins, IPI, ISS e IOF – e sua substituição por um imposto seletivo monofásico que seria cobrado na origem sobre 12 itens da economia.

No mínimo, com minha proposta, a arrecadação se manteria no mesmo patamar. Nenhuma instância de poder, federal, estadual ou municipal, sairia perdendo (estados e municípios acabariam arrecadando mais) e ainda teríamos, entre outras vantagens: um crescimento econômico sustentado e em níveis superiores ao atual; diminuição drástica da sonegação, elisão e corrupção e queda acentuada nas demandas judiciais. Com a desoneração de itens de consumo popular – comida, remédios, vestuário, móveis e materiais de construção, entre outros – teríamos uma acentuada expansão do mercado de consumo, que beneficiaria 90% das famílias, provocando, assim, a maior distribuição de renda de nossa História.

O projeto de reforma tributária formulado pelo Governo depende agora do Senado, mas continuarei lutando para que o Franks-tein por ele projetado jamais adquira vida própria. O País não poderá conviver com esse monstro.

*Publicado: Jornal da Associação Comercial de Londrina (setembro/2003)*

## O sinal de alerta

A popularidade interna do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva está caindo e sua imagem externa sofreu o primeiro e grave arranhão motivado por sua inoportuna e inócua viagem a Cuba.

As duas notícias negativas para o Presidente aconteceram quase simultaneamente. No dia 30 de setembro, o Ibope, a pedido da Confederação Nacional da Indústria, divulgou o terceiro levantamento sobre a popularidade do Presidente, constando que, de março – quando foi feita a primeira consulta – a setembro, sua reprovação praticamente duplicou, saltando de 13% para 24%. Em junho, a desaprovação a Lula era de 18%.

Na véspera, intelectuais e artistas renomados juntaram-se, em Paris, aos protestos da organização Repórteres Sem Fronteiras, que havia solicitado, sem êxito, que Lula aproveitasse sua passagem por Cuba para repreender Fidel Castro, seu amigo pessoal, pela mais recente ofensiva contra o exercício dos direitos humanos naquele país. Mais de 30 jornalistas cubanos estão presos e, no início do ano, três jovens foram executados porque tentaram fugir da ilha.

No ato em Paris, chamou a atenção o comentário do escritor e ex-Ministro de Cultura da Espanha Jorge Semprún, que se declarou “totalmente decepcionado e desiludido” com Lula por ele ter desperdiçado a chance histórica de cobrar de Fidel o abrandamento de sua política de repressão à liberdade de consciência e de expressão.

O desgaste da imagem do Presidente em duas frentes simultâneas deve servir de alerta para os estrategistas do Palácio do Planalto. O Presidente e seus auxiliares mais próximos precisam repensar as ações de Governo e agir, de maneira profunda e imediata, na fratura mais exposta da atual administração: a profunda crise que atingiu o País em consequência do rigor fiscal e monetário.

O setor produtivo está exausto, e a intensidade dessa exaustão foi expressa pelo IBGE – na mesma semana fatídica para a imagem presidencial –, que constatou que a proporção dos investimentos do setor produtivo em relação ao PIB é de 17,88%. Este é o pior desempenho desde 1993.

Traduzindo esses números para o dia-a-dia, o IBGE concluiu que, para se chegar aos 4% ou 5% de crescimento econômico anual prometido pelo Governo Lula, a proporção do investimento em relação ao PIB teria de ser de 35%.

E a realidade teve de ser admitida pelo Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles: Os 3,5% de crescimento pretendidos para este ano não passarão de mísero 0,6%. Sem crescimento, não há emprego. Não havendo emprego suficiente – e a abertura de postos de trabalho é uma necessidade urgente –, o descontentamento da população com o Presidente e seu Governo tenderão a crescer e comprometer irreversivelmente sua credibilidade.

O cientista político Rubens Figueiredo, em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, observou que, apesar da queda, a popularidade do Presidente e do seu Governo ainda é alta, e isto deve ser atribuído ao “prestígio” pessoal de Lula. A população, segundo ele, está se afastando lentamente do Governo petista, mas ainda acredita na “sinceridade” do discurso presidencial. O cientista adverte, no entanto, que um Governo não se sustenta por muito tempo ancorado apenas no “prestígio” do seu chefe.

A última pesquisa do Ibope comprova que o “prestígio” de Lula está se dissolvendo. Não há Governo que se sustente quando a população, ou a maior parte dela, perde a confiança em seus representantes. O Governo Lula corre contra o relógio: ou adota ações concretas que revertam à tendência de queda acentuada da confiança da população ou continua apelando para ações de *marketing* vazio. As conseqüências da segunda opção serão trágicas para o País.

*Publicado: página PSDB*

## **A vitória do pragmatismo**

A maior iniciativa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em matéria de política externa não foi nem seus discursos messiânicos proferidos em organizações internacionais nem seu gesto filantropo

de doar, na sede da Organização das Nações Unidas, o prêmio de US\$50 mil concedido pelo Governo espanhol a um fundo mundial de combate à fome.

A mais ampla e abrangente iniciativa do Presidente nesse campo foi exigir que o Itamaraty trabalhe em conjunto com os ministros da área econômica nas cruciais negociações para formalizar a Área de Livre Comércio das Américas – ALCA.

A intervenção de Lula veio tarde, mas não a ponto de comprometer o cronograma das negociações – previstas para estar concluídas em janeiro de 2005 – e, ainda, o que seria trágico para o destino do País, inviabilizar a participação brasileira no mercado comum hemisférico.

O Presidente não conseguiu impedir o vexame que foi a intransigência dos nossos negociadores, que, em Port of Spain, capital de Trinidad e Tobago, conseguiram isolar o Brasil até de seus tradicionais parceiros no Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL). Na recente reunião do Comitê de Negociações Comerciais da Alca, em Port of Spain, os diplomatas do Itamaraty deram uma inequívoca demonstração do quanto a ideologia terceiro-mundista que pautou a postura oficial brasileira naquele encontro está distanciada da realidade e das aspirações comerciais dos países do hemisfério. O Brasil insiste numa Alca reduzida, enquanto os Estados Unidos ganham cada vez mais adeptos para seu projeto de uma Alca abrangente.

Os resultados – ou melhor, a falta de resultados – do encontro de Trinidad e Tobago equivaleram, no campo estritamente comercial, ao desgaste diplomático provocado pela inoportuna e inócua (para nós, não para os governantes cubanos) visita de Lula a seu amigo Fidel Castro, em Havana.

Fidel soube capitalizar, junto a seu público interno, o simbolismo daquele encontro. Mas na imagem que o nosso Presidente estava construindo junto à comunidade internacional, a solidariedade que ele e os ministros que o acompanharam demonstraram ao ditador, sem que se fizesse uma mínima referência pública ao regime de prisão a que o povo cubano é submetido, abriu uma ferida que dificilmente o tempo conseguirá cicatrizar.

Tivemos, assim, dois percalços seguidos na cruzada que o Presidente se atribuiu para ocupar um lugar de destaque no cenário internacional. O isolamento que nos impusemos por nosso comportamento na reunião de Port of Spain é, no entanto, mais grave e poderá ter efeitos mais perversos do que o simbolismo dos abraços cordiais e as lágrimas que o Presidente e seus ministros dispensaram a Fidel Castro.

Os efeitos de Port of Spain se fizeram sentir imediatamente: vários países se desligaram oficialmente do chamado G-20+, o grupo que o Brasil passou a liderar após a reunião da Organização Mundial do Comércio em Cancún, México, no mês passado. O grupo, formado por economias emergentes, foi uma resposta histórica à inflexibilidade dos países ricos em abrir mão dos subsídios que concedem a seus produtos agrícolas, o que impede que os países em desenvolvimento tenham acesso a esses mercados e contribui decisivamente para a manutenção de indicadores de pobreza inaceitáveis.

Pois o recém-nascido G-20+ deu inequívocos sinais de que está em estado terminal. A reunião do grupo em Buenos Aires, na semana passada, revelou seu esvaziamento: dos 22 países que originalmente o integravam, compareceram apenas 12. Os líderes do encontro tentaram minimizar a debandada, mas não conseguiram esconder o constrangimento, como ficou evidenciado com a nova classificação dada ao grupo pelos chanceleres argentino Rafael Bielsa (“G-Flutuante”) e brasileiro, Celso Amorim (“G-X”). A continuar essa contagem regressiva, o grupo logo será conhecido por “G-0”, o que foi sem nunca ter sido.

A reunião ministerial da Alca está prevista para o início de novembro, em Miami. A entrada dos ministros da área econômica na elaboração das propostas que o Brasil levará para o encontro poderá reverter o isolamento brasileiro e fazer a necessária correção de rota que a complexidade e seriedade das negociações exigem.

Ainda há tempo de corrigir o erro. O Brasil, como nenhum outro país, deve se submeter a eventuais imposições da economia mais poderosa do mundo, a dos Estados Unidos – e que quer se aliar à nossa e hoje absorve 25% das nossas exportações –, e para isso um rol imenso de regulamentações deve ser estabelecido criteriosamen-

te. Mas simplesmente virar a mesa e ficar de fora de um mercado que englobará 34 nações e movimentará US\$12 trilhões por ano, é suicídio.

*Publicado: página PSDB*

## **O “retiro espiritual” de Lula**

Se uma imagem vale por mil palavras, uma pesquisa de opinião séria pode trazer mais ensinamentos do que mil livros.

Mais uma vez, o Instituto Sensus comprova o inquestionável: a popularidade do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de seu Governo está em queda livre.

Em outubro, o Sensus – que realiza periodicamente este trabalho em parceria com a Confederação Nacional das Indústrias – acusou o maior recuo na credibilidade de Lula e de seu Governo: quase sete pontos percentuais em relação ao levantamento anterior, realizado em setembro.

A pesquisa, divulgada em 21 de outubro, desfechou um golpe fatal na crença disseminada de que o Presidente Lula poderia, como vinha ocorrendo até então, continuar imune ao desgaste crescente e consolidado de seus ministros.

A popularidade de Lula, que em março, quando se realizou o primeiro levantamento, era de 78,9%, recuou para 70,6% depois de ter permanecido praticamente estável até setembro, quando declinou para 76,7%.

### **Quais as causas deste desgaste?**

O Presidente e seu Governo estão frustrando profunda e sistematicamente todos aqueles que acreditaram em suas promessas. Promessas que sucumbiram até o momento às contradições ideológicas, confrontos internos e inoperância aflitiva de uma equipe de apetite insaciável pelas benesses do poder, que procura compartilhar prodi-

gamente com parentes e amigos. O episódio envolvendo a Ministra de Ação Social, Benedita da Silva, é o exemplo mais contundente desse comportamento. Infelizmente, porém, não é o único.

As principais falhas do Governo em relação a suas promessas de campanha são:

Desemprego. Taxa de 12,9% da população economicamente ativa em setembro, a maior em mais de dez anos; aumento considerável do trabalho informal e queda da renda familiar de 14,6% no período de um ano. Onde estão os 10 milhões de empregos que Lula prometia criar?

Atividade industrial. Começa a esboçar tímida expansão depois de longo período de estagnação, motivada pela brutal taxa de juros básicos, que chegou a 26,5%. A Confederação Nacional das Indústrias prevê, no entanto, que somente no próximo ano – isto é, se não houver chuvas e tempestades pelo caminho – a indústria voltará a operar em seus níveis históricos. O crescimento do Produto Interno Bruto, que os técnicos do Governo prometiam ser de 3,5% este ano, dificilmente ultrapassará melancólico 0,5%. Um ano perdido, portanto.

Combate à fome e à miséria. O Fome Zero, programa de maior visibilidade do Governo que atraiu até a atenção internacional, fracassou. O Governo tenta reeditá-lo com nova roupagem, unificando todos os programas de transferência de renda com a denominação de Bolsa-Família, mas a verba de R\$5,3 bilhões prometida a ele pelo Presidente é questionada até pelo Ministro do Planejamento, Guido Mantega. O Bolsa-Família não passa até o momento de mera intenção – ou “vontade política”, jargão que Lula incorporou a seu cotidiano de Governo.

A isto soma-se a ação que o Procurador-Geral da República, Cláudio Fonteles, ameaça mover contra o Presidente, que determinou que R\$4 bilhões da proposta orçamentária do ano que vem destinada à Saúde sejam utilizados pelo Bolsa-Família. Ou seja, o Governo se propõe até a violar a Constituição para vestir um santo e desvestir outro.

Reformas estruturais. As reformas da Previdência e tributária ainda não foram homologadas pelo Senado. A da Previdência, mais tímida que a apresentada pelo Governo anterior, deverá representar uma economia significativa para os cofres públicos se a proposta da Câmara for respeitada pelos senadores.

A tributária, no entanto, nasceu com graves vícios de origem, sofreu mutilações grotescas na Câmara, desencadeou uma guerra fratricida entre os estados e a cada dia recebe modificações esdrúxulas do relator do Senado. O bom senso – e a sobrevivência do setor produtivo nacional – recomendam que se esqueça tudo e se recomece do zero.

Reforma agrária. Outro fracasso retumbante, que os números dispensam comentários: o Governo prometia assentar 60 mil famílias este ano, acenando com a disposição de aumentar esse número nos anos subsequentes, e até agora assentou efetivamente pouco mais de 13 mil. E o número de acampados cresce diariamente. No Paraná, por exemplo, saltou de três mil no final do ano passado para quase 14 mil este ano. Confrontados com a realidade, os responsáveis pela área mudaram o discurso e já não falam mais em “quantidade” de assentados e sim em “qualidade” dos assentamentos.

Se quiser frear o processo de desgaste de sua imagem e conseqüente perda de credibilidade, o Presidente Lula precisa rever o rascunho de seu programa de Governo e alterar radicalmente a condução dos destinos do País.

Um “retiro espiritual” na Granja do Torto, seu local predileto em Brasília, poderia contribuir para esta necessária reflexão. Mas um retiro sem a companhia dos áulicos, sem jogos de futebol nem churrascadas.

*Publicado: página PSDB*

## **Enfim, um projeto de reforma agrária**

O Governo Federal prepara o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), com o qual pretende fixar uma política para o conflito

fundiário e os assentamentos rurais. Em elaboração por técnicos do Ministério de Assuntos Fundiários e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sob a supervisão do ex-Deputado e petista ortodoxo Plínio de Arruda Sampaio, os esboços do plano estão sendo mantidos longe da mídia e de pelo menos um dos setores interessados na questão – o dos produtores rurais.

O Presidente da Sociedade Rural Brasileira, João de Almeida Sampaio Filho, diz, justificadamente, temer que o PNRA seja apresentado à classe dos produtores somente depois de pronto – permitindo, portanto, pouca margem de manobra para eventuais correções de rota. E se queixa ainda, também justificadamente, que o sigilo que cerca o projeto contraria a promessa de campanha do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que a política fundiária do seu Governo somente seria estabelecida após “amplo debate” – termo recorrente dos manuais petistas – com todos os setores envolvidos.

A se julgar, porém, pelas mais recentes manifestações dos dirigentes tanto do Ministério de Assuntos Fundiários como do Incra, o PNRA, se não satisfizer plenamente os produtores, irá decepcionar profundamente os líderes, filiados e simpatizantes dos movimentos agrários, sobretudo do principal deles, o MST, erroneamente intitulado Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Ao anunciar em meados de outubro a compra de parte da fazenda Araupel, no Paraná, o Presidente do Incra, Rolf Rackbart, delineou o fio condutor do novo modelo de reforma agrária que o Governo Lula pretende implementar. Disse ele: “O ponto alto (do modelo agrário) é colocar a família na terra com toda a infra-estrutura e garantir mercado para a produção”.

Nada mais óbvio e, ao mesmo tempo, tão contrastante com as promessas eleitorais do Presidente Lula e da postura que parte de sua equipe demonstrou nos primeiros seis meses de Governo. A razão parece estar se impondo à ilusão de que a simples redistribuição de terras é a varinha mágica para a solução dos conflitos agrários e para a condução dos “mi-seráveis” sem-terra ao paraíso que nunca lhes foi concedido.

Na fazenda Araupel, situada nos Municípios de Quedas do Iguaçu e Rio Bonito do Iguaçu, sudoeste do estado, adquirida por R\$132 milhões, serão assentadas, numa primeira fase, 1,5 mil famílias. A

área desapropriada é de 25 mil hectares (boa parte dela é ocupada por reflorestamento) e a comercialização de soja, erva-mate e carne que os assentados se propõem a produzir tem um destino certo – o Programa Fome Zero – e um intermediário garantido, a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Os assentados terão orientação técnica, inclusive de entidades internacionais, e a administração da fazenda será feita em conjunto entre eles e representantes dos Governos Federal e Estadual, reunidos num Conselho Gestor.

Se este modelo realmente inspirar o PNRA, resta uma pergunta intrigante: o que o Governo fará com a massa de acampados do MST e outras siglas que quase triplicou desde que o Presidente Lula foi aclamado nas urnas? O Presidente prometia assentar 60 mil famílias em seu primeiro ano de Governo. Dez meses se passaram e até agora sua realização foi bem mais modesta: pouco mais de 13 mil famílias foram assentadas e o Incra avisa que seus recursos para este ano estão praticamente exauridos.

A esta pergunta impõe-se outra, ainda mais inquietante: qual será a reação dos líderes dos movimentos agrários e de seus obedientes e bem treinados filiados?

O tempo se encarregará de responder essas questões.

### **A tensão no campo**

Um dos maiores mitos que se criou em torno do MST e de organizações de menor expressão envolvidas na questão fundiária é o de que a base de seus filiados – que encontra grande visibilidade nos acampamentos às margens das rodovias – é composta de trabalhadores rurais a quem o destino não concedeu a realização do anseio mais do que legítimo de possuir um quinhão de terra para lavar e fornecer à sociedade o abençoado alimento de cada dia.

### **Nada mais enganoso do que esta imagem**

O ex-Superintendente do Incra e ex-Secretário de Agricultura do Estado de São Paulo, Francisco Graziano, descreveu, com objeti-

vidade espantosa – e com a autoridade que seu currículo concede – a realidade dos acampamentos da região mais emblemática dos conflitos pela posse da terra, o Pontal do Paranapanema, sudoeste de São Paulo.

Em artigo para o jornal *O Estado de S. Paulo* (27-10), Xico Graziano – que fez a pesquisa *in loco* – constata que num dos acampamentos, em Presidente Epitácio, os líderes do MST dizem estar cadastradas 3.800 famílias. Na verdade, segundo Graziano, “ali não se contam 200 pessoas”.

O mais grave, contudo, não se refere à quantidade e sim à qualidade dos acampados. No acampamento, continua, “quase ninguém é, de verdade, sem-terra. Os alistados residem, principalmente, na própria cidade de Presidente Epitácio”, e são “famílias pobres e desempregados em geral” que “se juntaram a aposentados e comerciantes, açougueiros, botequeiros, prostitutas, tudo quanto é tipo de gente, querendo ganhar sua fatia de terra”. Diante desse quadro estarrecedor, ele sentencia: o acampamento “é uma fase total”.

O ex-superintendente do Incra compara os atuais “sem-terra” aos que, na década de 80, deram impulso ao movimento fundiário. “Os acampamentos estavam repletos de gente da roça, lutando para sobreviver”. “Nada disso”, afirma, “se passa no Pontal do Paranapanema” na atualidade.

O Paraná, estado que represento na Câmara dos Deputados, é o terceiro estado no *ranking* das ocupações de terra este ano. Os campeões são Pernambuco e Minas Gerais. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra, de janeiro a agosto deste ano ocorreram 259 ocupações de terra em todo o País, envolvendo 55,8 mil famílias. No Paraná, houve 29 ocupações; em Pernambuco e Minas, 86 e 30, respectivamente.

A vitória eleitoral de Lula e as manifestações de simpatia do Governador Roberto Requião para com a causa dos sem-terra provocaram a maior corrida pela posse de terras na História recente do Paraná. De janeiro a setembro, 13.672 famílias (havia pouco mais de quatro mil no final de 2002) se cadastraram, na condição de “acampados”, para engrossar a fila dos futuros proprietários rurais.

Em decorrência disso, o estado vive um dos períodos de maior tensão no campo. Sete pessoas morreram – três em conflitos internos nos assentamentos – e quatro pela posse de terra, sendo que a polícia suspeita que os autores de duas dessas mortes sejam os próprios sem-terra.

O temor de invasões levou muitos produtores rurais a se armarem e contratarem seguranças para suas propriedades. Há poucas semanas, a Polícia Federal promoveu a operação “Paz no Campo”, apreendendo 66 armas no oeste do Paraná, armas que estavam em posse ou dos produtores rurais ou de seguranças contratados por eles. Estranhamente, a Polícia Federal ainda não realizou operação de tal envergadura no interior dos assentamentos e acampamentos de sem-terra.

Os assentamentos transformaram-se num “grande negócio”, segundo Graziano, tanto para os líderes das organizações agrárias, que cobram mensalidades, “pedágios” e comissões por serviços prestados, quanto para os assentados, que transformaram em prática corriqueira a venda ou o arrendamento de seus lotes.

O Incra constatou que, no Paraná, 32% dos 14,4 mil lotes provenientes da reforma agrária foram vendidos ou transferidos a terceiros pelos beneficiários. Essa prática é admitida até mesmo pelo Coordenador regional do MST, José Damasceno, segundo quem a comercialização de lotes em assentamentos, um flagrante desrespeito à Constituição, triplicou nos últimos quatro anos.

O modelo atual de reforma agrária, que tem como apêndice a tensão latente no campo, está esgotado. A invasão de terra como instrumento da reforma agrária tem de ser reprimida, a distribuição da terra tem de ser criteriosa – somente terá direito a ela quem realmente estiver apto a cultivá-la – e os assentamentos têm de servir ao seu propósito básico: produzir e permitir a sobrevivência digna de seus integrantes.

*Publicado: página PSDB*

## A rendição à “herança maldita”

Não era preciso mais este gesto para que o País constatasse o abismo que separa o ideário petista das ações do Governo. O anúncio de que o Brasil vai renovar o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) representa a rendição final de enunciados históricos do partido governante à realidade. Ou ao pragmatismo.

Em 1998, o então pela terceira vez derrotado candidato à Presidência Luiz Inácio Lula da Silva afirmava que “o FMI não existe para ajudar o País ou ajudar o povo. Existe para ajudar os credores e impor ajustes fiscais”.

Cinco anos depois, o enfim Presidente Lula declara, em Moçambique, que “o que vai predominar (em relação aos termos do acordo) é o crescimento econômico”.

A declaração do Presidente foi feita no mesmo dia em que o Ministro da Fazenda Antonio Palocci e a Vice-Gerente do FMI Anne Krueger, revelavam, em Brasília, os detalhes do novo acordo, que deverá ser sacramentado até o final do ano.

Apesar da aparente perplexidade do Presidente, em viagem oficial ao continente africano, sobre o fim das negociações com o Fundo e de sua também aparente ignorância quanto aos termos do acordo, o fato já estava consumado.

Era necessário renovar o acordo, assinado em 1998 quando o País estava fragilizado pelo vendaval internacional provocado pela implosão econômica da Rússia?

Sim e não, dependendo o enfoque.

Se era para demonstrar aos agentes econômicos tanto internos como externos que o País está – finalmente, depois do retrocesso observado no primeiro semestre do ano – no caminho seguro do desenvolvimento sustentado, o acordo faz pressupor que ainda estamos vulneráveis.

Essa sinalização não é boa, mas, ao mesmo tempo – e este é o reverso da medalha do acordo – procura tranquilizar os investidores e agentes econômicos de que, na eventualidade de um sobressalto, teremos reservas suficientes para resistir.

O novo acordo permitirá ao Brasil dispor imediatamente de US\$8 bilhões ainda não sacados e previstos no contrato em vigor e de mais US\$6 bilhões no ano que vem. O prazo para o pagamento das parcelas dos US\$30 bilhões liberados pelo acordo atual – que venceriam em 2005 e 2006 – será estendido e diluído nos anos seguintes.

E os R\$2,8 bilhões que o País economizou este ano acima da meta de superávit fiscal (4,25% do Produto Interno Bruto) poderão ser aplicados, já a partir do próximo ano, em programas de saneamento básico. Programas que estavam previstos para 2003, mas que não foram executados devido ao rigor fiscal ordenado pelo Presidente.

A renovação do acordo com o FMI ocorre no momento estratégico em que os Estados Unidos registram a maior taxa de crescimento das últimas décadas. A produção industrial daquele país, após quase dois anos consecutivos de estagnação, cresceu 7,2% em setembro em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Se a economia norte-americana continuar neste ritmo, ou mesmo apresentar índices ligeiramente menores, mas consistentes, é facilmente previsível que todo o mundo será contagiado beneficamente. O Brasil, portanto, não só ficará menos vulnerável a possíveis crises externas, como poderá lucrar diretamente com a expansão econômica norte-americana.

Fica evidente, no entanto, que, além de motivos técnicos, o Governo optou pela renovação do acordo com o FMI para tirar vantagem política e eleitoral.

O argumento de que o Fundo impede o crescimento foi, como tantos outros, jogado no lixo da História porque, com esse novo acordo, o País se protege para que possa efetivamente consolidar seu crescimento.

E não haverá argumento mais consistente, quando Lula pedir votos para se reeleger em 2006, do que apresentar números que comprovem o prometido “espetáculo do crescimento”. Crescimento para o qual a “herança maldita” do FMI terá contribuído decisivamente.

*Publicado: página PSDB*

## A morte das ilusões

O ano de 2003 está em seus estertores, e é hora de se perguntar: valeu ou não valeu a pena?

Este ano foi, acima de tudo, o ano da morte das ilusões.

Ou da ilusão de que bastaria entregar o cetro da Nação a um líder sindical que se dizia identificado com as dificuldades e sonhos da maioria dos brasileiros e, pimba!, encontraríamos, enfim, o caminho da salvação.

O ano está nos momentos finais da agonia e a economia brasileira respira com grande dificuldade. Na melhor das hipóteses, teremos um crescimento de 0,2% do Produto Interno Bruto, segundo estimativa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), vinculado ao Ministério do Planejamento.

O número de pessoas lançadas este ano ao mercado de trabalho foi de 1,05 milhão, mas foram criados apenas 566 mil novos empregos, pouco mais da metade do necessário. Em outubro, o IBGE calculou que 12,9% da população economicamente ativa estava desempregada. Em São Paulo, 2,019 milhões estavam sem trabalho.

O rendimento médio do trabalhador caiu 15,2% em termos reais este ano.

Estas informações chocam-se frontalmente com a promessa de campanha do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de criar “pelo menos” 10 milhões de empregos em seu Governo. E trombam também com outra de suas promessas, esta feita após a sua posse, de que a partir do segundo semestre deste ano assistiríamos ao “espetáculo do crescimento”.

Quem poderia não desejar que o Presidente satisfizesse o que ele disse ser o principal objetivo do seu Governo na área social, a concessão de três refeições diárias a milhões de brasileiros desnutridos?

Pois bem, o Fome Zero, que tanta publicidade deu ao Governo no exterior e tanta esperança acendeu no povo brasileiro, está – para ser condescendente – praticamente na estaca zero. O que se fez foi apenas unificar os programas de transferência de renda (a maioria

deles criada no Governo anterior), que, mesmo assim, patina nos entraves burocráticos e nas indefinições metodológicas e ideológicas dos responsáveis por sua aplicação.

O ano de 2003 não foi, no entanto, perdido.

Aprendemos, entre outras lições, que não basta “vontade política” para um Governo funcionar efetivamente, que o Partido dos Trabalhadores não era a vestal que propagandeava ser e que este mesmo partido que se opunha histericamente, por estratégia eleitoral, à necessária reforma do Estado passou a defendê-la com unhas e dentes (unhas para atacar os adversários e dentes para agarrar os cargos públicos e benesses do poder).

O PT deixou cair as máscaras que durante seus 20 anos de existência esconderam sua verdadeira identidade.

As ilusões sucumbiram a 2003. Mas ainda resta a esperança – esperança que é um dos maiores atributos do povo brasileiro – de que, apesar do Governo, retomemos o caminho do desenvolvimento sustentado e assim criemos condições sólidas para a verdadeira justiça social.

O povo brasileiro é infinitamente maior que as ilusões que este Governo foi pródigo em sepultar.

*Publicado: página PSDB*

## **A sombra que paira sobre o PT**

A prisão preventiva do empresário Sérgio Gomes da Silva, o “Sombra”, acusado de ser o mandante da morte do então Prefeito de Santo André Celso Daniel, ocorrida em janeiro de 2002, começa a revelar fatos obscuros ligados a esta morte. A iniciativa foi do Ministério Público, que reabriu o caso após as Polícias Civil e Federal terem concluído que o crime não tivera mandante, fora mera obra do acaso realizada por um bando de marginais.

O assassinato do prefeito suscitou dúvidas e desconfianças e, num primeiro momento, temia-se que fizesse parte de um plano ma-

cabro de eliminação de petistas proeminentes. Pouco antes da morte de Celso Daniel, de fato, outro prefeito petista, o Toninho do PT, de Campinas, teve idêntico e trágico fim.

A tese de uma conspiração, no entanto, teve vida curta, apesar da insistência da direção nacional do PT de mantê-la latente. O ano de 2002 começara ameaçador para o PT e terminaria consagrador para a legenda, que, enfim, conquistou a Presidência da República. Do início ao final daquele ano eleitoral, a oscilação do partido em relação aos seus dois mártires famosos foi flagrante.

A tese da conspiração foi abandonada em duas fases: a primeira, ao se constatar que Toninho do PT fora de fato vítima de ladrões e, a segunda – e mais flagrante –, assim que em Santo André passou-se a vincular a morte de Celso Daniel a um esquema de propinas. Um dos irmãos da vítima, o oftalmologista João Francisco Daniel, acusou – e continua acusando – o PT de ser beneficiário do esquema de corrupção que alimentaria as finanças do partido em nível nacional.

Assim que a tese da conspiração contra seus quadros ilustres foi engavetada, o PT passou a clamar, atropelando todas as evidências, que Celso Daniel fora vítima de uma quadrilha de seqüestradores. Este argumento continua sendo brandido por dois petistas hierarquicamente abaixo apenas do Presidente da República.

O todo-poderoso Chefe da Casa Civil, José Dirceu, afirmou que o Ministério Público, ao denunciar o “Sombra” como mandante do crime, criava “uma situação estranha”, dando a entender que a reabertura do caso e a conclusão das investigações tinham motivação política. O Presidente nacional do PT, José Genoíno, foi enfático: “Digo e repito que estão querendo matar o Celso Daniel duas vezes”.

Pois digo e repito: O PT está tentando matar pela segunda vez a herança moral de Celso Daniel. Na primeira vez, apressou-se a endossar a conclusão de que o prefeito foi vítima de uma ação aleatória de uma quadrilha. Desta vez, tenta desqualificar a ação do Ministério Público, ação, aliás, prontamente acolhida pela Justiça.

O que concluiu o Ministério Público e assim considerou o juiz que decretou a prisão do “Sombra”? Que Celso Daniel foi morto porque descobriu o esquema de corrupção capitaneado pelo “Sombra” e pretendia coibi-lo.

O Ministério Público também concluiu que o prefeito jamais teria se beneficiado da corrupção que seus auxiliares de confiança estavam praticando. Entre esses auxiliares estava o então Secretário de Serviços Municipais e atual Vereador Klinger Luiz de Oliveira, também do PT. O Ministério Público, em outra ação de caráter cível, denunciou os dois – e outros envolvidos – por corrupção e formação de quadrilha.

A morte de Celso Daniel é uma sombra que paira sobre o PT. Ao agir orquestradamente para desqualificar as investigações e as circunstâncias que levaram ao crime, o PT contribuiu para tornar ainda mais densa esta sombra.

A memória de Celso Daniel e o seu legado de administrador brilhante e honesto clamam por justiça. E que justiça se faça, doa a quem doer.

*Publicado: página PSDB*

## **A vitória de Pirro**

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ameaçou ir ao Congresso para promulgar as reformas da Previdência e tributária que acabam de ser aprovadas pelo Senado. O Presidente, no entanto, foi contido por seus auxiliares que, cautelosos, o demoveram da intenção de participar de uma cerimônia de caráter “impopular”.

Além disso, o Congresso é sede de outro Poder, o Legislativo, e dizem os manuais da convivência democrática que lá o chefe do Executivo somente deve comparecer quando convidado, o que não ocorreu nesse episódio.

Além de ter se autoconvidado a uma cerimônia e depois recuado por considerar justa sua classificação de “impopular”, o Presidente não tinha mesmo nenhum motivo para ir ao Congresso. Comemorar o quê, afinal, se as duas pretensas “reformas” não passam, na prática, de um rascunho de intenções desencontradas?

O Presidente, desde o início do seu mandato, que está para completar um ano, tem apregoado que essas reformas – reformas,

aliás, que o seu partido, o PT, tanto combateu quando encontrava-se na oposição – se converteriam, primeiro, numa grande conquista no terreno político e, segundo, num enorme avanço no terreno administrativo, já que elas eram necessárias para modernizar o Estado e atenuar os paquidérmicos gastos públicos.

A História registra que o rei de Epiro, Pirro I (318-272 a.C.), ao felicitar seus generais após a batalha de Asculum contra os romanos, batalha na qual seu exército fora praticamente dizimado, disse que com mais uma vitória daquelas ele e o seu reino estariam acabados. Desde então, a expressão “Vitória de Pirro” tornou-se sinônimo de uma vitória com todas as manifestações de uma derrota.

A “vitória” de Lula ao ter aprovadas as duas “reformas” reúne os elementos necessários à sua comparação com a lendária vitória do rei de Epiro: o texto final de ambas sofreu tamanha modificação em relação ao apresentado pelo Planalto, tímido em sua concepção, que mais recuamos do que avançamos em matéria de modernização do Estado e desoneração da produção. Desoneração que há décadas vem sendo exigida como condição para um crescimento econômico sólido.

No que, enfim, resultou a reforma tributária?

Basicamente, na prorrogação da CPMF e da Desvinculação de Receitas da União (DRU) até o ano de 2007, o que, no primeiro caso, representará somente no ano que vem uma receita de R\$20 bilhões, ou mais, e no segundo, a possibilidade de o Governo gastar até 20% da receita sem se sujeitar à previsão orçamentária.

Além disso, governadores e prefeitos terão uma fatia de 25% da Cide, tributo que incide sobre combustíveis. Medidas que pretendem desonerar os bens de capital e a folha de pagamento – os únicos avanços visíveis da “reforma” tributária – dependerão de regulamentação.

O mais grave desta “reforma”, porém, é o fim da cumulatividade da Cofins tendo, como contrapartida, o aumento da alíquota dos atuais 3% para 7,6%. O Governo atropelou o Congresso ao apresentar a proposta em forma de medida provisória. Como até o dia 19 de dezembro o Senado ainda não havia se pronunciado sobre esta decisão, o Governo, “democraticamente”, ameaçava aplicar o texto original, deixando de considerar, portanto, os necessários abrandamentos a tal penalidade, que terá o setor de serviços como vítima principal.

A alteração da Cofins irá representar um aumento anual de R\$12 bilhões nos tributos pagos pelo setor produtivo. Isto é inadmissível e contraria a essência de uma autêntica reforma tributária, que é diminuir a já brutal carga de impostos sobre a produção.

A reforma da Previdência demonstrou que o partido que fez da oposição uma escolha de vida traiu seus compromissos históricos e discordou de tudo que falou e escreveu. O PT ainda não acostumou-se a ser Governo pretendendo também ter monopólio da oposição e por isso vive crises como as votações das reformas, da lei dos transgênicos, a legislação da Mata Atlântica e com seus ministros.

O espírito do rei de Epiro paira sobre o Governo Lula.

*Publicado: O Estado do Paraná (24-6-2004); Folha de Londrina (27-12-2004); página PSDB*

## **Muito circo e pouco pão**

Teremos em outubro eleições municipais, e o Partido dos Trabalhadores evocou para si duas responsabilidades nesse pleito: dobrar, no mínimo, as prefeituras hoje sob seu comando, cerca de 200, e transformar o resultado das urnas – que espera serem amplamente favoráveis à administração federal – na plataforma de lançamento da candidatura do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à reeleição.

O PT, como nenhum outro partido o fez após a redemocratização do País, prepara-se com apetite leonino e organiza-se como poderosa máquina de guerra para obter êxito em sua pretensão.

Pretensão, aliás, latente desde que Lula tomou posse, haja vista a massiva campanha de aliciamento de novos quadros e dotação de equipamentos e envio de instruções eleitorais para seus diretórios.

O partido diz contar hoje com 600 mil filiados e já está em ação, por meio de diretórios ou comitês provisórios, em 96% dos 5.567 municípios, segundo informação da direção do PT fornecida no final de dezembro.

Cinco mil computadores foram ou estão sendo enviados aos comandos municipais para que seus dirigentes recebam informação *on-line* sobre as atividades do partido e do Governo Federal e instruções de como: 1) defender-se dos ataques à administração federal e 2) preparar minuciosamente seus candidatos para as eleições municipais. Os candidatos estão sendo instruídos até a como se vestir para causar boa impressão no eleitorado.

À megaestrutura partidária e aos mais sofisticados recursos da era moderna deve-se somar o riquíssimo fundo partidário que o PT vem acumulando desde que milhares de seus filiados foram contratados em cargos públicos. Todo filiado do PT que ocupe função pública é obrigado a destinar parte de seu salário ao partido, parcela que pode chegar a 20% na maioria dos casos.

Apesar de toda a sua megaestrutura – em expansão contínua, diga-se de passagem – e dos formidáveis recursos à sua disposição, as metas a que o PT se propõe são ambiciosas. E temerárias.

Quando as campanhas eleitorais ganharem as ruas, o Governo Lula estará completando um ano e meio e quando a população for chamada a depositar seu voto nas urnas, em outubro e novembro, onde houver a necessidade de segundo turno, estará próximo do segundo aniversário.

Não há Governo que se preze que não se desgaste com o tempo. Lula terminou o primeiro ano de seu Governo com índices invejáveis de aprovação – 42%, segundo o DataFolha –, mas as expectativas do eleitorado em relação ao êxito de sua administração estão em queda acentuada.

Segundo o mesmo instituto, em dezembro 63% esperavam um Governo “bom” e “ótimo” daqui para frente, enquanto, em outubro, esse contingente de otimistas era de 71%. Queda, portanto, de oito pontos percentuais.

Outra pesquisa, do Instituto Sensus, representou um duro golpe na maior bandeira do Governo petista, que é a promessa de solu-

ção rápida dos mais aflitivos problemas sociais. De acordo com este instituto (*O Estado de S. Paulo*, 9 de dezembro), a maioria dos entrevistados opinou que no primeiro ano de Governo Lula pioraram a violência, o desemprego, a pobreza e a saúde.

De fato, o primeiro ano da administração petista foi marcado pelo “crescimento do espetáculo” (com licença, Senador Jorge Bornhausen) em vez do “espetáculo do crescimento” prometido pelo Presidente Lula. Nunca, em Governo algum da história brasileira, utilizou-se tanto a propaganda para ofuscar a falta de realizações.

Sem um programa consistente de Governo – que não foi minimamente esboçado até o momento – e sem satisfazer pelo menos parte dos anseios e necessidades da população, o projeto de poder do PT poderá ficar irremediavelmente comprometido.

Os imperadores romanos sabiam como acalmar a insatisfação de seus súditos. Davam-lhes pão e circo. Até agora, tem sobrado circo e faltado pão no Governo Lula.

*Publicado: Jornal Hoje, de Cascavel (17-1-2004); página PSDB*

## **A inveja de Goebels**

Há mais de seis meses a reforma ministerial é uma das prioridades da agenda política nacional. Na pauta desde o início do segundo semestre do ano passado, ela estava prevista inicialmente para outubro, foi adiada para novembro, deixada para dezembro e novamente transferida para janeiro. Já passamos da segunda metade de janeiro... e nada.

Na última manifestação sobre o tema, o Presidente Lula – falando por intermédio do seu Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu – disse que não quer fixar uma data para anunciar a tão aguardada reforma ministerial. Porque, caso estabelecesse essa data, segundo Dirceu, teria de cumpri-la!

Além de não se dispor a um cronograma rígido, o Presidente se debate com um dilema sentimental. O que fazer com os “compa-

nheiros” que desfrutam de sua amizade há décadas e notoriamente revelaram-se inaptos para as funções que exercem?

Esse dilema, “desagradável e doloroso”, na revelação do ministro-chefe, já está resolvido, pelo menos teoricamente: o Presidente estaria propenso a sacrificar alguns “companheiros” pelo bem geral da Nação. “A gente sempre toma a decisão final visando ao interesse público”, teria dito Lula, confiando-se no relato de Dirceu (*O Estado de S. Paulo*, 16-1). E o Presidente teria concluído seu raciocínio expressando sua angústia interior e sua determinação: “Às vezes dói, mas a gente faz assim mesmo”.

A necessidade de tirar do primeiro escalão velhos “companheiros” de luta e amigos do peito – grande parte deles, aliás, derrotada nas últimas eleições para governador – deixa o Presidente com a tarefa de encontrar um espaço para eles em seu Governo. Piedoso, o Presidente não os deixaria na rua da amargura, desprestigiados e sem salário. Tarefa, sem dúvida, desgastante tanto para Lula quanto para seus “companheiros” que, da noite para o dia, embora preservando seus rendimentos, maiores ou menores conforme o caso, perderão a visibilidade que só um ministério confere.

Além de enfrentar esse drama pessoal, o Presidente tem diante de si o desafio de mexer em sua equipe para torná-la mais eficiente e, assim, satisfazer o clamor nacional por ministros competentes e ágeis.

### **Ilusório seria acreditar nessa possibilidade**

O que se depreende das articulações para a reforma ministerial é que ela se limitará a acomodar no Governo o sempre faminto PMDB (as eleições municipais estão batendo às portas, e a aliança com esse partido é vital para os planos petistas) e unir as pastas da área social num superministério. Ministério este que, naturalmente, não sairia do controle do PT, pois é inconcebível imaginar que uma pasta de grande potencial eleitoreiro seja entregue a outro partido.

A se concretizar esse panorama, o único visível até o momento, o Governo do PT estaria dando razão, mais uma vez, a seus críticos,

que o acusam de prometer mundos e fundos e realizar, na melhor das hipóteses, apenas os fundos.

E quanto mais demorar a “reforma”, melhor para os atuais ocupantes do Palácio do Planalto, porque, na falta de realizações, nada mais recomendável, como vem ocorrendo há mais de seis meses, do que distrair a Nação com especulações sobre quem pode vir a ser ministro e quem pode deixar de sê-lo.

Goebel, o grande maestro da propaganda nazista, sentiria inveja, se vivo fosse, dos atuais manipuladores da informação oficial.

*Publicado: Folha de Londrina (23-1-2004), página PSDB*

## **A Alca e a espada de Dâmocles**

A sorte está lançada. Com a 8ª Reunião Ministerial da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), encerrada em Miami em 23 de outubro, a proposta de uma ampla integração econômica do continente continuou em pé. Mas não saiu do lugar.

A Alca é um projeto ambicioso, necessário no contexto atual de globalização, como defendem os setores econômicos e políticos liberais. E como todo projeto ambicioso, para se concretizar precisa superar obstáculos aparentemente intransponíveis.

Participei, como representante do Congresso Nacional, das deliberações finais do encontro. Constatei a disposição dos representantes dos 34 países participantes em levar adiante a proposta de integração econômica continental.

A maioria deles, no entanto, expressava perplexidade: como harmonizar a agenda das negociações, prevista para estar concluída em janeiro de 2005, com os anseios e limitações apresentados pelas nações envolvidas?

Assim, caiu como uma luva a fórmula encontrada pelo Chanceler Celso Amorim e o representante comercial norte-americano Robert Zoellick, de limitar temporariamente a abrangência das negociações, transferir parte dos temas (subsídios agrícolas, por exemplo)

para a Organização Mundial do Comércio (OMC) e deixar para o ano que vem a apresentação de propostas concretas nas nove áreas de negociação.

A “Alca ampla” (acordo global) deu lugar, portanto, à “Alca *light*”, denominação simpática da fórmula salvadora do projeto de integração.

Não interessava – e continua a não interessar – nem aos Estados Unidos nem ao Brasil nem aos demais países do continente colocar tudo a perder.

Fracasso semelhante ao da recente reunião da OMC em Cancún, fracasso do qual o Brasil foi o principal protagonista, ao liderar o bloco do G-20+, era inadmissível em Miami, a “terra dos encontros”, como afirmou o negociador norte-americano.

O fracasso foi evitado, mas, apesar de a agenda da Alca ter sido mantida, acendeu-se um sinal de alerta. Cancún fracassou justamente porque, na rodada da OMC em Doha, em 2001, os principais atores do comércio mundial, na tentativa de evitar a repetição do desastre da rodada anterior, em Seattle, salvaram as aparências com um protocolo de intenções pautado do início ao fim pela ambigüidade. O resultado desse “avanço” foi o impasse de Cancún.

Esse precedente histórico paira como a lendária espada de Dâmocles sobre os negociadores da Alca. Para salvar um encontro, eles podem estar ameaçando o próximo, e com ele todo o processo de integração continental.

O encontro de Miami não satisfez plenamente aos empresários brasileiros. Compreensivelmente, eles queriam resultados mais evidentes, imediatos, porque têm pressa em conquistar novos mercados.

A cautela, porém, deu a tônica do encontro.

O Brasil optou por dar prioridade à cautela, tentando com isso – além de proteger seus interesses comerciais – acender duas velas (a ordem dos fatores não é proposital): uma para os investidores externos, outra para os adversários da criação do bloco econômico continental, reunidos maciçamente nos sindicatos, que são a origem e a espinha-dorsal do Governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Para os primeiros, o Governo acenou com o interesse em ampliar o acesso à economia brasileira ao capital internacional; aos segundos, deixou claro que quer mas não quer, muito pelo contrário.

O desafio, no entanto, sequer começou. O Brasil terá de abandonar a retórica conciliadora para se debruçar em questões práticas. O que é possível oferecer e o que é necessário exigir dos seus 33 parceiros no projeto da Alca?

Esta pergunta exige respostas concretas, e estas respostas terão de ser apresentadas, minuciosamente, na reunião técnica da Alca programada para fevereiro em Puebla, México. Esse encontro é que irá definir a viabilidade prática da Alca – e não meramente teórica, como tem sido grosso modo até agora.

O que o Brasil, por exemplo, poderia oferecer em matéria de tributação, uma vez que os 20 principais produtos que importamos dos Estados Unidos recolhem 11% de impostos, enquanto os 20 principais produtos que exportamos para aquele país são tributados em 44%? O que poderíamos fazer em termos de harmonização tributária como nossos sócios em potencial?

O tempo é curto. O desafio, enorme.

*Publicado: Jornal de Brasília, DF (2-12-2004); página PSDB*

## **Por que ser oposição**

Não restava alternativa ao PSDB, após a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, a não ser optar por ser oposição ao Governo petista.

Pois o PT, socialista, sempre foi a antítese do ideário social-democrata do nosso partido e, nos oito anos em que estivemos no comando da Nação, sob a batuta competente do professor Fernando Henrique Cardoso, enfrentamos a oposição inflexível e incessante dos petistas, que conosco em nada concordavam, inviabilizando, assim – entre outras coisas – o conjunto de reformas do Estado de que o País tanto necessita.

Fiel ao seu ideário, ao seu passado e aos compromissos com a Nação, o PSDB não poderia, portanto, ceder à tentação – à qual, infelizmente, sucumbiram vários partidos – de aliar-se ao Governo petista para desfrutar das benesses do poder.

Marcamos nossa posição desde antes da posse do Presidente Lula, e temos sido fiel a ela. Mas, acima de tudo, o PSDB sempre procurou e procura servir os interesses da Nação. Por causa deste princípio, muitos dos deputados tucanos votaram a favor das reformas da Previdência e tributária, reformas que já poderiam estar em vigor há muito tempo, pois eram bandeiras do Governo Fernando Henrique, não fosse a oposição obstinada e sistemática do mesmo PT, que, uma vez no poder, usou de todas as formas possíveis para aprová-las na Câmara, e agora no Senado.

O resultado desse esforço, no entanto, seria cômico se não fosse trágico, pois as duas propostas de reforma apresentadas pelo Governo nasceram desfiguradas e sofreram tantos implantes e amputações no processo de tramitação que estão mais próximas de um esboço de ressuscitação de Frankstein do que de um roteiro seguro para a tão necessária modernização do Estado.

O PSDB não poderia ter feito melhor escolha, porque, diante da sucessão de descabros praticados pelo Governo petista (seria longo demais e até desnecessário enumerá-los neste artigo), não teríamos como nos explicar à nossa consciência e, sobretudo, à opinião pública se tivesse adotado outra postura.

No programa do partido levado ao ar na segunda-feira (17-11), fixamos, mais uma vez, nossa bandeira em relação ao Governo Federal e também a desfraldamos na direção do Governador Roberto Requião. Como está o Paraná hoje, faltando pouco para o primeiro aniversário do atual Governo, diante das promessas eleitorais mirabolantes do atual detentor do poder?

Onde estão as 200 mil casas populares que seriam construídas no primeiro ano de Governo Requião? O que foi feito dos pedágios que o então candidato prometia desativar já no primeiro dia de Governo? E o leite gratuito? E a luz de graça para os pobres? E? E? E?

O PSDB é de oposição por coerência programática e ideológica. O partido, que detém mais de 80 das 399 prefeituras do estado, está se articulando para as eleições do ano que vem (irá apresentar candidatos em todos os municípios), certo de que aumentará sua representação.

O PSDB não promete, o PSDB faz. Sabemos que o passado do nosso partido e sua coerência encontrarão grande receptividade no eleitor, que já está dando sinais inequívocos de esgotamento com aqueles que traíram suas esperanças.

*Publicado: página PSDB*

## **Um ato de respeito à Bandeira Nacional**

Um dos indicadores da grandeza de um país é o respeito de sua população aos símbolos nacionais, que expressam sua história e toda a saga – com seus períodos de alegria e dor – da formação da nacionalidade.

O Hino e a Bandeira são os maiores símbolos de nossa Nação. Uma das ações positivas do Governo Luiz Inácio Lula da Silva foi a assinatura pelo Presidente do decreto que impõe a obrigatoriedade de se entoar o Hino Nacional nas escolas pelo menos uma vez por semana. Essa obrigatoriedade havia antes, mas o que era uma obrigação tornou-se apenas um hábito, e o hábito foi se esmaecendo ao longo do tempo...

Propus à Câmara dos Deputados a alteração da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, que trata da forma e da apresentação dos símbolos nacionais, para tornar obrigatória a presença permanente da Bandeira Nacional em todas as salas de aula de escolas públicas e privadas. Proponho também a obrigatoriedade de professores e alunos prestarem um juramento à Bandeira antes do início da primeira aula, diariamente.

O texto que sugiro seja recitado é este: “Perante esta Bandeira, sob a proteção de Deus, prometo defender a Nação brasileira, a democracia, a liberdade, a justiça, a paz, a vida, sob todas as suas formas, o território brasileiro e os recursos naturais”.

Pretendo, com esta proposta, incentivar em nossos jovens o sentimento mais genuíno de um cidadão, que é o patriotismo, conceito que resume princípios éticos coletivos e individuais.

Se o individualismo é um componente da sociedade de consumo, da qual queiramos ou não fazemos parte, o patriotismo estimula o altruísmo, a compreensão de que compomos um organismo social dinâmico, do qual dependemos e ao qual devemos servir para o nosso próprio bem-estar.

Neste 19 de novembro comemoramos a adoção da Bandeira como símbolo nacional, o que foi estabelecido em 1889 por decreto de Benjamin Constant apenas quatro dias após a Proclamação da República. A Bandeira, entre seus múltiplos símbolos, expressa com maestria o espírito cordato e conciliador do brasileiro, pois mantém o formato básico do retângulo e do losango e as cores principais – o verde e o amarelo – da Bandeira imperial, numa atitude respeitosa e reverente para com o seu passado.

Concebida por Raimundo Teixeira Mendes com a colaboração de Miguel Lemos e do professor de Astronomia Manuel Pereira Reis, nossa Bandeira é a única em todo o mundo que contém a esfera celeste. Esfera na qual despontam as principais estrelas das constelações do Hemisfério Sul – estilizadas no momento em que surgiam no céu do Rio de Janeiro, então capital do País, no momento da Proclamação da República. Estrelas que, por sua vez, representam os estados.

Nossa Bandeira é, enfim, um caleidoscópio de símbolos – filosóficos, políticos, geográficos e históricos, entre outros – que, uma vez compreendidos por nossos jovens, certamente influenciarão na sadia formação de sua personalidade.

*Publicado: página PSDB*

## **O sultão de Garanhuns**

Essa nem o promotor do Ministério Público Luís Francisco de Souza foi capaz de engolir. Submerso há mais de um ano, desde a posse de Lula, o ex-fogoso promotor – que acusava sem trégua, e

muitas vezes sem razão, funcionários da administração Fernando Henrique Cardoso – emergiu de repente das sombras para questionar a legalidade da compra de um avião *airbus* para uso exclusivo de Sua Excelência o Presidente da República.

Se Francisco de Souza (até tu, Brutus!) conseguiu se indignar com o *modus operandi* da escolha, escolha que implica um gasto de 57 milhões de dólares, ou aproximadamente 170 milhões de reais, é fácil imaginar o que está sentindo grande parte da população brasileira que, à diferença do insigne promotor, jamais foi filiada ou nutriu simpatia pelo PT.

Legalidade e ideologia à parte, a decisão do Presidente Lula de equipar-se em suas viagens de um avião caro e luxuoso – até sauna terá a bordo – zomba da situação nacional e dos sentimentos mais genuínos de todo brasileiro, seja ele simpático ou não ao Presidente e ao seu partido.

A situação econômica do País, apesar dos sinais positivos, mas tímidos, que o mercado vem emitindo, ainda é frágil – e, por isso, preocupante. Tivemos, no primeiro ano do Governo Lula, a estagnação do PIB, que ficará, segundo o Banco Central, mísero 0,03% maior que em 2002. Os supermercados apresentaram o pior desempenho dos últimos 12 anos, a renda do trabalhador encolheu 13% e a taxa de desemprego ficou em mais de 12%, representando cerca de três milhões de pessoas sem trabalho.

O gasto exorbitante de 170 milhões de reais no atual contexto, e destinado a um objeto sob todos os aspectos supérfluo, equivale a um tapa no rosto dos milhões de brasileiros que o arroxio da política econômica do Governo Lula desempregou ou deteriorou sua qualidade de vida, em particular, e de todo o País, em geral.

Por que, afinal, o Presidente precisa de um avião para seu uso exclusivo, seja ele o “Sucatão”, como ficou conhecido o velho Boeing 707, seja ele um moderníssimo *airbus*? Chefes de estado europeus utilizam-se de aviões comerciais em seus deslocamentos. O rei da Noruega, um dos países com melhor padrão de vida do mundo, esteve recentemente no Brasil, e viajou num avião de carreira. No que o Presidente do Brasil é diferente deles?

Lula está em sua 20ª missão ao exterior. No primeiro ano de Governo, fez 18 viagens internacionais. Levemos em conta que a comitiva presidencial utilizada nesses deslocamentos envolve em média 30 pessoas. Se essas pessoas, incluindo o Presidente, viajassem como os demais mortais em aviões comuns, cada deslocamento ao exterior custaria cerca de mil dólares em passagem para cada membro da comitiva, totalizando portanto 30 mil dólares. Dezoito vezes 30, um ano inteiro de deslocamentos ao exterior do Presidente e seus assessores custaria 540 mil dólares.

Mantendo-se o ritmo de viagens do primeiro ano do Governo Lula, o Presidente e seus sucessores (25, considerando-se quatro anos de mandato, sem reeleição) precisariam de 103 anos para gastar o mesmo que custará o *airbus*, que como todo avião tem uma vida útil de cerca de 30 anos. O referido custo do *airbus*, note-se, é apenas o de aquisição. Aos 56 milhões de dólares devem-se somar ainda as despesas inestimáveis com tripulação, combustível, manutenção e taxas aeroportuárias, para ficar nas mais vistosas.

Há vários simbolismos nesta decisão de Lula que merecem consideração.

O retirante que abandonou sua cidade natal, Garanhuns, em Pernambuco, num pau-de-arara e chegou à Presidência da República é a personificação, no imaginário popular, do homem que venceu gloriosamente na vida, apesar de todas as adversidades. Numa visão sociopolítica, é a realização das oportunidades oferecidas pelo sistema brasileiro e a consolidação do processo democrático, que permitiu a um homem de origem humilde galgar o mais alto posto da Nação.

A compra do *airbus*, à qual é preciso acrescentar as muitas melhorias que o Presidente mandou executar nos palácios que utiliza e as aquisições de produtos sofisticados – como roupões de linho egípcio – para subliminar o conforto dos que neles habitam ou frequentam, revelam, por outro lado, a metamorfose a que estão sujeitos todos aqueles que não impõem limite ao gozo do poder.

O luxo ostentatório, infelizmente, não é prerrogativa exclusiva de reis e príncipes – os sucessores modernos dos sultões que povoavam as Mil e Uma Noites – que exercem o poder efetivo nos países árabes, onde falta parcimônia e sobra petróleo. O luxo está se tornan-

do uma característica do Presidente Lula, que vem se comportando como um autêntico sultão. O sultão de Garanhuns.

*Publicado: Diário dos Campos Gerais, Curitiba (1-2-2004); Gazeta do Povo (9-2-2004); Voz Árabe (20-2-2004); página PSDB*

## **Lições da História**

O Brasil é um líder regional que, por suas dimensões, potencialidades e engenhosidade do seu povo, tem condições de a médio prazo conquistar um lugar de destaque no cenário internacional.

Nossas exportações vêm crescendo, nossa indústria avança sobre mercados até há pouco inimagináveis e nosso agronegócio – o setor mais ativo da economia nacional – é visto até como um risco em crescente evolução pelos países desenvolvidos que, para enfrentá-lo, impõem barreiras comerciais e subsidiam seus produtores nacionais.

Os conceitos de “gigante adormecido” e “país de futuro”, que durante décadas rechearam os discursos de nossos governantes, tornaram-se obsoletos diante da realidade nua e crua: de oitava economia mundial, fomos rebaixados, nos últimos 20 anos, à décima primeira. E, se não tomarmos cuidado, agindo rápida e eficazmente, podemos descer ainda mais na escala econômica mundial.

Fomos ultrapassados, por exemplo, por China e México, por razões diversas. A China, pela ampliação gigantesca do seu mercado consumidor externo, que lhe rendem anualmente mais de US\$350 bilhões em exportações. E o México, por sua sábia decisão de associar-se aos Estados Unidos e ao Canadá no Nafta, o mercado comum norte-americano, o que lhe abriu as portas – e os cofres – de duas das principais economias do planeta.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem tentado, desde o início do seu mandato, conquistar um espaço de relevo entre os líderes mundiais. Para isso, tem recorrido a dois instrumentos: propor uma cruzada mundial de combate à fome e a união dos países emergentes contra os desenvolvidos para mudar as regras do comércio mundial.

Essas duas linhas ficaram evidentes – e parecem esgotar-se nisso – em sua última viagem internacional, à Índia e à Suíça. Na Índia, Lula defendeu “redesenhar a geografia econômica mundial” no confronto países pobres X países ricos, atacando, como de praxe, o protecionismo das economias desenvolvidas. E na Suíça, em encontro com o Presidente francês Jacques Chirac e o Secretário-Geral da ONU Kofi Anan, lançou a idéia de criação de um fundo internacional de combate à fome.

Entre a pretensão do Presidente de tornar-se um líder mundialmente reconhecido e a realidade há, no entanto, um profundo abismo.

Os países ricos reconhecem a liderança regional de Lula – e nada mais do que isso –, devido a sua intenção de comandar um movimento que se oponha às atuais regras do jogo econômico mundial. Os embates da diplomacia brasileira nas negociações da Alca, o mercado comum hemisférico, dão razão a esta imagem.

O reconhecimento de Lula, porém, pára por aí. Sua cruzada mundial contra a fome é meritória, mas nada original. Além de já estar prevista nos Evangelhos como um dever capital de todo cristão (e as outras religiões também colocam a caridade no topo das obrigações de seus discípulos), a missão a que Lula se propôs integra, embora com outros termos, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e é uma das atribuições da Organização das Nações Unidas, que já dispõe de mecanismos e órgãos para enfrentar este desafio hercúleo.

A proposta de Lula para erradicar a fome no mundo esbarra num liame de obstáculos, e a recepção gentil, mas fria, de seus interlocutores na Suíça dão a dimensão clara do grau de utopia que encerra.

Periodicamente, o Terceiro Mundo produz líderes que brilham no palco internacional, entre os quais Indira Ghandi, ao comandar o extinto movimento dos países não-alinhados; Lech Walesa, que presidiu uma Polônia arruinada após o fracasso do comunismo; Gamal Abdel Nasser, o teórico do pan-arabismo; e até o histriônico Muamar Khadafi, que defendia o socialismo como o regime ideal para os países árabes.

Qual o legado desses líderes? Seus atos e teses ficaram na História, mas não conseguiram reformar o mundo.

Enquanto esgrimir apenas bravatas e idéias estapafúrdias em seu esforço de liderança internacional, Lula corre o risco de limitar-se à lista dos chefes de Estado que muito quiseram, mas pouco – ou nada – fizeram.

*Publicado: Jornal de Brasília (9-2-2004)*

## **A necessária reforma da ONU**

A guerra contra o Iraque consolidou a necessidade de uma reestruturação da Organização das Nações Unidas. Esta necessidade é hoje um tema prioritário na agenda internacional depois da constatação – óbvia desde antes do conflito, mas agora comprovada – de que o deposto regime de Saddam Hussein não possuía as armas de destruição em massa que deram pretexto à ação militar.

O relatório de David Kay, que comandou a equipe de especialistas norte-americanos que escarafunchou o território iraquiano em busca dessas armas, fez sucumbir o pouco que restava da credibilidade do Presidente George W. Bush neste tema. Nada foi encontrado, garantiu Kay. A este parecer somou-se o de George Tenet, diretor da CIA, que na quinta-feira (6-2) afirmou que a agência de espionagem de seu país jamais apontou a eventual “ameaça iminente” representada pelo regime de Saddam.

Do outro lado do Atlântico, o Primeiro-Ministro britânico Tony Blair – principal parceiro de Bush na aventura militar – enrosca-se cada vez mais no novelo das argumentações que brandiu para justificar o ataque. Blair foi inocentado do episódio que motivou o suicídio do especialista em armas químicas David Kelly, que desmistificou a ameaça iraquiana. O argumento mais contundente, porém, utilizado pelo Governo de Blair para conquistar corações e mentes para sua empreitada bélica, o de que Saddam poderia atingir com armas de destruição em massa qualquer alvo britânico em 45 minutos, não resistiu à sinceridade do Ministro da Defesa Geoff Hoon.

A posição de Blair no comando do Governo torna-se cada vez mais frágil, pois o descontentamento cresce até entre os trabalhistas que lhe dão apoio, e poderá culminar com sua renúncia. A posição de Bush é, momentaneamente, mais confortável. Devido à proximidade das eleições presidenciais, previstas para novembro, não se cogita em abrir um processo de *impeachment* contra ele. Mas sua intenção de reeleger-se está seriamente comprometida. O avanço avassalador do Senador John Kerry sobre os demais pré-candidatos democratas e as pesquisas de intenção de voto, cada vez mais desfavoráveis a Bush, apontam a viabilidade – considerada impossível até o final do ano passado – de uma renovação na Casa Branca.

Bush e Blair poderão perder seus cargos antes do que gostariam, e isto representaria uma punição a ambos, embora leve diante do pecado capital que cometeram. O cerne da questão, no entanto, é outro. Embora o regime de Saddam fosse condenável sob muitos aspectos – o desrespeito aos direitos humanos, o cerceamento às liberdades individuais, a corrupção e a perseguição às minorias são apenas alguns deles –, não se pode conceber que a nação mais poderosa do planeta, escudada por uma das maiores potências econômicas e militares, viole todos os regulamentos internacionais e, em claro desafio à ONU, invada outra nação, deponha suas autoridades e prometa manter-se nela até impor um regime que satisfaça seus interesses.

Com a dissolução da União Soviética, em 1991, o mundo passou a gravitar em torno de apenas uma superpotência, o que tem gerado sério desequilíbrio nas relações internacionais. É, portanto, necessário corrigir esse desequilíbrio, e essa missão só pode ser atribuída à ONU, pois não se antevê no horizonte, em médio prazo, que algum país possa tomar o lugar que durante sete décadas foi da União Soviética – seja econômica, militar, estratégica ou politicamente.

A reformulação do Conselho de Segurança da ONU é necessária e urgente. Passados quase 60 anos do fim da Segunda Guerra Mundial, não é concebível que os vencedores daquele conflito – e sobremaneira os Estados Unidos – continuem impondo suas próprias regras ao restante das nações. O aumento do número de países com assento permanente no Conselho de Segurança, atualmente cinco, seria um primeiro passo alvissareiro. Mas sanções também deveriam

ser previstas, e aplicadas, a todos os países que, com ou sem assento permanente, com ou sem poder de veto, violassem as regras da organização – que seriam a síntese ou corolário da civilização.

*Publicado: Folha de Londrina (17-2-2004); página PSDB*

## **O Itamaraty em seu labirinto**

Diplomacia é a ciência da negociação, e neste campo o Brasil tem uma tradição secular e reconhecimento internacional. O Itamaraty tem sido protagonista de negociações históricas e sua mediação evitou a eclosão ou permitiu o encerramento de conflitos regionais de grandes dimensões.

Na década de 70, a diplomacia brasileira primou pela defesa de temas e países do Terceiro Mundo. O Brasil, por exemplo, foi o primeiro país a reconhecer o Governo comunista de Angola. Coincidentemente, naquele período, enquanto nossos diplomatas davam prioridade ao conflito Norte-Sul, assumindo claramente a defesa dos países abaixo da linha do Equador como ponta-de-lança de sua cruzada pelas liberdades civis e o reconhecimento dos direitos humanos, o regime militar vivia uma de suas fases mais truculentas, com os Generais Médici e Geisel no comando da Nação.

O terceiro-mundismo foi colocado em último plano entre os interesses diplomáticos brasileiros após a redemocratização, quando o País procurou alinhar-se aos interesses das nações mais desenvolvidas para, com isto, ampliar o mercado de nossos produtos, atrair investimentos e assumir um papel de destaque em temas globais.

O Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ressuscitou as velhas teses terceiro-mundistas num contexto em que a globalização, à medida que avança avassaladora, provoca cada vez mais reações de preocupação com seus efeitos sobre os países menos desenvolvidos. Até o momento, a globalização mostra-se inexorável, benéfica sob muitos aspectos, mas, em muitos casos, tem contribuído para agravar ainda mais a situação dos países do Terceiro Mundo.

O principal cavalo de batalha do Itamaraty em defesa de suas teses é a Alca, a área de livre comércio hemisférica. Nossa diplomacia tem, sistematicamente, freado o avanço das negociações, previstas para estarem concluídas em janeiro de 2005 – falta menos de um ano, portanto. O último embate, ocorrido em Puebla, México, quando nossos representantes insistiram em negociar dois níveis de abertura comercial, o que foi rejeitado pelos Estados Unidos e outros países do continente, provocou novo impasse, sem solução à vista em curto prazo.

A política de confronto com a principal potência econômica está evidenciada, ao mesmo tempo em que nossos diplomatas tentam estruturar um bloco de países que endossem e participem de sua batalha em defesa dos menos favorecidos. O G-20 foi saudado como uma conquista diplomática brasileira, mas este grupo está se esfacelando rapidamente. O G-3, outra iniciativa brasileira em associação com a Índia e a África do Sul, ainda não mostrou a que veio.

Enquanto torpedeia a iniciativa norte-americana para a criação do mercado comum hemisférico, o Itamaraty assiste à defecção gradativa dos países que há poucos meses apoiavam sua iniciativa de confronto. Os Estados Unidos assinaram tratados de livre comércio com todos os países centro-americanos, O Chile e o Peru e outros governos da região mostram-se cada vez mais dispostos a aceitar acordo semelhante. Até o Uruguai, um dos principais sócios do Mercosul, está cada vez mais irritado com a posição brasileira. Uma deserção uruguaia seria fatal para os interesses brasileiros.

O principal parceiro brasileiro na política de confronto com os Estados Unidos é a Argentina. Nossos vizinhos estão enredados numa dívida interna e externa muitas vezes superior à sua capacidade de pagamento, tema que tem servido de pretexto ao Presidente Néstor Kirchner para endurecer as negociações com os organismos e instituições credoras. No campo da dívida Argentina, o Brasil, sabidamente, tem se mantido neutro, mas o *animus operandi* argentino tem sido, espertamente, canalizado por nossos representantes para represar as negociações da Alca.

Lamentavelmente, a mesma sintonia não tem sido observada no âmbito do Mercosul quando nossos interesses se chocam com os dos

argentinos. O Itamaraty, nesse sentido, tem primado pela omissão, como se pôde observar no recente episódio envolvendo produtores de têxteis dos dois países. Acordo sobre cotas de exportação assinado entre os representantes binacionais do setor foi vetado pelo Governo de Kirchner, e o Itamaraty optou por lavar as mãos para não melindrar seus parceiros vitais nos embates da Alca.

A nova postura da diplomacia brasileira está, portanto, nos conduzindo a um labirinto. E enquanto não encontrar o equilíbrio entre a ideologia e a prática na defesa dos interesses nacionais, o Itamaraty corre o risco de violar um dos mais caros patrimônios da Casa de Rio Branco: a eficiência.

*Publicado: página PSDB*

## **A ponta do iceberg**

O Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, não tem mais condições morais de permanecer no cargo. Paira sobre ele a suspeita – por enquanto só suspeita – de ter sido conivente com as ações de Waldomiro Diniz, flagrado pedindo propina a um bicheiro, em 2002, parte da qual seria destinada a campanhas eleitorais do PT. Waldomiro e o bicheiro voltaram a se reunir após a posse do primeiro como subchefe de assuntos parlamentares, cargo subordinado ao ministro da Casa Civil e elo entre a Presidência e o Congresso. Waldomiro também agiu para que a multinacional Gtech, com sede em Nevada (EUA), renovasse, no início do Governo Lula, seu contrato com a Caixa Econômica Federal para gerenciar os jogos explorados pelo banco estatal.

A suspeita que recai sobre José Dirceu é extremamente grave: atinge o cerne do Governo Federal e compromete diretamente a imagem do Presidente Lula e a instituição da Presidência da República. Por isso, o ministro, que Lula várias vezes chamou de “capitão do time” por causa de suas amplas atribuições, precisa se afastar do cargo até que se dissipem as dúvidas sobre sua conduta.

As investigações sobre os atos de Waldomiro Diniz têm de ser as mais amplas e profundas possíveis. O Ministério Público Federal e Estadual, além da Polícia Federal, já entraram no caso e o Palácio do Planalto abriu uma sindicância para colaborar com as investigações, embora a indicação de um ex-colega de Waldomiro para compor a comissão de investigação lance uma sombra sobre seus reais propósitos.

É, portanto, fundamental que a sociedade, por meio do Congresso Nacional, tenha vez e voz nas investigações. A abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) é o instrumento apropriado para que se busque a verdade e se punam todos os culpados.

A CPI será a maior aliada do Presidente Lula, que se elegeu sob a aura da honestidade e da ética na política, virtudes que foram conspurcadas pela atuação do seu ex-subchefe de assuntos parlamentares e as únicas que restavam de seu patrimônio político, já que é notória a sua incapacidade de gerenciar a Nação.

O Presidente não pode permitir, portanto, que o maior atributo de sua vida pública escoe rapidamente pelo ralo por causa do subordinado e da suspeita que recai sobre seu principal homem de confiança.

As investigações poderão inocentar Dirceu e, assim, fazer voltar a brilhar a aura do Presidente. Este é o maior desejo da Nação e, conseqüentemente, dos congressistas. Revigorada a imagem presidencial e do primeiro escalão do seu governo, a instabilidade política deflagrada com as denúncias sobre Waldomiro Diniz e o PT não mais se justificará.

Na pior das hipóteses, o flagrante delito de Waldomiro Diniz pode ser apenas a ponta do *iceberg*. Essa possibilidade, ainda mais grave e contundente do que os fatos até agora conhecidos – e sobram indícios para se acreditar nela, como, por exemplo, a presença pouco sóbria do tesoureiro do PT Delúbio Soares nos corredores dos ministérios, estatais e bancos oficiais e do Planalto, como já o fizera Diógenes Oliveira no PT gaúcho com suas ligações com bicheiros – não pode permanecer no ar, pois é uma ameaça à instabilidade institucio-

nal. Se Lula pretende continuar governando, ele não pode barrar a instalação da CPI. Se o País pretende continuar confiando em suas instituições, então as investigações são necessárias e urgentes.

*Publicado: A Tribuna do Norte (13-3-2004); Jornal Hoje (9-3-2004); Jornal de Londrina (8-3-2004); Folha de Londrina (9-3-2004)*

## **O baile dos sem-máscara**

O carnaval acabou. Estamos em pleno período penitencial da Quaresma, mas na passarela da política continua retumbando tambores e cuícas ao ritmo dos sambas-enredo do “Waldogate” e do “espetáculo do encolhimento”.

Os figurantes deste carnaval da Esplanada, num movimento contrário à tradição da festa, despem-se das máscaras com as quais forjaram, durante sua tumultuada trajetória pública, uma personalidade falsa, fazendo-se passar, no carro alegórico de seu programa partidário, por autênticos paladinos da ética pública e privada e da competência administrativa.

A corte está nua. Um dos atrativos da Marquês de Sapucaí é o desfile de esbeltos corpos nus, retocados com porções cada vez mais ínfimas de purpurina. No baile da Esplanada, a nudez revela as nódoas do cinismo que orienta a corte para atender aos interesses de seus integrantes e áulicos.

O “espetáculo do crescimento” prometido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – o grande patrono do baile dos sem-máscara – deu lugar ao “espetáculo do encolhimento”. A economia brasileira sofreu um recuo histórico de 0,2% do Produto Interno Bruto no primeiro ano do Governo petista, agravando assim todos os já aflitivos indicadores econômicos e sociais do País.

Infelizmente, os movimentos desajeitados dos passistas e o desafino dos puxadores do samba-enredo não induzem a um panorama otimista. A corte, ao invés de conduzir à apoteose, está levando o País a sambar em marcha à ré.

A realidade, portanto, venceu a publicidade, a ostensiva fantasia com a qual o Governo tenta disfarçar a ineficiência de seus atos.

A ética, a máscara mais recorrente que o PT usou para chegar à Presidência e demais instâncias de poder, foi para o lixo com a eclosão do escândalo Waldomiro Diniz. E está sendo triturada pela determinação do Planalto de impedir a todo custo a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Esta comissão é essencial para que sejam desnudadas as relações incestuosas do ex-subchefe de assuntos parlamentares da Presidência e o possível envolvimento de outros ocupantes do Planalto – José Dirceu na comissão de frente – com o bloco da jogatina & outros negócios escusos.

Quanto mais o Presidente se esforçar para barrar a CPI, mais revelará a sua nudez e a de sua corte, num espetáculo de plasticidade oposto ao do carnaval da Sapucaí. Na passarela carioca, a beleza do nu – embora violando princípios religiosos – provoca deslumbramento. A nudez da corte petista, que contraria os mais sagrados anseios da população, causa calafrios até aos mais insensíveis.

*Publicado: O Londrinense (3/2004); página PSDB*

## **O primeiro-filho**

O Governo do PT instituiu a função de primeira-dama-executiva, dando à esposa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Marisa, um contíguo lugar ao lado do marido no Palácio do Planalto e as atribuições de compartilhar, embora isto não esteja previsto na Constituição, das decisões de governo. Ficamos agora sabendo, pela *Folha de S.Paulo*, de outra criação original petista, a função de primeiro-filho.

Pois José Carlos Becker de Oliveira e Silva, o Zeca do Dirceu, filho do Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, foi pego com a boca na botija agenciando audiências de prefeitos com ministros e a liberação de verbas para o Noroeste do Paraná. Zeca é o encarregado do escritório regional da Secretaria do Trabalho do Paraná em Umuarama. Portanto, é funcionário – comissionado – do Governo paranaense.

O primeiro-filho teve mais êxito na liberação de verbas que a maioria dos deputados federais de todo o País. Somente do Ministério da Saúde ele obteve R\$607 mil para serem distribuídos a vários municípios do Noroeste paranaense e do Ministério de Assistência Social, R\$823 mil provenientes do programa Ações de Geração de Renda para Populações Carentes. No primeiro caso, a liberação foi feita como se tratasse de emenda parlamentar e no segundo, a verba – correspondente a 12,7% do total liberado para esta finalidade – foi obtida diretamente no ministério.

O tráfico de influência, infelizmente, é um mal que acomete todo governo, em maior ou menor grau, e está previsto, para efeitos punitivos, em vários códigos jurídicos, entre eles o de ética do funcionalismo. Admitir que ele ocorra e não encontrar impedimentos éticos em sua existência é mais que um disparate: é um tapa na cara de todo brasileiro e um grave precedente para se institucionalizar essa prática entre os funcionários ativos dos três níveis do Executivo, algo hoje em torno de quatro milhões de pessoas.

O Governo petista considera a coisa mais natural do mundo dar amplos poderes ao filho de um ministro, atendendo a seus desejos com mais presteza que aos dos deputados federais, legitimamente eleitos para, entre outras funções, representar os interesses da população junto ao Governo Federal.

“Não há nada de ilegal” nesse procedimento, afirmou um dos Vice-Líderes do PT na Câmara, Walter Pinheiro. E o Ministro da Justiça, Thomas Bastos, despe-se de sua condição de jurista para lançar esta pérola de hipocrisia: estão criando um “frenesi” para atingir o ministro José Dirceu, disse ele.

Frenético, na realidade, está o Governo diante da seqüência de denúncias sobre a conduta pouco ortodoxa de seus membros, seqüência que dá sinais – esperamos que errôneos – de que uma avalanche de revelações comprometedoras se aproxima e poderá soterrá-lo.

*Publicado: Folha de Londrina (23-3-2004);*

*Jornal de Brasília (22-3-2004)*

## Os prejuízos de uma obsessão

Não bastasse a quebra da safra deste ano motivada pela estiagem – quebra estimada em 1,65 milhão de toneladas –, os produtores de soja e todos os setores envolvidos com a comercialização deste produto tornaram-se reféns do Governador Roberto Requião e do seu irmão Eduardo, superintendente dos portos de Paranaguá e Antonina.

A obsessão do governador em tornar o Paraná livre da soja transgênica originou uma série de controles que, a exemplo do ano passado, está asfixiando o escoamento da safra. E seu irmão está sendo acusado de gerência desastrosa do porto de Paranaguá – o maior exportador agrícola do País –, que, além de causar enormes prejuízos aos produtores, está levando a um desastre social, pois aproximadamente cinco mil caminhoneiros estão parados há dias às margens da BR-277, sem comida, sem água, sem as mínimas condições de higiene.

Na tarde de sexta-feira (19), a fila de caminhões se estendia do porto a São José dos Pinhais, alcançando cerca de 60 quilômetros, sendo interrompida apenas, por motivo de segurança, na serra do Mar. E cerca de 50 navios aguardavam a ordem de atracar, sem definição de quando isto poderá acontecer. Com isto, o custo diário de estadia de um navio saltou 200%, passando de US\$10 mil para US\$30 mil.

Os prejuízos para os produtores já se fizeram sentir – e poderão se agravar ainda mais, com resultados imprevisíveis. A soja exportada por Paranaguá está cotada a US\$305 a tonelada, enquanto, apenas para efeito de comparação, a que os Estados Unidos escoam pelos portos do Golfo do México é vendida a US\$356 a tonelada. Entre as duas situações, a diferença é de US\$51 dólares a tonelada!

A Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) e a Organização das Cooperativas do Paraná (OCEPAR) calculam que os entraves criados pelo superintendente do porto de Paranaguá para o embarque da soja poderão acarretar um prejuízo de até R\$1,6 bilhão para os produtores.

Este cálculo é baseado no prêmio negativo da soja exportada. Este “prêmio” é dependente da cotação da Bolsa de Valores de Chicago, que regula o comércio mundial do produto. Como o custo operacional do embarque em Paranaguá é considerado alto demais, a soja exportada por lá é “premiada” com US\$47,7 a menos por tonelada.

O governador precisa rever, urgentemente, sua política que, aliás, contraria frontalmente a recente legislação federal sobre o tema dos transgênicos. Todos os esforços de Requião para que o Presidente Lula e os ministros da área econômica apóiem sua cruzada têm fracassado até agora.

E como esperar que obtenha sucesso se está sendo processado pelo Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, a quem acusou de receber da multinacional Monsanto para liberar o cultivo da soja transgênica no País?

Recuar, baseando-se na avaliação dos prejuízos causados por determinada medida, somente engrandece o homem público. Enquanto reflete, embora o tempo para isso já tenha se esgotado, sobre os benefícios que o recuo traria para a economia paranaense, o governador poderia, pelo menos, acatar o apelo da Prefeitura de Paranaguá, da Faep e da Ocepar, entre outras entidades representativas, que exigem a imediata demissão de Eduardo Requião.

*Publicado: Jornal Hoje, de Cascavel (25-3-2004);  
O Berro (4-2004); página PSDB*

## **A força e a demagogia**

Lembramos nesta semana os 40 anos do golpe militar que depôs o Presidente João Goulart e uma comparação com a situação atual é inevitável. Os militares assumiram o poder com amplo apoio popular para conter a deterioração institucional provocada pela crise de governabilidade. Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito para resgatar a imensa dívida social acumulada nas últimas quatro décadas.

Nada mais contraditório, à primeira vista, que comparar um levante militar a uma vitória eleitoral genuinamente democrática, mas os dois episódios da vida nacional – respeitadas as circunstâncias e a época em que ocorreram – têm em comum a união da maioria dos brasileiros em torno de um mesmo ideal. Ideal que, embora se manifeste com matizes diferentes, tem como denominador comum o desejo de dotar o País dos instrumentos necessários ao desenvolvimento acelerado e contínuo que, por sua vez, venha a eliminar as profundas diferenças sociais que se tornaram endêmicas ao longo de nossa História.

Os militares cometeram inúmeros pecados, baseados na crença de que toda a Nação deveria compartilhar de seus objetivos e métodos, decorrendo daí a tortura, a violência política, a censura e outras formas menos ostensivas de truculência institucional. Economicamente, o Brasil deu “um salto à frente” (utilizamos um dos *slogans* mais recorrentes da ditadura), chegando à oitava economia mundial.

Os custos desse crescimento, no entanto, reverberam até hoje, representando uma parcela significativa de nosso monstruoso endividamento externo. No plano social, houve uma sensível expansão da classe média, mas o contingente dos miseráveis continuou à míngua e a concentração de renda tornou-se ainda mais cruel.

O retorno à democracia, que se deu no momento em que o regime militar atingia a maioridade, está para completar 20 anos. O balanço político desse período, inaugurado com a posse de José Sarney após a morte de um Presidente eleito indiretamente, Tancredo Neves, apresenta conquistas inegáveis, como a consolidação das instituições democráticas, a liberdade em todas as suas saudáveis manifestações, o fortalecimento dos sindicatos, o respeito, embora ainda imperfeito, aos direitos humanos etc.

O balanço econômico, porém, traz indicadores preocupantes, cuja manifestação mais eloqüente foi a retração do Produto Interno Bruto, o índice recorde de desemprego, a expansão do contingente de miseráveis e a perda do poder aquisitivo da maioria esmagadora da população ocorridos no primeiro ano do Go-

verno Lula. O Governo Lula está fazendo exatamente o contrário do que prometeu.

Apesar do vergonhoso desempenho de nossa economia – des-cemos do 8ª para o 14ª lugar no *ranking* mundial –, não há nada que justifique a eventual nostalgia dos anos de chumbo. O Governo Lula – o quinto Presidente desde a normalização democrática – caminha rápida e precocemente para seu ocaso, deixando-nos uma lição: o Brasil é maior do que a força e a demagogia.

*Publicado: Diário Tucano*

## **A submissão ao crime**

O País assistiu estarecido à convulsão que, na Semana Santa, tomou conta da favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, motivada pela disputa entre dois bandos pelo controle do tráfico de drogas da região. Não foi a primeira vez, e provavelmente não será a última, que esse, como outros bairros do Rio, se tornaram reféns do crime organizado, que, além de subjugar os moradores das regiões sob seu controle, se apresenta como um desafio crescente às forças de segurança, forças que, em última instância, representam o Estado que, por sua vez, tem demonstrado à exaustão sua incapacidade de se sobrepor ao crime, subjugar-lo e extirpá-lo.

O Rio é a mais vistosa vitrine da insegurança social que atinge as grandes cidades, com ramificações sólidas e cada vez mais abrangentes nas médias e até nas pequenas, pois o crime organizado estendeu seus tentáculos a todo o País.

Outra “guerra”, menos ostensiva, porém de efeitos similares tanto em matéria de segurança quanto de prejuízos econômicos, sociais e psicológicos, ameaça o Estado brasileiro: a ação cada vez mais ousada dos grupos que dizem lutar pela reforma agrária. Capitaneados pelo MST, esses grupos – 51 no total – têm encontrado no Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e em seu Governo o ambiente propício para radicalizar seu discurso e seus métodos, agravando a

tensão no campo, iniciada há mais de uma década, e comprometendo, em médio prazo, o agronegócio, única atividade econômica que tem apresentado continuidade de crescimento.

O “abril vermelho” prometido pelo líder máximo do MST João Pedro Stédile não apenas está se concretizando como ultrapassa as previsões mais alarmistas, atingindo 102 invasões até o dia 14. Além de não apenas cumprirem a promessa como torná-la mais intensa do que se previa, os líderes dos sem-terra desafiam abertamente a autoridade máxima do Estado, o Presidente da República.

O Presidente, diante das ameaças de Stédile de que os sem-terra iriam “infernizar” o País, primeiro liberou R\$1,7 bilhão a mais do que o previsto este ano para o programa de reforma agrária, para então responder que esta reforma “não será feita na marra nem no grito”.

A advertência do Presidente caiu no vazio. Pior: serviu de senha para novas invasões...

A este novo surto de invasões, o Presidente – e todo o seu Governo – tem respondido com o silêncio da cumplicidade. Ou com a cumplicidade explícita do Secretário-Executivo do Ministério de Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassul, que descartou (*Folha de S.Paulo*, 15 de abril), por considerá-la “ineficaz” para conter essa onda de invasões, a aplicação da medida provisória que impede, pelo prazo de dois anos, a vistoria para fins de reforma agrária de propriedades invadidas e exclui do programa de assentamentos os participantes das invasões.

Os números desmentem o secretário. Editada em maio de 2000, a MP fez o número de invasões diminuir sensivelmente. Naquele ano, as invasões caíram para 236 contra 502 no ano anterior e, no seguinte, foram reduzidas para 158 e mais ainda em 2002, quando se limitaram a 103. No primeiro ano do Governo Lula, os sem-terra recuperaram o fôlego e ocuparam 222 propriedades.

Pôr em prática a MP antiinvasão é o mínimo que se pode esperar para que o Estado retome sua autoridade. Do contrário, da mesma forma como ocorre nas cidades, o Estado se tornará refém do crime também no campo.

*Publicado: Folha de Londrina (24-4-2004)  
e revista Divulgação (maio/2004)*

## O impasse da América Latina

A América Latina se livrou paulatinamente, nos últimos 20 anos, dos regimes militares e de uma ditadura de partido único – é o caso do México, onde o Partido Revolucionário Institucional perdeu o poder após mais de 70 anos de hegemonia.

O processo de democratização foi doloroso em alguns casos, fulminante em outros, exigiu um pesado esforço de desmobilização das partes em conflito, na terceira situação, e, em último lugar, permitiu até a volta ao poder, por meio de eleições, de um antigo ditador (Hugo Banzer, na Bolívia) e a vitória nas urnas de um militar que jurava defender a democracia, mas a cada dia dá mostras inequívocas de sua verdadeira índole, o autoritarismo (Hugo Chávez, na Venezuela).

O caso mais doloroso de redemocratização ocorreu no Chile, que chorou muitas vidas e amargou repressão de toda ordem para depor o General Augusto Pinochet. Fulminantes foram os processos argentino, onde os militares abandonaram às pressas o poder após o vexame da invasão das ilhas Malvinas, e paraguaio, onde o General Alfredo Stroessner foi vítima do mesmo instrumento que o levou a ocupar o poder durante mais de três décadas, isto é, o golpe militar. Os países da América Central tiveram de se submeter à mediação internacional para desarmar os grupos guerrilheiros e convencer os militares, como primeiro passo para a abertura política, de que esse desarmamento era efetivo.

As garantias democráticas foram restabelecidas, pelo menos em tese, em todo o continente latino-americano, com exceção de Cuba, há mais de quatro décadas sob a tutela do “comandante” Fidel Castro.

Embora previstas na Constituição, essas liberdades sofrem circunstancialmente restrições na Venezuela. Essas garantias, porém, revelaram-se insuficientes para satisfazer as necessidades sociais de um continente que, historicamente, apresenta forte expansão demográfica. O crescimento demográfico, no entanto, não justifica por si só a ineficácia do regime democrático em prover o crescimento eco-

nômico suficiente para suprir as necessidades da população latino-americana. Em 1990, os miseráveis eram 190 milhões na América Latina; dez anos depois, atingiam 209 milhões numa população total de 496 milhões.

Essa deficiência provocou o descontentamento generalizado dos latino-americanos em relação ao regime democrático. Levantamento divulgado em 21 de abril pelas Nações Unidas mostra que 56,3% dos latino-americanos dão mais valor ao desenvolvimento econômico que à democracia e 54,7% apoiariam um Governo autoritário que se revelasse capaz de resolver os problemas econômicos que afligem o continente.

Às dificuldades econômicas devem-se acrescentar, para se explicar o descrédito em relação à democracia, a pouca operância, ou ineficácia mesmo, em alguns casos, do Poder Executivo, a falta de representatividade do Legislativo e a distinção pouco nítida entre o público e o privado provocada pela influência do poder econômico sobre a política e os homens que a executam.

A frustração em relação à democracia constatada pela ONU não representa perigo iminente de os militares voltarem ao poder, mas é um sinal de alerta que deve ser considerado desde já pelos governos e pelas forças políticas de todo o continente, em conjunto e individualmente.

Em conjunto, os chefes de Estado e os partidos políticos latino-americanos deveriam buscar, respeitando-se as características e individualidades de cada país, o caminho que levasse ao desenvolvimento sustentável, com níveis de crescimento capazes de compensar a expansão demográfica. O Chile, o único país que apresenta há 20 anos uma taxa de crescimento positiva, poderia – e deveria – servir de paradigma.

No plano individual, os governos e partidos políticos necessitam, com urgência, resgatar ou conquistar, conforme o caso, a credibilidade. Uma reforma política profunda e ampla seria o passo inicial e decisivo. Esse tema está na pauta do Congresso brasileiro e necessita ser analisado com urgência.

Se medidas corretivas não forem adotadas logo, e se seus resultados não forem sentidos em curto prazo pelas camadas mais desfa-

vorecidas, a democracia poderá sofrer um abalo irreversível. E então, com a esperança soterrada, o futuro da América Latina poderá se tornar ainda mais sombrio que o seu passado.

*Publicado: Folha de Londrina (11-5-2004)*

## **Por uma urgente reforma**

A alta e histórica taxa atual de juros é apontada como a grande vilã da estagnação econômica nacional, processo que vem se arrastando nos últimos anos e se tornou dramático no primeiro ano do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, quando o Produto Interno Bruto encolheu 0,2%.

Os juros altos têm contribuído decisivamente para esta estagnação, e este é um fato inquestionável, porém estrutural. O nó górdio da paralisia econômica é mais complexo e estrutural, residindo no regime tributário, que ao longo de décadas vem incorporando impostos e mais impostos, contribuições e mais contribuições.

A “reforma” tributária aprovada pelo Congresso no ano passado – que se limitou basicamente a elevar a Cofins e distribuir esta e aquela fatia de impostos entre União e estados – agravou ainda mais o sistema. O que antes era um lobisomem transformou-se num híbrido ainda mais repulsivo, incorporando-se a este ser folclórico outro, criado em laboratório, o Frankstein.

Em brilhante artigo publicado em *O Estado de S. Paulo* (7 de abril), o jornalista Fernão Lara Mesquita aponta com precisão a alta e desordenada carga tributária como o grande empecilho ao desenvolvimento. “Crescem os países que reduzem impostos e desviam dinheiro da economia morta para a economia viva, e andam para trás os que fazem o contrário”, sentencia o jornalista, ressaltando – e lamentando – que, no caso brasileiro, “só uma política (...) não tem sido fragmentada pela sucessão de partidos no poder desde o início da Nova República: a do crescimento ininterrupto e vertiginoso da carga dos impostos”.

De fato, de 1987 a 2002, enquanto o PIB cresceu 32%, a carga tributária saltou 60%. Além de asfixiar a economia, o nosso regime tributário é de difícil fiscalização – dando, assim, margem à evasão e elisão fiscais – e injusto em sua essência. Além de desproporcional, tanto em relação ao PIB quanto aos serviços oferecidos à população em retribuição a esses impostos, o regime tributário brasileiro penaliza a produção e o consumo em vez de, como fazem os países mais desenvolvidos, sustentar-se da renda e dos lucros. Ou seja, além de avançar com avidez sobre quem produz, o sistema brasileiro iguala, na ponta mais lucrativa da arrecadação – o consumo –, ricos e pobres, com maior prejuízo dos segundos, evidentemente, pois é sobre itens básicos, como a alimentação, por exemplo, que os impostos são mais onerosos.

Segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, a soma de todos os tributos – federais, estaduais e municipais – atingiu no ano passado R\$546,97 bilhões, o equivalente, baseando-se em cálculos do IBGE, a 36,11% do PIB. No ano anterior, o total de impostos, de acordo com o mesmo instituto, foi de R\$482,36 bilhões. Os impostos sobre a propriedade – IPVA, IPTU, ITCD, ITBI e ITR – foram responsáveis por 3,5% do total arrecadado. Os tributos sobre a renda – Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – ficaram com a fatia de 21%. E os impostos sobre o consumo e a produção, como o ICMS, Cofins, IPI e ISS foram responsáveis pela maior parte do bolo tributário, isto é, 58%. A arrecadação foi completada com a contribuição previdenciária (17,5%).

Tenho feito da reforma tributária uma das principais bandeiras de minha missão parlamentar, já em meu quarto mandato consecutivo. Defendi recentemente no plenário da Câmara a necessidade dessa reforma, propondo alternativas para obtê-la, repetindo meu anseio e minhas propostas em reunião no dia 6 de abril com o Ministro da Fazenda Antonio Palocci. O ministro mostrou-se sensibilizado, prometendo articular com o Presidente da Câmara, João Paulo Cunha, um esforço coletivo para dotar o País de um regime tributário que seja ao mesmo tempo eficaz, justo e proporcione o necessário – e urgente – crescimento continuado de nossa economia.

Meu projeto impõe racionalidade ao sistema, transferindo a carga enorme de tributos que incide sobre a produção e o consumo para a renda, e o torna mais ágil e eficaz. Proponho a criação de um Imposto de Renda progressivo de base ampliada, a manutenção da CPMF desde que dedutível da contribuição previdenciária patronal e a transferência dos impostos sobre a propriedade para o âmbito municipal. E ainda a eliminação de cinco tributos – ICMS, Cofins, IPI, ISS e IOF – e sua substituição por um imposto seletivo monofásico que seria cobrado na origem sobre 12 itens da economia.

A arrecadação, no mínimo, se manteria no mesmo patamar. Nenhuma instância de poder federal, estadual ou municipal, sairia perdendo (estados e municípios acabariam arrecadando mais) e ainda teríamos, entre outras vantagens: um crescimento econômico sustentado num patamar médio de 8% ao ano; diminuição drástica da sonegação, elisão e corrupção e queda acentuada nas demandas judiciais. Com a desoneração de itens de consumo popular – comida, remédios, vestuário, móveis e materiais de construção, entre outros – teríamos uma acentuada expansão do mercado de consumo, que beneficiaria 90% das famílias, provocando, assim, a maior distribuição de renda de nossa História.

*Publicado: página PSDB*

## **Muito além do jardim**

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva foi uma conquista da democracia brasileira e um marco em nosso histórico social, ao permitir que um líder de origem operária se convertesse na maior autoridade do País. Sua posse encheu de esperança os mais profundos rincões do País.

Transcorrido um terço do mandato presidencial, a esperança deu lugar à desilusão, como comprovam todas as pesquisas de opinião materializadas nos piquetes de protesto que substituem as festas concentrações de populares em frente aos palácios presidenciais.

O Presidente, que antes era aplaudido e se deixava tocar por admiradores, adotou o colete à prova de balas e reforçou sua segurança para não ser agredido em suas aparições públicas.

O principal responsável por essa metamorfose psicológica coletiva foi, infelizmente, o próprio Presidente Lula. Tarefa para a qual ele tem contado com os valiosos préstimos do seu partido, o PT, que revelou que não estava – e provavelmente jamais venha a estar – preparado para romper sua tradição de oposição e assumir os deveres e responsabilidades de partido de governo.

O comportamento do Presidente Luiz Inácio tem sido o principal instrumento de demolição do mito Lula. O homem de origem humilde dá, uma vez no poder máximo da Nação, demonstrações inequívocas de ter se deixado inebriar pelos encantos proporcionados por esse poder. Poder, aliás, outorgado pela grande maioria dos eleitores justamente para que ele, o mito-presidente, o exercesse com a humildade inerente à condição de retirante nordestino que iniciou sua escalada profissional e política como trabalhador braçal, um “sofredor”, no linguajar popular, como a maior parte dos brasileiros.

A expulsão do jornalista Larry Roether, do *The New York Times* – felizmente suspensa – coroou esse processo de transformação do mito Lula no Presidente Luiz Inácio da Silva. Entre um e outro, a diferença é abissal. O Presidente deveria levar a simplicidade, o despojamento, a tolerância e a eficiência ao interior do Governo, fazendo dessas características a alavanca para a realização dos sonhos que o mito incutiu num País de dimensão continental.

O Presidente cerca-se vorazmente do luxo faraônico dos Palácios do Planalto e da Alvorada, faz da Granja do Torto, reformada a peso de ouro, a maior e mais utilizada churrascaria e choperia do País e adquire um avião nababesco. Enchentes torrenciais assolam o Nordeste e a seca prejudica a agricultura no Sul, e por onde pairam as preocupações do Presidente? Pairam sobre o belo visual dos jardins palacianos cuja monocromia o desgosta a ponto de autorizar – ou delegar tal autorização – que naqueles patrimônios históricos se cravam canteiros de flores vermelhas em formato estelar, símbolos do seu partido.

Ao luxo, à intolerância em relação aos críticos e ao alheamento do Presidente Luiz Inácio acrescentam-se a ineficiência, a morosidade, a confusão. O mito Lula está ruindo, porque suas promessas de campanha continuam fiéis à sua essência – meras promessas – enquanto, na dura realidade do dia-a-dia, a massa de desempregados atinge recordes históricos, o poder de compra e o padrão de vida de milhões e milhões de brasileiros sofrem uma queda assustadora.

O Presidente Luiz Inácio, é preciso reconhecer, luta para preservar o mito Lula. Sua arma? A propaganda criativa e onerosa. O publicitário Duda Mendonça, um dos homens mais poderosos do Governo, apesar de sua condição de profissional terceirizado, insiste para que os brasileiros olhem para o País com a mesma perspectiva oferecida pelos jardins estrelados do Presidente Luiz Inácio.

Até quando sobreviverá o que ainda resta do mito Lula?

Se o Presidente Luiz Inácio mantiver sua linha de conduta, este mito, já agônico, tem pouco tempo de sobrevida. Mas se o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva compreender e incorporar o sentido que o imaginário popular atribuiu ao mito que o líder sindical construiu ao longo de sua vida, então, com muito trabalho, clareza de objetivos e ponderação, poderá reavivar uma das maiores conquistas da História brasileira.

*Publicado: Jornal Voz Árabe (6-2004)*

## **Pela responsabilidade eleitoral**

A legislação política brasileira tem sido constantemente aperfeiçoada. No entanto, distorções legais e processuais requerem a urgente intervenção do Parlamento e da sociedade para corrigi-las ou extirpá-las. A reforma política, em gestação desde o início do Governo anterior, encontra-se inexplicavelmente adormecida no Congresso. Interesses políticos conflitantes entre si e, principalmente, com o interesse maior da Nação conspiram contra sua tramitação.

A sociedade, com o apoio da CNBB, conseguiu uma importante conquista com a promulgação da lei que pune, até com a cassação do mandato, a compra de votos – prática das mais tradicionais e repugnantes do processo político brasileiro. Esta lei, a primeira de iniciativa popular de nossa História republicada, já permitiu a cassação de dezenas de prefeitos.

Paradoxalmente, membros do Senado têm agido, felizmente sem sucesso até agora, para revogar essa lei, alegando, entre outros motivos, que ela não dá oportunidade de defesa ao acusado. Alguns dispositivos que tornem o processo mais acessível ao acusado podem e devem ser introduzidos na lei. Mas revogá-la, jamais.

Se a compra de votos é passível de punição, há outra prática imoral que ainda – inexplicavelmente! – corre ao largo da legislação e das respectivas sanções. Refiro-me ao não cumprimento das promessas de campanha, uma das pragas que contaminam a lisura, e em muitos casos a legitimidade, do processo político brasileiro.

Ora, o Direito prevê a punição por falsidade ideológica, e os consumidores, entre outros segmentos sociais, têm legislação que os protege de abusos e práticas ilegais e determina punição rigorosa aos infratores. Por que o eleitor continua indefeso diante daqueles que frustram os objetivos para os quais foram eleitos ou simplesmente falseiam ou maquiam suas reais intenções de poder? A única arma atualmente em poder do eleitor é negar-lhe o voto na eventualidade de ele se apresentar novamente, mas então já será tarde demais.

É preciso corrigir esta distorção. Neste sentido, apresentei na Câmara o Projeto nº 3.458/04, batizado de Lei de Responsabilidade Eleitoral, que estabelece a cassação do mandato de prefeito, governador e presidente da República que não cumprir o que prometeu durante a campanha eleitoral.

O programa de Governo é uma peça fundamental, junto com o carisma pessoal e outros fatores circunstanciais, para que o eleitor se decida por um candidato. Não é possível, por motivos óbvios, punir nem o carisma nem as circunstâncias nos casos de engodo eleitoral, mas o programa de Governo não executado, sim.

Meu projeto de lei torna obrigatório a todos os candidatos a cargos executivos o registro em cartório do programa de governo, ao

qual deverão ser anexadas todas as peças publicitárias exibidas durante a campanha. O programa de Governo deverá explicitar as metas e ações, com o respectivo cronograma, a serem executadas no caso de a candidatura ser vitoriosa.

A partir do segundo ano de governo, o eleitor poderá julgar se o governante está ou não sendo fiel às suas propostas. Em caso negativo, o governante será denunciado à Justiça, bastando para isso que a denúncia seja formulada por 5% do colégio eleitoral. O rito processual para o presidente da República e governadores obedecerá à Lei nº 1.079, de abril de 1950 e, para os prefeitos, o Decreto-Lei nº 201, de fevereiro de 1967.

A aprovação desta lei proverá o eleitor de um instrumento de defesa eficaz, similar ao existente em diversos países. Os Estados Unidos, por exemplo, dispõem do *recall* (convocação dos eleitores para prestar referendo sobre o governador), recentemente acionado e que levou o ator Arnold Schwarzenegger ao Governo do Estado da Califórnia.

O Brasil está suficientemente amadurecido para contar com este instrumento. Com ele, a classe política será mais responsável ao formular suas propostas e os eleitores se livrarão do reinado absoluto dos marqueteiros, que transformaram o processo eleitoral num espetáculo de ilusionismo.

*Publicado: Jornal Hoje, de Cascavel (10-6-2004); Gazeta do Povo (11-6-2004); página PSDB*

## **A vitória de Bin Laden**

Nunca os Estados Unidos foram tão odiados e desacreditados como hoje. A guerra no Iraque expôs a truculência da nação mais poderosa do Planeta, tanto no plano militar, devido aos ataques a civis e à tortura de presos, como no diplomático e político.

Os EUA fizeram a guerra à revelia das Nações Unidas, socavando princípios básicos da diplomacia mundial, causando, com isso, um prejuízo político incalculável para sua imagem e tradições. In-

terna e externamente, suas instituições são questionadas, entre elas – e principalmente – os pilares básicos da nação norte-americana: a justiça, a liberdade e a democracia.

A Anistia Internacional acaba de comparar a ação de vários governos, sobretudo o dos EUA, à dos grupos terroristas. A repressão que o Governo norte-americano está aplicando em seu território ou fora dele contra membros ou suspeitos de pertencerem a grupos terroristas prejudicou, segundo a Anistia, “a justiça e a liberdade”, porque sacrificou direitos humanos em nome da segurança nacional e ignorou abusos.

As fotos dos prisioneiros iraquianos torturados na prisão de Abu Ghraib são eloqüentes e o tratamento dispensado a centenas de prisioneiros na base de Guantânamo, em Cuba, aos quais a imprensa jamais teve acesso, viola as mais rudimentares noções de Direito. Quantos são os estrangeiros detidos em território norte-americano sob suspeita de terrorismo, desassistidos pela Justiça e sobre os quais se impôs o pesado manto do sigilo? Somente o governo norte-americano saberia responder a esta pergunta.

A ação militar empreendida pelos EUA contra o Iraque foi inicialmente comparada à do Vietnã por causa das dificuldades que o conflito no Sudeste Asiático criou para a estratégia militar e política do governo de Washington, que de lá saiu derrotado. O Iraque mostrou, em poucos meses, que até os mais pessimistas fizeram previsões mais suaves que a realidade.

Somente o tempo poderá revelar a magnitude dessa guerra para o Iraque. O futuro daquele país é sombrio. Sua infra-estrutura exigirá recursos incontáveis e um esforço hercúleo para ser recomposta. O maior desafio, porém, é restituir o moral aos iraquianos e fazer brotar do ódio cada vez mais generalizado instituições que proporcionem uma vida política, econômica e social saudável. Em última instância, o próprio conceito de nação está sendo posto em xeque no Iraque.

Para os norte-americanos, as conseqüências desse conflito são mais facilmente mensuráveis, embora não se saiba em que proporção e até quando irão durar. O conflito no Iraque é a maior tragédia moral que os EUA impuseram a si próprios. Tragédia iniciada sob o pretexto, injustificado, comprovou-se depois de combater o terrorismo

internacional. Tragédia que tem um responsável, e este é o Presidente George W. Bush.

No campo estratégico e psicológico, o conflito no Iraque, analisado no contexto da luta antiterrorista, está dando enorme vantagem a Osama bin Laden e aos fanáticos seguidores da Al Qaeda, à qual se impõe referir-se abusando dos superlativos: é a mais expressiva, a mais bem-estruturada e a mais mortífera das organizações terroristas que o mundo já conheceu.

Bin Laden, com o apoio inconsciente de Bush, conseguiu inverter a lógica da guerra, fazendo os EUA transformarem-se de vítimas da mais espetacular e letal ação terrorista de todos os tempos nos principais alvos dos princípios que deveriam reger a ação antiterrorista.

O terrorismo da Al Qaeda fez da guerrilha clássica, seja lá onde ela tenha irrompido, na América Latina, África ou Ásia, um movimento quase romântico, quase infantil, comparando-se seus métodos, poder e raio de ação. Mas tanto o terrorismo como a guerrilha são essencialmente movimentos políticos que recorrem à violência para desestabilizar o Estado, que, para reprimi-los, recorre ao mesmo instrumento – a violência. Quanto maior a violência de um, maior tenderá ser a do outro, e assim sucessivamente, num ciclo sem fim de ódio. E quanto mais intenso e prolongado for esse ciclo, mais o Estado tende a se enfraquecer, porque seu verdadeiro poder reside na legitimidade, não na força.

A guerra no Iraque fragilizou a superpotência mundial e revigoreu a Al Qaeda, derrotada no primeiro embate direto com os EUA, que praticamente a aniquilaram no Afeganistão, onde havia fincado suas raízes e onde se supõe que Bin Laden esteja escondido. O Instituto de Estudos Estratégicos de Londres estima que Bin Laden comande hoje cerca de 18 mil homens – dispostos a tudo, já que para eles a morte em combate é a chave do paraíso –, espalhados por 60 países.

Espanha, Arábia Saudita e Indonésia estão entre as principais vítimas da Al Qaeda, mas quantos países mais serão ainda atingidos?

O terrorismo se tornou universal, e o uso da força para combatê-lo tem sido não só ineficaz como servido de estímulo para fortalecer os que o praticam. Uma ação coordenada dos serviços de inteligência

do mundo todo, portanto, é mais do que necessária, é vital para prevenir e reprimir a Al Qaeda.

Além dos obstáculos previsíveis para o sucesso dessa ação – recursos, logística e pessoal qualificado – ela somente terá êxito se for acompanhada de outra, mais profunda e intensa, que é a desmobilização do rancor endêmico e várias vezes secular que grande parte do mundo árabe nutre pelo mundo ocidental em geral e em particular, agora mais do que nunca, pelos EUA.

A guerra no Iraque avivou ainda mais esse rancor e legitimou para muitos árabes a ação criminosa de Bin Laden, consolidando ainda mais o carisma que ele desfruta naquela parte do globo. Somente uma mudança radical na política externa dos Estados Unidos e também dos países ocidentais mais industrializados, aplicada ao longo das próximas décadas, poderá arrefecer o antagonismo entre as duas civilizações.

Não se pode esperar, no entanto, que a atual administração norte-americana se curve à necessidade dessa mudança de rota. E até que isso ocorra, Bin Laden ou o seu legado continuará triunfando.

*Publicado: página PSDB*

## **Agressão à cultura**

As novas alíquotas da Cofins, contribuição de seguridade social, aprovadas no bojo da recente “reforma” tributária, representam um avanço significativo do Governo sobre o lucro das empresas. Muitas delas, por isso – sobretudo as pequenas prestadoras de serviços – foram obrigadas a cortar despesas para não sucumbir diante da nova ofensiva do Governo sobre seus rendimentos. O corte de despesas significou, para boa parte delas, a redução de seus funcionários. Ou seja, as novas alíquotas da Cofins têm contribuído para agravar ainda mais o já gravíssimo quadro do desemprego.

Outra vítima, menos ostensiva, das novas regras dessa contribuição é a cultura, subentendendo-se como tal a ciência, a pesquisa e a busca de novas informações. Os efeitos dessa contribuição sobre ela poderão ser devastadores a médio e longo prazos.

Pela Lei nº 10.865, que regulamenta a cobrança da Cofins, essa contribuição irá incidir na proporção de 9,25% do seu valor de venda sobre livros, jornais e revistas estrangeiros.

É compreensível que tal imposição tenha levado a uma mobilização, por enquanto discreta, de editores, escritores e livreiros para revogá-la. Os prejuízos para as livrarias e autores já estão se fazendo sentir e serão generalizados assim que os estoques forem renovados ou ampliados, pois o pagamento dessa contribuição reflete diretamente no preço dos livros e periódicos importados, o que, evidentemente, os torna menos acessíveis. E, uma vez menos acessíveis, o impacto sobre a ciência, a pesquisa e a disseminação da informação será imensamente negativo para a cultura nacional.

Sou um dos parlamentares que se insurgiram contra essa aberração. Apresentei à Câmara uma emenda à Lei nº 10.865, revertendo a cobrança da alíquota, isto é, isentando as publicações estrangeiras de mais esta sangria.

Felizmente, não estou só nesta campanha. Tenho ao meu lado os Deputados Silva Correa (PP – PE) e Delfim Netto (PP – SP). Contamos também com o prometido empenho por nossa causa do Presidente do Senado, José Sarney (PMDB – AP), junto ao Governo Federal.

A incidência da Cofins sobre livros e periódicos importados é uma ação francamente obscurantista do Governo em relação à ciência, à cultura e à pesquisa. E, também, fruto de uma deslealdade do Senado que, ao aprovar a reforma tributária, derrubou a alíquota zero para livros e periódicos estrangeiros determinada no texto aprovado pela Câmara dos Deputados. O Senado agiu assim por ingerência do Governo Federal, insatisfeito com algumas restrições que a Câmara impôs ao texto original da pretendida “reforma”, na tentativa de minimizar os efeitos nefastos da mais recente e exitosa investida do Governo sobre a sociedade.

A secretária da Associação Estadual de Livrarias do Rio de Janeiro, Milena Piraccini Duchiate, aponta uma contradição gritante na incidência da Cofins sobre livros e periódicos estrangeiros. Ora, diz ela, se há isenção para uma infinidade de produtos sem similares no Brasil, por que taxar livros e periódicos estrangeiros, uma vez que eles não possuem similares nacionais?

O Governo do Presidente Lula precisa reconhecer o erro e corrigir logo esta injustiça antes que seja tarde demais.

*Publicado: página PSDB*

## **Um crime de lesa-pátria**

A decisão do Governo chinês de devolver a soja exportada por 23 empresas brasileiras já causou um prejuízo de US\$1 bilhão ao Brasil, do qual pelo menos R\$208 milhões serão arcados pelos produtores paranaenses. Segundo a Ocepar, 800 mil toneladas de soja em grão estão estocadas em armazéns do Estado à espera do sinal verde chinês para serem embarcadas, sinal que poderá não ser emitido.

Esse prejuízo, porém, é apenas a ponta do *iceberg*, aponta o Senador Osmar Dias, que foi duas vezes Secretário de Agricultura do Paraná. A maior ameaça à soja brasileira, diz ele, é a credibilidade que está sendo questionada pelos chineses e poderá, se medidas efetivas não forem tomadas a tempo, se estender a outros países e atingir outros produtos nacionais.

Se isto ocorrer, o prejuízo será incalculável, castigando o mais pujante setor produtivo nacional e responsável pelo brilhante desempenho de nossa balança comercial, que é o agronegócio.

Os chineses justificaram sua atitude afirmando que a soja brasileira conteria sementes tratadas com fungicidas acima dos padrões fitossanitários aceitáveis. E quais seriam esses padrões? Duas sementes por quilo – e toda semente tem de ser necessariamente tratada com fungicida, diga-se – são convencionalmente aceitas no mercado internacional como padrão de referência. A este padrão submetem-se os Estados Unidos e a União Européia, dois grandes consumidores da soja brasileira, que, portanto, está plenamente configurada como observadora desse limite.

A justificativa chinesa é, pois, descaradamente artificial. É um ato despudorado de devolver mercadoria cara para comprar a mesma mercadoria mais tarde a preços camaradas. Quando os chineses compraram a soja brasileira (e 50% do que exportamos em grão é consumido naquele país), em março, o produto estava cotado na Bolsa de Chicago em US\$10,50 o *bushel*. Havia, então, a perspectiva de quebra na safra brasileira devido à estiagem que atingiu o Sul do País e da norte-americana, por motivo exatamente oposto, o excesso de chuvas. A safra brasileira sofreu uma pequena quebra, de fato, mas o mesmo não irá acontecer com a norte-americana, da qual se previa uma redução de 25%. Além disso, os estoques mundiais terão, contrariando também as estimativas, um incremento de 40%. Ou seja, em vez de faltar, está sobrando soja no mercado internacional.

Essas notícias repercutiram imediatamente sobre o preço da soja, que chegou a recuar na Bolsa de Chicago para US\$8 o *bushel* (esse valor se recuperou levemente, estando hoje próximo dos US\$9 o *bushel*).

É de se espantar neste processo a timidez do Governo brasileiro. A decisão chinesa foi tomada logo depois de o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter visitado aquele país em busca de novas oportunidades comerciais (a China é um “*shopping* de oportunidades”, disse ele) e também diplomáticas. Nesse campo, o Brasil procurava aliciar um parceiro poderoso em sua cruzada contra os subsídios norte-americanos e europeus aos produtos agrícolas daqueles países.

Os chineses se calaram aos apelos do nosso Presidente para se somarem a esta cruzada e agora voltam-se contra os interesses brasileiros. Uma ação diplomática do Governo brasileiro é mais do que necessária, é urgente, para que os prejuízos provocados pela decisão chinesa sejam ressarcidos. A Organização Mundial do Comércio, sugere o Senador Osmar Dias, tem de ser acionada o quanto antes.

A omissão neste campo, que tem pautado a conduta do Presidente Lula, está, portanto, caracterizando um autêntico crime de lesa-pátria.

*Publicado: página PSDB*

## Dispostos a tudo

Preservar a permanência no poder, e prolongá-la o máximo possível, é um desejo natural de todo grupo político. Este desejo, no entanto, só adquire legitimidade se os meios utilizados para satisfazê-lo respeitarem as leis que dão ordenamento ao Estado democrático.

As candidaturas a prefeito estão lançadas, e o Governo Federal quer transformar as eleições municipais, assim se manifestaram vários de seus integrantes, entre eles o Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, num plebiscito nacional sobre a sua administração. E, naturalmente, fazer o PT conquistar o maior número possível de prefeituras.

O partido comanda hoje cerca de 200 municípios. Alguns líderes do PT chegaram a profetizar, embalados pela grande popularidade que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva desfrutou até meados do ano passado, que a meta do partido era conquistar 800 das pouco mais de 5.500 prefeituras do País. Com a popularidade de Lula em queda contínua, o partido reviu suas expectativas e conta com uma vitória mais modesta, “apenas” dobrar o número de prefeituras sob seu comando.

Para atingir essa meta, o Governo Federal está disposto a tudo. Já que não pode mudar a legislação a tempo de interferir nas eleições de outubro, tomou as medidas necessárias para que as leis pudessem ser interpretadas e, conseqüentemente, aplicadas em seu benefício. Parecer da Advocacia-Geral da União (órgão subordinado à Presidência da República), preparado a pedido do Ministério das Cidades (chefiado pelo ministro petista Olívio Dutra), autorizou o repasse de verbas dos Governos Federal e Estaduais para os municípios durante o período eleitoral.

Este procedimento estava impedido desde 1997, quando se estabeleceu que as transferências voluntárias, isto é, as verbas não previstas pela Constituição, da União e dos estados para os municípios, e destinadas a obras não iniciadas ou não previstas nos orçamentos municipais não poderiam ocorrer a partir de três meses antes das eleições. Agora, “liberou geral”.

Não é preciso ser muito perspicaz para se intuir que os repasses irão atender, prioritariamente, as prefeituras sob o comando do PT e de seus aliados, provocando-se, assim, um desequilíbrio de forças que o regime democrático não prevê em seus fundamentos. Pois o dispositivo que o Governo pretende atropelar – o inciso VI do artigo 73 da Lei Eleitoral – foi criado justamente para permitir que todos os partidos tivessem oportunidades iguais durante a disputa eleitoral.

O favorecimento aos aliados visando às eleições deste ano, aliás, já está em marcha desde o início do ano. Em junho, técnicos da Comissão Mista de Orçamento do Congresso detectaram uma desproporção descabida entre os recursos liberados para as prefeituras governadas ou cobiçadas por aliados e as de interesse ou administradas pela oposição.

De janeiro a maio, segundo os técnicos da comissão, o Governo liberou 28% das emendas propostas pelos deputados aliados contra 2% dos deputados de oposição. Em valores absolutos, o PT foi o campeão na obtenção de recursos, abocanhando R\$48,6 milhões. Enquanto isso, o meu partido, o PSDB, conseguiu tão-somente R\$1,7 milhão ou 1,88% do total das emendas liberadas.

Recente levantamento da *Folha de S.Paulo* comprova o quanto o Governo age com dois pesos e duas medidas. Os deputados e senadores aliados que disputarão as eleições deste ano – 73 ao todo – conseguiram liberar 45,8% das emendas orçamentárias que apresentaram. Os 21 de oposição, mero 1,9%.

A meu pedido, o Tribunal Superior Eleitoral deverá se manifestar sobre o parecer da Advocacia-Geral da União. Esperamos que essa manifestação ocorra a tempo de impedir mais esta injustiça com o eleitor e uma previsível investida eleitoreira sobre os cofres públicos.

*Publicado: página PSDB*

## “Semancol e memorex”

O Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva deflagrou por rádio e tevê, utilizando-se do horário gratuito do PT, uma guerra publicitária contra seu antecessor Fernando Henrique Cardoso e seu partido, o PSDB.

Os ataques visam a toda a oposição, classificada pelo Presidente do PT, José Genoíno, de “sectária, estreita, radicalóide e eleitoreira”, mas, evidentemente, pretende atingir seu “inimigo número um”, o fantasma que atormenta os neopetistas: a nostalgia do Governo anterior, que se dissemina cada vez mais entre grande parte da população, alimentada pelo fracasso retumbante do Governo Lula.

Lula já cumpriu um terço do mandato, e o que vemos do seu Governo? Confusão, inoperância, arrogância, aparelhamento do Estado e o descumprimento total de suas promessas de campanha. As metáforas do Presidente poderão, se as coisas continuarem nesse ritmo, produzir outra, fatal para a imagem e o destino tanto dele como do seu partido: seu Governo é o que foi sem jamais ter sido.

Genoíno afirma que a Oposição precisa de “semancol, memorex e chá de camomila”, quando, na realidade, esses antídotos deveriam ser consumidos, em doses cavalares, pelos atuais detentores do poder. Porque, até o momento, os únicos que não se “mancaram” que o Governo ou está no caminho errado ou sequer está trilhando caminho algum são os petistas. Porque os que estão sofrendo de amnésia coletiva – e por isso necessitam de memorex – são justamente os petistas. E porque os que estão com os nervos à flor da pele, demonstrando um comportamento próximo ao ataque de nervos, são eles mesmos, os petistas, e por isso nada mais recomendável que o chá de camomila.

Isto é fato, isto é verdade: o Governo do PT está colhendo o que plantou por ter renegado sua ideologia para conquistar o poder, e por isso paga o preço da incoerência, e seu silo está vazio porque suas promessas, muitas delas mirabolantes, não foram e jamais serão cumpridas. Fome Zero, “espetáculo do crescimento”, criação de 10 milhões de empregos, a prevalência da ética: onde estão, para onde foram?

Dois recentes episódios revelam a dualidade do Governo petista. Primeiro, a manobra para sepultar a CPI dos Bingos e, assim, impedir uma investigação profunda sobre eventual cumplicidade do Ministro da Casa Civil, José Dirceu, com seu protegido Waldomiro Diniz, flagrado cobrando comissão para facilitar os negócios da contravenção. Se a CPI tivesse sido instalada, certamente, o Senado seria induzido a aprovar a medida provisória que proíbe o funcionamento dos bingos. A recusa dos senadores em aprovar a MP foi não apenas a maior derrota do Governo no Congresso, mas permite a suspeita de que, no fundo, no fundo, o Governo não estava interessado realmente em proibir esse jogo.

O novo valor do salário mínimo é outro exemplo, e seria cômico se não fosse trágico. Foi o segundo reajuste do mínimo autorizado por Lula, o mesmo Lula que prometeu dobrar o seu poder de compra em quatro anos de governo. O reajuste foi tão decepcionante que até os parlamentares do PT estão propondo sua elevação. Seja qual for o resultado desse embate, o Governo, mais uma vez, sairá profundamente desgastado.

As críticas do Governo do PT à Oposição e ao PSDB em particular são injustas e ao mesmo tempo ameaçam ainda mais os planos de poder do partido. São injustas porque até o momento os maiores adversários de Lula e do PT têm sido justamente Lula e o PT, que não se entendem, paralisando assim a administração, enquanto as maiores demonstrações de apoio e boa vontade em relação às medidas do Governo têm sido dadas por parlamentares e governadores da Oposição.

Em médio prazo, essas críticas poderão se voltar contra as pretensões de reeleição de Lula, porque reforçam ainda mais a imagem, e o sentimento coletivo crescente, de que Fernando Henrique é o único capaz de colocar a casa em ordem.

*Publicado: Jornal Hoje (10-5-2004); Folha de Londrina (25-5-2004); página PSDB*

## Segurança, o desafio nacional

O Governo criou recentemente a força-tarefa federal, que terá a missão, após o devido treinamento e equipamento de seus integrantes, de intervir em situações de conflitos graves, em qualquer parte do território nacional.

A criação deste novo dispositivo policial é meritória, mas o Brasil ainda carece – e o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pouco tem feito para suprir essa deficiência – de uma política consistente de segurança pública.

A recusa em recorrer às Forças Armadas como instrumento sistemático de repressão à criminalidade é um erro, que infelizmente está sendo pago por milhares de vidas interrompidas ano a ano pelo crime, seja organizado ou não.

Embora a missão principal das Forças Armadas seja, e sempre continuará sendo, a de nos proteger de ataques externos, ela deveria ser mobilizada para nos garantir também a segurança interna. Não temos – e por muito tempo não teremos, se a carruagem continuar nesse ritmo e direção – nenhum vislumbre de ameaça externa. Enquanto isso, em nosso próprio território somos vítimas de uma intensa conflagração cotidiana e que tende a se intensificar ainda mais se medidas preventivas e eficazes não forem adotadas com urgência.

A Câmara dos Deputados analisa um projeto de lei, apresentado por mim, que normatiza o emprego das Forças Armadas na repressão ao crime. Proponho, em resumo, que uma parcela dos militares receba, além da formação tradicional, treinamento específico para combater o crime e que esses militares, ao serem enviados para tais missões, tenham uma compensação financeira por essa nova tarefa, de 30% sobre o seu soldo.

Reforçar a repressão ao crime é uma exigência de toda a sociedade, mas é preciso agir também preventivamente e, além disso, combater as causas da criminalidade crescente, que são por demais conhecidas: as precárias condições sociais em que vive a maioria da população brasileira.

O combate a essas causas, históricas e ao mesmo tempo endêmicas, exigirá – e isso também é por demais conhecido e infelizmente pouco praticado – a aplicação de políticas econômicas e sociais corretas e continuadas. Um trabalho, portanto, que, para produzir seus primeiros grutos exigirá décadas de empenho de toda a sociedade, tendo o Poder Público como o principal agente transformador.

Enquanto isso não ocorre (e ocorrerá?), não podemos continuar assistindo à marginalidade conquistar cada vez mais poder, território e poder de ação. A repressão deve ser reforçada imediatamente, com a participação vital das Forças Armadas, ao mesmo tempo em que a prevenção tem de constar como uma das prioridades da política de segurança nacional. E ser aplicada imediatamente.

O policiamento comunitário é um modelo de prevenção ao crime que deve ser adotado em todo o território nacional. Inspirado em modelos aplicados por países desenvolvidos – e cada vez mais disseminado no mundo –, o policiamento comunitário foi introduzido no Brasil, onde vem adquirindo características peculiares a cada região, no início da década de 90 no Município de Guaçuí, sul do Espírito Santo.

O policiamento comunitário, prática exclusiva da Polícia Militar em vários estados, prevê o envolvimento do policial com a comunidade e desta com todas as questões relativas à segurança pública, tendo o Poder Público a obrigação de atender, na medida do possível, às reivindicações desses dois atores.

A Polícia Comunitária prevê, entre outras coisas, o estabelecimento de um posto policial fixo e a residência dos policiais na região atendida. A interação com a comunidade é feita por meio do Conselho Comunitário de Segurança. Questões como iluminação pública, pavimentação e serviços sociais devem ser atendidas pelo Poder Público, já que o bem-estar de qualquer comunidade é requisito básico para a diminuição da criminalidade.

O policiamento comunitário praticado em locais como Vitória (ES), Macapá (AP) e Jardim Ângela, em São Paulo – que já foi considerado pela ONU o lugar mais violento do mundo e hoje apresenta condições normais de sociabilidade – passou a ser referência interna-

cional. Vários países enviaram representantes ao Brasil para conhecê-lo e aplicá-lo em seu território. A diminuição da criminalidade nos locais citados é incontestável.

Quando o policiamento comunitário, apoiado no reforço do policiamento repressivo com a participação das Forças Armadas, se disseminar pelo País, poderemos, enfim, voltar a garantir a todo brasileiro o direito básico e elementar que lhe vem sendo negado há muito tempo, a segurança.

*Publicado: página PSDB*

## **A vitória da ideologia**

A terceira viagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à África é mais uma investida da nova diplomacia brasileira para estreitar os laços com os países do Terceiro Mundo. As relações assim chamadas Sul-Sul são a tônica da guinada diplomática promovida pelo Governo Lula, sob a égide de seu assessor especial Marco Aurélio Garcia e do Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. A execução dessa política está sendo feita por diplomatas jovens e de pouca experiência, que substituem diplomatas de experiência e capacidade reconhecidas.

O pragmatismo cedeu lugar à ideologia, é o que se depreende da nova orientação diplomática. Orientação que, apesar da profunda transformação do cenário internacional ocorrida no período, denota ser a reencarnação do esforço diplomático do nada saudoso regime militar.

Os motivos que levaram o Brasil, três décadas atrás, a voltar-se para o Terceiro Mundo foram, entre outros, o isolamento político que a ditadura impôs a si própria ao negar a vigência do Estado de direito, contrariando, assim, o *status quo* dos países ocidentais e a nossa incipiente indústria, que, para sobreviver, precisava ter as fronteiras nacionais fechadas aos produtos estrangeiros, melhores e mais baratos, na grande maioria dos casos.

Nenhum desses motivos resistiu ao tempo. Somos um país com regras democráticas, no que nos equiparamos aos do Primeiro Mundo, e nossa economia – a 15ª na escala global – tem condições de competir, com algumas ressalvas, de igual para igual com a dos países ricos.

Dar prioridade às relações diplomáticas – o que inclui o esforço comercial – com os precários países do Terceiro Mundo no atual contexto da globalização pode trazer conseqüências desastrosas para o Brasil. Quais serão essas conseqüências e quais as suas dimensões, somente o tempo poderá indicar.

Mas já estamos sentindo – e certamente sentiremos ainda mais – os efeitos da nova diplomacia do Governo Lula: estamos perdendo o passo da História nas duas principais frentes diplomáticas que poderiam inserir definitivamente o Brasil no mundo globalizado, a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e a integração Mercosul-União Européia.

Não bastasse isso, o Brasil não está sabendo fazer com que seus sócios do Mercosul, principalmente a Argentina, respeitem as normas que deram origem e são a razão de ser do mercado comum do Cone Sul, bloco econômico, para o qual o Brasil concentrou seus principais esforços na última década, que neste momento é apenas uma caricatura do que deveria ser.

A Alca está prevista para vigorar a partir de janeiro de 2005, mas a resistência de alguns de seus futuros possíveis membros, capitaneados pelo Brasil, provocou a suspensão *sine die* das negociações. O cronograma da área de livre comércio americana está, portanto, seriamente comprometido. E se inviabilizará caso o impasse continue, pois o Governo norte-americano será obrigado a pedir nova autorização ao Congresso para continuar as negociações.

As negociações entre o Mercosul e a União Européia sofreram um duro golpe na primeira quinzena deste mês de julho. Brasil e Argentina retiraram-se das negociações alegando serem insatisfatórias as concessões dos europeus aos produtos de origem agropecuária desses dois países. O mandato da delegação européia que negocia o acordo expira em outubro. Se até lá as negociações não forem desbloqueadas, elas estão ameaçadas de recomeçar do zero, já que uma

nova delegação – agora representando a União Européia ampliada – terá de ser nomeada.

Nas negociações com a União Européia e sobre a Alca, o Brasil está dando ênfase aos produtos agropecuários e relegando a segundo plano os nossos produtos industrializados, para desespero da classe industrial, além de dar pouca importância a outros itens das negociações, que são a prestação de serviços e as compras governamentais.

Estamos, assim, desperdiçando a oportunidade de conquistar maior acesso às economias mais ricas do mundo para investir nosso presente e apostar nosso futuro numa direção diplomática e comercial de perspectivas incertas e pouco entusiasmantes.

*Publicado: página PSDB*

## **O PT e o “Grande Irmão”**

O Partido dos Trabalhadores, que detém o mais alto poder do País – a Presidência da República –, já deu demonstrações mais do que convincentes de intolerância em relação às críticas que se fazem a seus integrantes e a seus métodos de governar.

A confrontação mais estridente do *establishment* petista com alguém que ousou criticá-lo foi o lamentável episódio da expulsão do jornalista Larry Rother, do *The New York Times*, que teve a petulância de afirmar que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva teria a propensão diabólica de ingerir bebida alcoólica em dosagem excessiva. A expulsão do jornalista somente foi revogada após forte clamor da sociedade contra uma medida que em gênero, número e grau ressuscitava os fantasmas mais medonhos do regime militar.

O Congresso Nacional acaba de receber o projeto que cria o Conselho Federal de Jornalismo e nas próximas semanas será informado oficialmente da criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (ANCINAV), cujo anteprojeto tornou-se público há alguns dias.

As duas iniciativas, que evocam os mais intransigentes fantasmas do estalinismo e de outras ditaduras sepultadas pela História, estão recebendo críticas contundentes dos agentes dos setores envolvidos. Embora o texto final das propostas dependa do Congresso (no segundo caso, da Ancinav, o que se tem até o momento é apenas um anteprojeto), ambas têm causado justificada apreensão de que a liberdade de expressão e de opinião esteja seriamente ameaçada.

A criação da Ancinav, de acordo com o anteprojeto, irá submeter toda a criação audiovisual, cinema, tevês e radiofônica, inclusive sua linha editorial, ao crivo do Palácio do Planalto. E o Conselho Federal de Jornalismo, proposto por uma das entidades da categoria, a Federação Nacional de Jornalistas, e regulamentado pelo Ministério do Trabalho, terá a preocupante finalidade de “orientar, disciplinar e fiscalizar” as atividades jornalísticas, podendo até casar o direito de uma pessoa exercer essa profissão.

O Congresso, portanto, enfrentará o desafio de separar o joio do trigo contido nessas duas propostas para que seja preservada a liberdade de expressão e de opinião, uma das mais gloriosas e sofridas conquistas da jovem democracia brasileira.

A opinião pública está farta de saber que o PT no poder não é mais o mesmo PT que construiu sua história na oposição. Estes dois órgãos limitadores da liberdade de expressão que o PT no poder está gestando violentam a imagem que o PT construiu quando na oposição, imagem que forjou devido justamente à liberdade de expressão e opinião tanto dos integrantes do partido como dos veículos de imprensa que a registrou.

Essas propostas, tal como se apresentam em suas formas originais, são, na realidade, os mais recentes instrumentos de pressão que o PT quer utilizar para calar aqueles que a ele se opõem.

Desde a posse de Lula, especialmente após a reabertura das investigações sobre o assassinato do Prefeito petista de Santo André, Celso Daniel, o partido vem se indispondo contra o Ministério Público, cujas ações pretende limitar por meio do veto ao seu direito de investigar.

Para agravar ainda mais este quadro, a nova diretoria da Agência Brasileira de Informações pretende obter a autorização para fazer es-

cutas telefônicas, prática permitida somente à Polícia Federal desde que autorizada pela Justiça. Ou seja, ao mesmo tempo em que demonstra um apetite avassalador para limitar a ação de seus críticos, o PT no poder quer mais liberdade, ou a liberdade sem limites, sabe-se lá, para bisbilhotar a vida alheia.

George Orwell, autor de *1984*, o clássico de ficção-científica que projetava, para alertar sobre os seus riscos, o total controle da sociedade pelo “Grande Irmão” – o “olho” que tudo via, de tudo sabia e tudo impunha – deve estar se revolvendo em seu túmulo.

*Publicado: página PSDB*

## **A “novilíngua” do ex-guerrilheiro**

O artigo do Presidente Nacional do PT, José Genoíno, publicado na edição de 14 de agosto de *O Estado de S. Paulo*, sob o título “O PT, inverdades e reflexões”, é um atestado de cinismo político e um ensaio mal-sucedido da “novilíngua” que o partido governante quer impor à sociedade para justificar os seus atos.

“Novilíngua” é o discurso oficial que George Orwell expôs em *1984*, obra de ficção-científica que profetizou o domínio e a manipulação da informação pelos regimes ditatoriais.

Na tentativa de defender o PT das críticas mais recorrentes que têm sido feitas ao partido nos últimos meses, Genoíno centraliza sua argumentação na ocupação de cargos públicos por petistas e no “dízimo” que esses servidores comissionados destinam mensalmente à agremiação. Espertamente, o dirigente nacional do PT evita abordar outros questionamentos ao partido.

Para ele, os que esgrimem esses argumentos para atacar o partido governante compartilham de uma “cultura apartidária”, motivada pela “cultura do personalismo”. Os críticos do PT são, em última instância, segundo ele, contrários à consolidação da democracia, regime que exige “partidos fortes”, e o que o PT pretende é contribuir para a democracia por meio do “fortalecimento de sua estrutura or-

ganizativa e material”. O processo de fortalecimento do PT, alega Genoíno, obedece ao ocorrido nas democracias européias.

A tese do Presidente do PT – ex-guerrilheiro do Araguaia que se transformou num dos mais chamativos deputados federais antes de assumir o comando da agremiação governista – induz necessariamente a uma reflexão sobre as inverdades nela contidas.

Criticar o PT por ter aparelhado a administração federal é, diz ele, uma “crítica sem cerimônia” que “não se dá ao trabalho de expor quais seriam os critérios para definir o que é aparelhamento do Governo e do Estado”. Já que ele também não elucida quais seriam esses critérios, dou-me este direito: aparelhar o Estado, e conseqüentemente o Governo, é designar para a maior quantidade possível de cargos públicos filiados do partido governante.

Exatamente como fez – e ainda faz – o PT, que montou a maior estrutura burocrática da história republicana (como afirmou o mesmo *O Estado de S. Paulo* na edição do dia 15), ampliando para 33 os ministérios, criando centenas de diretorias de estatais e de órgãos públicos para alojar os “companheiros” e dando emprego a cerca de 30 mil petistas, de todas as correntes ideológicas do partido, por mais conflitantes que possam ser.

Nas empresas públicas, a cujos cargos de direção os petistas ascenderam, garante Genoíno que foi “por mérito, competência e carreira profissional”, os efeitos do aparelhamento já se fizeram sentir, bastando citar, para efeito de exemplo aleatório, a queda brusca de faturamento ocorrido na Empresa de Correios e Telégrafos no primeiro ano da administração petista. Desempenho que a farta distribuição de cargos públicos para os petistas, que são obrigados regimentalmente a contribuir para o partido de acordo com seus salários, está transformando o PT num dos partidos mais ricos e poderosos do ocidente (Genoíno “esqueceu-se” de dizer que a obrigatoriedade se estende a todos os ocupantes de cargos públicos e não apenas, como afirmou, aos “ocupantes de cargos eletivos”).

Esta contribuição obrigatória – que não se verifica em nenhum outro partido, ao contrário do que afirma Genoíno – é responsável por grande parte do babilônico orçamento do PT, que este ano deve

chegar a R\$120 milhões. Com tantos recursos, é evidente que o PT reúne todas as condições para continuar “sua caminhada rumo ao fortalecimento de sua estrutura organizativa e material”. Esta estrutura “organizativa e material”, condição do fortalecimento do PT e, segundo Genoíno, da democracia em si, difere profundamente do padrão europeu invocado por ele.

A Europa possui, de fato, partidos políticos fortes, que, no entanto, sabem distinguir, porque sabem que agindo de outra forma perderão a credibilidade e, conseqüentemente, o poder, os interesses partidários dos interesses do Estado.

Diz Genoíno que “é preciso lembrar (...) que o PT nasceu e se formou como um partido separado do Estado”, mas esta distinção deixou de ser aplicada depois que o PT conquistou a Presidência da República. Em qual país europeu o partido governante teria a ousadia de recorrer a um banco estatal para patrocinar um *show* destinado a arrecadar dinheiro para o próprio partido?

Em qual país europeu o tesoureiro do partido governante (bom-dia, senhor Delúbio Soares) teria livre acesso à sede do Governo para intermediar assuntos de interesse da iniciativa privada junto ao Governo?

Em qual país europeu o governo favoreceria, sem que corresse o risco de provocar uma rebelião popular e ser defenestrado, os municípios administrados por prefeitos filiados ao partido governante que buscam a reeleição?

E, por último – já que a Europa foi citada como paradigma do “fortalecimento do PT” –, qual país europeu aceitaria que o partido governante pretendesse, como pretende o PT, limitar a ação do Ministério Público, impedir que funcionários públicos dessem informações à imprensa, controlar os jornais, rádios e tevês e toda a produção cultural?

O Presidente do PT diz que as críticas ao seu partido se tornaram mais intensas após as manifestações dos sintomas de melhora econômica do País. Esta é outra recorrência mal-sucedida à “novilíngua” por parte do ex-guerrilheiro Genoíno. As críticas ao PT se tornaram mais intensas, porque mais intensas têm sido as manifestações de volúpia do PT pelo poder. Poder que o partido pretende exercer

de forma autoritária, pois a confusão entre o privado e o público e a imposição do silêncio aos críticos constituem a essência do autoritarismo.

*Publicado: página PSDB*

## **A bomba-relógio**

A população mundial deverá atingir 9,2 bilhões de pessoas em 2050, 45% mais que os 6,3 bilhões atuais. Cerca de 98% desse crescimento deverá ocorrer nos países em desenvolvimento, que concentram a maior parte da população pobre. O Brasil, hoje com 181 milhões de habitantes, segundo a mais recente pesquisa feita pelo IBGE, deverá ter dentro de 45 anos 260 milhões de habitantes.

A previsão, feita pelo *Population Reference Bureau*, com sede em Washington, no início de agosto, é preocupante. Uma verdadeira bomba-relógio demográfica foi acionada. O crescimento da população pobre está há tempos na agenda de instituições internacionais e dos governos das nações mais poderosas do mundo, mas pouco – quase nada, na realidade – foi feito para evitar a catástrofe anunciada.

Os países miseráveis da África vão liderar o aumento populacional, com um crescimento médio de 119%; a Índia deverá ultrapassar a China (hoje o país mais populoso do planeta), atingindo 1,6 bilhão de pessoas – 500 milhões a mais do que atualmente – e Bangladesh dobrará sua população, chegando a 280 milhões. O continente latino-americano deverá ter um crescimento populacional de 42% e a população da Ásia crescerá 39%.

Contrastando com a expansão demográfica dos países pobres, as nações mais desenvolvidas deverão registrar uma diminuição de seus habitantes. A Europa encolherá 8% e o Japão, 21%. Os Estados Unidos, pelo contrário, terão mais habitantes, 43% mais do que hoje, mas isto por causa da expansão do número de seus moradores hispânicos, justamente os que têm menos acesso ao elevado padrão de vida do norte-americano médio.

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) estima que aproximadamente 842 milhões de pessoas no mundo sejam subnutridas hoje. Uma boa parte dessas pessoas não tem o que comer, dependendo exclusivamente, para não morrer de fome, da ajuda internacional.

Do total de famintos ou subnutridos no mundo, 10 milhões estão em países ricos, 34 milhões nos países em transição para a economia de mercado (no Leste Europeu e Ásia, principalmente) e 798 milhões nos países em desenvolvimento.

A primeira mobilização internacional contra o espectro da fome foi feita em 1996, por iniciativa da FAO, que promoveu a Cúpula Mundial sobre a Alimentação. Segundo essa instituição, a fome, que havia recuado na primeira metade da década de 90, voltou a crescer a partir desse período. A Cúpula Mundial estabeleceu como meta reduzir o contingente de famintos a 400 milhões até 2015. O cumprimento desse objetivo, no entanto, tem sido “decepcionantemente lento”, lamenta a FAO.

O Programa Fome Zero, lançado com espalhafato pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao assumir o Governo, em janeiro do ano passado, tornou-se uma referência mundial, mas seus resultados até agora têm sido desoladores. Panamá, Vietnã e Quênia adotaram programas semelhantes, com menos alarde que o Brasil, e, segundo a FAO, têm apresentado resultados satisfatórios.

A bomba-relógio, que tem como explosivos a fome e o crescimento da população pobre, somente poderá ser desativada se um grande esforço mundial for empreendido. E se for iniciado imediatamente.

A FAO aponta cinco medidas que precisam ser aplicadas simultaneamente. São elas: melhorar a produtividade agrícola das comunidades rurais pobres; desenvolver e conservar os recursos naturais; ampliar a infra-estrutura rural e o acesso aos mercados; reforçar a capacidade de geração e difusão de conhecimentos e garantir o acesso aos alimentos para os mais necessitados.

Dessas propostas, uma merece destaque: o acesso aos mercados. O desenvolvimento da agricultura nos países mais pobres e a exportação desses produtos agrícolas para os países ricos proporcionaria

um fluxo anual de 100 bilhões de dólares para os países mais pobres, incluindo o Brasil. Mas as nações – Estados Unidos e Europa – preferem proteger o seu mercado interno, gastando diariamente um bilhão de dólares para subsidiar os produtores rurais.

Ou seja, enquanto os países ricos permanecerem insensíveis, o futuro dos mais pobres permanecerá sombrio.

*Publicado: Jornal O Berro (9-2004); O Londrinense (9-2004)*

## **Chávez e o declínio latino-americano**

O Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, foi confirmado no cargo, em plebiscito inédito – realizado no dia 15 – na América Latina, por 59% dos eleitores. Poderá, portanto, governar até 2007, como determina o mandato que lhe foi conferido pela população venezuelana, e ainda disputar a reeleição, como prevê a Constituição. Teoricamente, Chávez poderá, se reeleito, manter-se na presidência até 2014, já que o mandato presidencial na Venezuela tem a duração de sete anos. Mas ele não se cansa de repetir que seu projeto é governar até 2020, embora não tenha esclarecido que recurso utilizará para atingir este objetivo.

Presidentes eleitos democraticamente que recorrem aos mais diversos meios para governar ditatorialmente, ou quase, não são, no entanto, “privilégio” da Venezuela. Na década de 90, o Peru, esgotado pela má administração dos políticos tradicionais, elegeu Alberto Fujimori, um neófito na política, e o resto da história é por todos sabido: Fujimori, com o apoio das Forças Armadas, esvaziou o poder do Congresso, controlou o Judiciário e, até que suas políticas sociais não se exaurissem, governou ao seu bel-prazer, liderando a mais inescrupulosa pilhagem de recursos públicos da história republicana daquele país.

O histórico de Chávez é distinto de Fujimori – hoje refugiado no Japão, onde desfruta da imensa fortuna que acumulou ilicitamente. Fujimori era um engenheiro desconhecido quando chegou à Pre-

sidência; Chávez é militar de carreira (é tenente-coronel do Exército) que, em 1992, liderou um frustrado golpe militar.

Mas o estilo de governar de ambos apresentam convergências profundas. Tanto Fujimori como Chávez têm em comum o apetite insaciável pelo poder e a total falta de escrúpulos – e de limites – para exercê-lo. O controle da informação (alô, Presidente Lula), o recurso ao discurso demagógico, o cerceamento da Oposição são alguns dos meios a que recorreu o primeiro e recorre o segundo para prolongar ao máximo o exercício do poder.

Outro recurso é explorar o profundo e justificado descontentamento da população carente em relação às instituições e ao próprio Estado, apresentando-se o Presidente como a personificação do novo Estado, o Estado sonhado pelas camadas mais carentes da população como o ideal para a solução dos seus problemas.

Este sentimento crônico, e cada vez mais agudo, de descrença nas instituições e no próprio Estado não é, também, exclusividade de venezuelanos e peruanos (estes últimos, mais uma vez, vêem suas esperanças morrerem com o Governo malsucedido de Alejandro Toledo).

Este é um sentimento que se generaliza em toda a América Latina, como comprovou recentemente a Organização das Nações Unidas. Pesquisa encomendada por esta organização revelou que a maioria dos latino-americanos julga que o retorno dos regimes democráticos, após um intervalo médio de 20 anos de regimes militares, agravou ainda mais sua situação socioeconômica. Em consequência disso, a maioria dos latino-americanos apoiaria qualquer regime de força que contribuísse para sua ascensão econômica e social.

Os latino-americanos pobres se sentem cada vez mais pobres e, ao mesmo tempo, a classe média – fenômeno facilmente visível na Argentina e no Brasil – é achatada, diminuindo numericamente a cada dia e a cada dia com menos poder de compra e de decisão política.

Andrew Reding, especialista em América Latina do World Policy Institute, de Los Angeles, adverte: é preciso tomar medidas urgentes para salvar os países abaixo do rio Bravo dos apelos populistas, que, em última instância, constituem uma séria ameaça à democracia. Ele propõe que se criem mecanismos de distribuição de renda,

pois a renda em todo o continente está se concentrando cada vez mais nas mãos de poucos, e a urgente intervenção dos Estados Unidos, a exemplo do que foi feito com a Europa após a Segunda Guerra Mundial, com o Plano Marshall.

Este plano, implementado graças à doação por parte dos Estados Unidos de bilhões de dólares, foi vital para a consolidação de uma classe média numerosa e influente, econômica e politicamente. Esta classe média, segundo Reding, explica o êxito da democracia européia frente às investidas do comunismo soviético. Ou seja, o maior antídoto contra o comunismo foi a estabilidade econômica da população européia.

O comunismo soviético é hoje apenas uma referência histórica, enquanto o populismo – manifestação disfarçada de autoritarismo – está em pleno vigor. Ontem no Peru, hoje na Venezuela. Amanhã, qual país latino-americano cederá à sua tentação?

Enquanto as desigualdades sociais persistirem, a América Latina continuará distante de poder usufruir da autêntica democracia, que pressupõe não só a participação popular do poder, mas a distribuição equitativa das riquezas econômicas. Nossos governos, com ou sem o apoio dos Estados Unidos, se unirão em busca de uma solução para o impasse, ou ainda teremos de amargar mais 20, 50, cem anos de solidão?

*Publicado: Jornal de Brasília, DF (25-8-2004); página PSDB*

## **Em defesa do Ministério Público**

O Ministério Público é uma das poucas instituições nacionais que tem conquistado cada vez mais credibilidade junto à opinião pública. Ao mesmo tempo, suas ações têm sido motivo de fortes críticas por parte de integrantes do Governo Federal.

O prestígio do Ministério Público é consequência das investigações que seus membros têm conduzido e que resultaram em dezenas de processos judiciais, envolvendo todo tipo de crime – da lavagem de dinheiro ao tráfico de influência e corrupção, por exemplo –, tendo como réus, entre outros, funcionários do Executivo e membros do Legislativo.

A importância do Ministério Público somente foi reconhecida pela Constituição de 1988, que lhe atribuiu um caráter permanente por ter a atribuição de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis. O Ministério Público é funcionalmente independente dos três poderes.

O Ministério Público não se limita a ser o guardião da lei. Sua missão vai mais além, incluindo a guarda e a promoção da democracia, da cidadania, da justiça e da moralidade, abrangendo também os interesses de toda a sociedade, como a proteção das etnias oprimidas, do meio ambiente, do patrimônio público e dos direitos humanos.

Portanto, o Ministério Público é fiscal, ouvidor e advogado do povo, defendendo-o contra eventuais abusos do Estado ao mesmo tempo em que se dedica a zelar pelo Estado democrático de direito. A instituição se divide basicamente em Ministério Público dos Estados e Ministério Público da União; este último subdivide-se em Ministério Público Federal, do Trabalho, Militar e do Distrito Federal.

As atribuições do Ministério Público estão, como nunca, na ordem do dia da agenda política. Questiona-se não a sua necessidade, mas sua competência para conduzir investigações criminais, justamente a função que mais tem despertado o interesse da opinião pública sobre a instituição e origem de sua crescente credibilidade.

O principal porta-voz do Governo contra a função investigatória do Ministério Público tem sido o Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, que tem recebido sucessivas manifestações de endosso do Presidente nacional do seu partido, o PT, José Genoíno. O apoio de Genoíno a Dirceu neste tema dilui a já tênue linha divisória entre os interesses do Estado, que o ministro representa, e os do partido majoritário do Governo.

Na mais recente investida, Dirceu defendeu a necessidade de limitar a atuação do Ministério Público para impedir, segundo ele, que a instituição se transforme numa Gestapo – a terrível polícia secreta da Alemanha nazista.

É evidente a contradição entre o que membros do Governo e o partido que o sustenta – ao qual pertence o Presidente da República

– dizem hoje sobre o Ministério Público e o que diziam antes. O PT em geral e Dirceu e Genoíno em particular utilizaram à exaustão, quando integrantes do Congresso, o Ministério Público como instrumento contra o Governo de Fernando Henrique Cardoso. Ambos tinham um importante aliado no próprio Ministério Público, o Procurador Luiz Francisco de Souza, militante do PT convertido hoje em dócil colaborador do Planalto.

A competência do Ministério Público para conduzir ou não investigações criminais está sendo decidida pelo Supremo Tribunal Federal. (STF). Cinco dos 11 ministros do STF já emitiram seu parecer. E o placar é favorável ao Ministério Público: foram três votos a favor e dois contra a função investigatória do Ministério Público.

Antecipando-se à decisão do Supremo, que não tem prazo para concluir a votação, o Conselho Superior do Ministério Público Federal estabeleceu algumas regras para a condução de investigações criminais. Entre elas, fixou-se o prazo de 30 dias, prorrogável, conforme as circunstâncias, para a conclusão das investigações, a obrigação de se dar publicidade à apuração e permitir o acesso aos autos dos advogados dos investigados. Além disso, o sigilo da apuração será observado somente em casos em que houver interesse público e terão de ser indicadas as razões objetivas para a adoção desse procedimento.

O estabelecimento de normas para o procedimento investigatório é um avanço do Ministério Público, embora essas normas devam ainda ser regulamentadas em lei. Isso, no entanto, somente poderá ocorrer caso o STF concorde com a função investigatória do Ministério Público.

Abusos, excessos e má conduta ocorrem, infelizmente, em todas as instituições, não sendo, portanto, exclusividade do Ministério Público. Mas punir toda uma instituição por causa de desvios de alguns de seus integrantes é uma injustiça e um retrocesso que o Estado de direito não pode permitir.

*Publicado: Diário Tucano (27-9-2004)*

## O império do terror

É impossível não se chocar com as imagens do massacre na escola russa de Beslan, Ossétia do Norte. Crianças foram feitas reféns, usadas como proteção contra eventual ataque das Forças Armadas – durante o cativeiro, não receberam água ou comida – e assassinadas impiedosamente quando, segundo a versão oficial, tentaram fugir de seus algozes. Muitas morreram durante o confronto das tropas russas com os agressores.

O número de mortos? São centenas. A cada dia são mais e mais, porque muitos sobreviventes do confronto final estão em estado crítico.

Nunca o terrorismo internacional foi tão impiedoso como em Beslan, independentemente de qual lado – dos seqüestradores ou dos soldados – tenha dado o primeiro tiro que provocou o desfecho bárbaro.

Nunca crianças haviam sido usadas e massacradas numa ação terrorista empreendida com uma finalidade aparentemente localizada, que era a reivindicação, entre outras, de que as tropas russas sejam retiradas da república vizinha da Chechênia. A ação, no entanto, devido à fragilidade das vítimas mantidas como reféns, tinha o objetivo escancaradamente propagandista.

Propagandista do terror. Do terror sem limites e sem fronteiras. Porque, entre os terroristas de origem chechena havia vários de origem árabe ligados à multinacional do terror comandada pelo saudita Osama bin Laden, a Al Qaeda.

A história moderna do terrorismo internacional começou a se desenvolver na segunda metade do século passado com as campanhas anticolonialistas, requintou-se com os palestinos e seus aliados do Hezbollah, financiado pelo Irã, para chegar ao auge com a organização comandada por Bin Laden. Nessa cruenta trajetória expansionista, o massacre de Beslan foi a ação mais dramática promovida pelo terror.

O ataque a civis faz parte do ritual terrorista, mas nunca crianças haviam sido usadas (embora na escola de Beslan houvesse muitos

adultos) como alvo preferencial. Nesse sentido, o massacre na Rússia foi mais brutal que a mais ousada ação terrorista de todos os tempos, a destruição, em 2001, das torres gêmeas de Nova Iorque e o ataque ao Pentágono, o Estado-Maior das Forças Armadas dos Estados Unidos.

A ousadia e a eficácia do terrorismo ficaram comprovadas com esses ataques à nação mais poderosa do planeta, assim como a universalização do terror já havia sido comprovada e foi ratificada no trágico 11 de setembro.

Nunca, porém, a crueldade do terrorismo foi exposta tão friamente como em Beslan.

Qual a lição que podemos tirar do massacre na Rússia?

Em primeiro lugar, que o mundo todo, sem exceção, pode ser vítima, a qualquer momento, de um ataque similar ou ainda mais brutal.

Em segundo lugar, que o mundo, sobretudo as nações mais ricas, estão despreparadas para enfrentar convenientemente as ações do terror.

Em terceiro, enquanto persistir a enorme diferença entre países pobres e ricos, e enquanto ações ousadas não forem realizadas para diminuir esse abismo, continuaremos todos reféns. Reféns dos desesperados que transformam esse desespero em violência sem limite.

*Publicado: página PSDB*

## **Bush e a compaixão**

“A América está precisando de união e ansiando por uma dose de compaixão.”

As palavras do Senador John Kerry, pronunciadas ao admitir sua derrota para George W. Bush, referem-se aos Estados Unidos, mas podem e devem ser estendidas a todo o mundo.

A vitória esmagadora de Bush, que fez dele o Presidente que mais votos obteve na história dos EUA, não só o autoriza a dar continuidade à sua política de governo, interna e externa, como aprofunda, num primeiro momento, o isolamento de seu país, sobretudo em relação à Europa.

Bush conseguiu vencer Kerry que, por sua vez, foi o candidato derrotado à Presidência que mais votos fez na longa história democrática de seu país, porque soube capitalizar o sentimento da “América profunda”, como é conhecido o vasto e populoso interior do país, conservador nas esferas política, religiosa e moral.

O Governo Bush já apresenta essas características e sua continuidade, graças à “América profunda”, deverá torná-lo ainda mais ortodoxo em seus princípios e, conseqüentemente, rígido em seus métodos.

Os países mais desenvolvidos da Europa ainda não se recuperaram da decepção com a reeleição de Bush. Até Tony Blair, Primeiro-Ministro da Grã-Bretanha, aliada incondicional dos EUA, admitiu preferir Kerry a Bush. Alemanha, França, Itália e Espanha tentarão recompor suas relações com o Governo Bush, estremecidas com a invasão do Iraque e comprometidas desde que Bush passou a desprezar os tratados internacionais para impor a supremacia de seu país ao restante do mundo. Apenas a Rússia e a maioria dos países do Leste Europeu festejaram a vitória do republicano.

A continuidade do governo Bush é menos traumática para a América Latina do que para os países europeus ricos. Num primeiro momento, nada deve mudar para nós, latino-americanos, que, em contraposição – por mais simpatia que a figura de Kerry exercia sobre as populações do nosso continente –, teríamos certamente que enfrentar uma sucessão de sobressaltos caso o democrata tivesse sido o vencedor.

O governo Bush tem mantido um relacionamento politicamente correto com a América Latina, onde os regimes totalitários, exceto as raras exceções de Cuba e Venezuela, fazem parte do passado, e não se vislumbra que possam ser ressuscitados num futuro próximo.

A área sensível do nosso continente com os EUA é a comercial e, nessa frente, o governo Bush tem conseguido atrair cada vez mais países para a esfera de sua influência.

Bush herdou o Nafta, o acordo de livre comércio com o Canadá e o México, e tem buscado com todo o empenho, embora nem sempre de maneira hábil, acordo similar com os demais países latino-america-

nos. A ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), que começou a ser esboçada por seu antecessor Bill Clinton, esbarra em resistências do Brasil e sua aliada circunstancial, a Argentina, e não tem condições de entrar em vigor na data determinada, janeiro do ano que vem.

Enquanto enfrentava resistências na condução da Alca, o governo Bush negociou acordos de livre comércio com sete países latino-americanos, enfraquecendo, assim, a posição brasileira.

A implantação da Alca, defendida pela maioria dos empresários brasileiros, será adiada, poderá não ocorrer nos moldes pretendidos pelos EUA, mas é certa que ocorrerá.

Se Kerry tivesse vencido as eleições, não só a Alca estaria ameaçada como também todos os acordos de livre comércio vigentes com os países latino-americanos. Porque, tradicionalmente, os democratas são mais protecionistas que os conservadores e Kerry anunciou, durante a campanha eleitoral, que caso vencesse a disputa reveria esses acordos.

Na política externa, Bush dará prioridade a uma saída honrosa do Iraque, se esforçará para reconquistar o apoio de seus ex-aliados europeus e, certamente, empreenderá uma campanha de relações públicas – baseadas em ações concretas – para refazer a imagem de seu país no restante do mundo. Para isso, terá, como definiu seu adversário derrotado, de buscar a união, o que somente conseguirá se agir com uma “dose de compaixão”.

*Publicado: página PSDB*

## **O reconhecimento do PSDB**

As eleições municipais consolidaram o PSDB como o principal partido de oposição ao Governo Federal e fortaleceram suas chances de reconquistar a Presidência da República, que esteve em suas mãos durante oito anos com Fernando Henrique Cardoso.

O PSDB, que no primeiro turno não elegeu nenhum prefeito de capital, embora tenha sido vitorioso em mais de 800 cidades, conquistou, no segundo, cinco prefeituras de capitais. Entre elas a mais importante de todas, São Paulo, que a partir de janeiro estará sob o

comando de José Serra, o adversário de Luiz Inácio Lula da Silva na última eleição para presidente.

O PSDB foi, depois do PT, o partido que conquistou o maior número de capitais. Além de São Paulo, o partido venceu em duas capitais estratégicas do Sul – Curitiba e Florianópolis -, numa do Centro-Oeste – Cuiabá – e do Nordeste, Teresina.

Além dessas capitais, o partido administrará três importantes cidades de São Paulo – Ribeirão Preto, Sorocaba e Piracicaba. Na primeira dessas cidades, a vitória do PSDB foi emblemática, pois destronou o grupo político do Ministro da Fazenda Antonio Palocci. Palocci governou a cidade duas vezes e se esforçou pessoalmente nesta eleição para que o candidato seu, vice-prefeito de então, tivesse êxito.

O PT fez nove capitais. Seis no primeiro turno, três no segundo. Dessas nove cidades, porém, apenas três têm relevância econômica e política em nível nacional: Belo Horizonte, Fortaleza e Vitória. O PT saiu vitorioso ainda no primeiro turno na capital mineira graças em grande parte ao respeito da população a Célio de Castro, que deixou a prefeitura em mãos de Fernando Pimentel, agora reeleito, após um aneurisma cerebral.

Luizianne Lins teve em Fortaleza uma vitória pessoal, já que sua candidatura ocorreu à revelia do PT nacional.

O PFL divide com o PSDB as principais batalhas em nível nacional, e elegeu um prefeito de capital, César Maia, no Rio de Janeiro já no primeiro turno.

Para o PT, o resultado das eleições é um sinal de alerta. O partido, além de perder o controle da principal cidade do País, foi afastado da prefeitura de Porto Alegre, onde reinou absoluto nos últimos 16 anos. A derrota nessas duas cidades fragiliza a imagem do partido e ameaça seu desempenho na disputa pela Presidência.

No Sul, das oito disputas de que participou no segundo turno, o PT somente venceu em Londrina. O partido foi derrotado, além de Porto Alegre, em Curitiba, Florianópolis, Ponta Grossa, Maringá, Caxias do Sul e Pelotas.

O êxito de José Serra, Presidente do PSDB nacional, deve ser atribuído, além de ao próprio perfil do prefeito eleito, à aprovação

dos paulistas ao Governo do tucano Geraldo Alckmin e ao seu esforço para eleger o maior número de prefeitos em São Paulo.

Faltam dois anos para as eleições para presidente da República, governadores, um terço do Senado Federal e a renovação da Câmara dos Deputados. Até lá, por mais fortalecido que esteja após 31 de outubro, o PSDB continuará o mesmo: opositor ao Governo Federal e suas dúvidas, mas intransigente na defesa dos interesses nacionais. Interesses que estão acima de todos os partidos e que são sua razão de ser.

*Publicado: Jornal Hoje (19-11-2004); O Diário Popular do Norte do Paraná (19-11-2004); página PSDB*

## **A primeira geração**

A primeira geração de latino-americanos que vivem sob a democracia, regime que predomina em todo o continente, enfrenta paradoxo de poder escolher seus governantes – e retirá-los, se for o caso, sem violar a ordem constitucional – mas ainda não experimentou melhora em suas condições de vida. O resultado dessa dicotomia está contido no Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), divulgado em abril: a maioria dos latino-americanos – 53% – trocaria a democracia por um regime que lhes proporcionasse melhores condições de vida.

A democracia se consolidou em todo o continente nos últimos 25 anos. Cuba é a única exceção à regra e, postas as coisas como estão, somente deverá adotar esse regime após a morte do líder de 1959, Fidel Castro. Houve, no entanto, várias tentativas para enfraquecer a democracia no continente, a maior parte delas, felizmente, sem sucesso.

O ex-Presidente peruano Alberto Fujimori teve êxito, em 1992, em aplicar um “autogolpe”, dissolvendo o Congresso e tomando para si as rédeas do poder, mas seu fim foi mais trágico do que poderia prever sua ambição: fugiu do país após vir à tona a bilionária

rede de corrupção tecida por ele e seus principais assessores. No ano seguinte, o Presidente Serrano, da Guatemala, tentou imitar o colega peruano, mas não conseguiu fechar o Congresso.

No Brasil ousamos utilizar, em 1992, o instrumento do *impeachment* quando da retirada do poder de Fernando Collor de Melo pelas denúncias de corrupção em seu Governo, mesmo depois de ter sido o primeiro eleito após o regime militar. Neste caso participei ativamente do processo que culminou com a cassação de Collor e pude verificar a solidez das instituições democráticas brasileiras, construídas após o período de exceção.

Já a Venezuela é um caso que merece reflexão. O Presidente Hugo Chávez, que teve o seu mandato confirmado por meio de um plebiscito – que a Oposição acusou ter sido fraudulento, sem, no entanto, obter o aval a esta acusação de nenhuma organização internacional séria – adotou um estilo personalista e messiânico que o aproxima de um caudilho clássico.

Apesar das pressões que exerce sobre o Judiciário, Chávez muitas vezes teve de se curvar à decisão dos juízes, e, em outra frente, também malgrado as investidas do presidente, a imprensa, ou um setor dela, tem sido um contundente contraponto à unanimidade de opiniões pretendidas pelo chefe de Estado. Ou seja, apesar da índole autoritária de Chávez, a Venezuela preserva suas instituições democráticas e estas, por sua vez, dão a necessária garantia de vigência da democracia.

Nos últimos 14 anos, alguns presidentes foram depostos ou renunciaram. As instituições democráticas, contudo, prevaleceram. Jean-Bertrand Aristide, do Haiti, renunciou em fevereiro, e a presidência interina está em poder do Presidente da Suprema Corte de Justiça, Boniface Alexandre. Carlos Mesa, na Bolívia, assumiu o lugar de Gonzalo Sanchez de Lozada, em 2003. Outros casos que marcaram uma transição pacífica de Governo após o titular deixar o cargo ou ser deposto ocorreram na Argentina com Fernando de la Rúa, em 2003, que renunciou, e no Equador, em 1997, com a deposição de Abdala Bucaram.

Políticos e intelectuais de diversos países da América Latina estarão reunidos, entre 3 e 4 de dezembro, em Brasília, para analisar os desafios à democracia no continente. O encontro, promovido pelo PNUD com o apoio da União Européia, ocorre em momento mais

que propício para o Brasil, pois a Câmara dos Deputados começa a analisar esta semana a proposta de reforma política.

Pois a reforma política, que prevê o fortalecimento dos partidos e o vínculo do eleitor com os eleitos e vice-versa, é justamente um dos caminhos apontados pelo PNUD para corrigir os rumos do processo de democratização continental. Ao lado da necessária correção das desigualdades econômicas e sociais, que somente se agravaram após a consolidação da democracia no continente, o PNUD aponta a necessidade de uma democracia cidadã – o regime de respeito aos direitos individuais – para complementar a democracia eleitoral.

A primeira geração de latino-americanos não pode continuar abandonada. É preciso um esforço combinado de governos e instituições do continente para aprimorar esse regime, que tanto esforço e sofrimento exigiu para ser conquistado.

*Publicado: Folha de Londrina (18-12-2004); Jornal de Londrina (24-12-2004); Diário de Maringá (3-12-2004); Diário Tucano (6-12-2004); página PSDB*

## **Prefeitos, pobres prefeitos**

Mais uma vez, os prefeitos tiveram de se submeter à humilhante maratona de percorrer os gabinetes do Congresso em busca da necessária e urgente intermediação junto ao Governo Federal, que teima em fechar os olhos para a condição federalista de nosso País, retendo, como poucas vezes em nossa História recente, os repasses obrigatórios aos estados e municípios.

Mil e quinhentos prefeitos estiveram em Brasília na quinta-feira, 9 de dezembro, para gerenciar a liberação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que, inexplicavelmente – e por determinação sabe-se lá de quem –, passou a sofrer atrasos nos repasses e diminuição nos valores previstos e previstos pela Constituição.

Além disso, os prefeitos pediram aos parlamentares pressa na votação do projeto de emenda constitucional que eleva o índice do

FPM dos atuais 22,5% para 23,5%. O FPM é formado pelo total arrecadado com o Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados. O FPM teve ao longo do ano uma redução de aproximadamente R\$1 bilhão, indo na contramão do crescimento da arrecadação dos impostos que o provêm. O aumento da alíquota, portanto, apenas compensará a perda, pois a nova contabilidade permitirá o repasse de R\$1,2 bilhão.

Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), estima que a redução dos repasses do FPM, agravada com o atraso nesses repasses –, como ocorreu de forma dramática no mês de novembro –, contribuirá para que mais da metade dos prefeitos não consigam fechar as contas antes de entregarem os cargos.

E o que isto significa na prática? Além dos percalços na prestação dos serviços públicos e dos transtornos para fornecedores e servidores municipais, que ficarão sem dinheiro no final do ano, os prefeitos terão de prestar contas à Justiça, uma vez que a Lei de Responsabilidade Fiscal, que entrou em vigor em 2001, não permite que um prefeito deixe dívidas a seu sucessor, a não as de gastos contínuos, como educação, saúde etc. E quem não cumprir esta determinação poderá vir a ser condenado à prisão.

Esta previsão é confirmada pelo Presidente da Associação dos Municípios do Paraná e Prefeito de Barracão, Joarez Lima Henrichs, que é ainda mais categórico: “Mais da metade dos prefeitos paranaenses terá problemas com a Justiça”, prevê. Segundo ele, 80% dos municípios do Paraná têm no FPM sua principal fonte de receita. Diante desse quadro, o prefeito de Iguaraçu e Presidente da Associação dos Municípios do Setentrão Paranaense (AMUSEP) que tem Maringá como cidade-pólo é ainda mais enfático: a situação das prefeituras, diz ele, é “desesperadora”.

O apetite do Governo Federal é expresso na seguinte fórmula cruel: de cada R\$100 arrecadados com impostos, R\$61 ficam com a União, R\$24,50 com o Governo Estadual e R\$14,50 com as prefeituras. E deste cálculo estão de fora as “contribuições”, como a CPMF, por exemplo, uma fórmula engenhosa criada para excluir do banque-te tanto estados como municípios. “A União turbinou as contribuições, deu isenções e diminuiu a nossa base”, resume o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios.

Aumentar a alíquota do FPM e manter seu repasse em dia irá, sem dúvida, contribuir para atenuar a crise dos municípios, mas, como toda doença crônica, ela persistirá, com ciclos de maior ou menor intensidade. O único remédio eficaz contra essa doença é uma reforma tributária que preveja maior participação de estados e municípios no bolo tributário. Em meu projeto de reforma, que está em análise no Congresso, sugiro, entre outras coisas, o aumento dos repasses dos ICMS e ISS – que seriam transformados num único imposto, denominado Seletivo – dos atuais 25% para 30%.

Proponho também que a União renuncie a três tributos – IPVA (Imposto sobre Veículos Automotivos), ITCD (Imposto de Transmissão por *Causa Mortis* e Doação) e ITR (Imposto Territorial Rural). Os dois primeiros são compartilhados na mesma proporção entre estados e municípios; o terceiro, entre a União e os municípios, também em igual proporção.

A adoção dessas propostas representaria um reforço de R\$5 bilhões para os cofres municipais. A doença não seria definitivamente curada, mas seus sintomas teriam, assim, uma diminuição drástica em suas manifestações.

*Publicado: Diário de Maringá (9-12-2004); Diário Tucano (13-12-2004); página PSDB*

## **O Mercosul em seu labirinto**

O MERCOSUL (Mercado Comum do Cone Sul) está completando dez anos de existência no momento em que o bloco comercial enfrenta sua maior crise, que, se levada ao pé da letra, prenuncia sua morte iminente.

A 27ª reunião presidencial do Mercosul, em Ouro Preto – justamente onde nosso mercado comum foi oficializado – encontra o Brasil se debatendo com um dilema angustiante: devemos ou não retaliar a Argentina, nosso principal parceiro no bloco, por causa das salvaguardas que aquele país está ameaçando adotar para proteger sua indústria da concorrência dos produtos brasileiros?

A questão não é meramente circunstancial. É, infelizmente, estrutural, e envolve também os outros membros do bloco, o Uruguai e o Paraguai.

A Argentina justifica a necessidade de impor salvaguardas para permitir a recuperação de suas indústrias, que há 30 anos vinham sofrendo um contínuo processo de sucateamento e têm, no momento, nos produtos brasileiros – melhor acabados e mais baratos – o maior adversário para consolidar sua fase de expansão e modernização.

O Uruguai quer negociar acordos de livre comércio com outros países (leiam-se Estados Unidos da América e União Européia) e, para isso, quer desatar as amarras do Mercosul, que só permite negociações do gênero em conjunto, jamais separadamente.

E o Paraguai mantém sua economia tradicional: sua produção continua basicamente dependente da agricultura, substancialmente reforçada da exportação de produtos “maquiados” provenientes da Ásia, ou mesmo de nosso País, e que inundam, sobretudo, o Brasil por meio do contrabando, cada vez mais limitado pelo rigor que nossas autoridades alfandegárias vêm adotando nos últimos anos. É evidente que esse rigor desagrada tanto o Governo como os empresários daquele país. Os recentes, e cada vez mais usuais bloqueios da Ponte da Amizade pelos comerciantes de Ciudad del Este, são a consumação do descontentamento dos nossos vizinhos.

Em resumo, os três sócios brasileiros no mercado comum estão esperneando e, pela primeira vez no Governo Luiz Inácio Lula da Silva, nossos negociadores estão dispostos a dar um basta no comportamento sempre submisso que adotamos em relação aos litígios comerciais com nossos sócios. Essa postura, no entanto, não é unânime: uma ala do Governo quer endurecer, outra recomenda prudência.

O professor da Universidade de São Paulo e Coordenador-Geral do Grupo de Conjuntura Internacional daquela instituição Gilberto Dupas definiu (*O Estado de S. Paulo*, 12 de dezembro) o Mercosul como “um exercício de retórica”. Outros especialistas o tratam como uma utopia, herdeira tardia do sonho de unificação latino-americana que pautou a trajetória política de Simon Bolívar – e foi um dos fantasmas que atormentaram seus últimos dias, como descreveu o colombiano Garcia Márquez no romance histórico *O general em seu labirinto*.

As duas definições estão corretas. Não podemos, como a economia mais forte do bloco, simplesmente responsabilizar nossos sócios pelo impasse atual, que está conduzindo o Mercosul a um labirinto que, no momento, não permite antever a saída, a não ser sua dissolução, pura e simplesmente, ou sua transformação em um bloco comercial mais flexível em suas regras. Ou seja, um bloco comercial que poderia ser tudo menos continuar sendo o que, na verdade, jamais foi – um mercado comum.

O Mercosul, surgido das boas intenções e do esforço de José Sarney e do argentino Raúl Alfonsín, assistiu à consolidação das democracias no Cone Sul, e contribuiu para isso, mas sempre esteve sob a ameaça das fragilidades estruturais e econômicas endêmicas de seus membros. O Mercosul é uma utopia, uma linda utopia que a realidade, infelizmente, está na iminência de sufocar.

*Publicado: Diário de Maringá (18-12-2004); Diário Tucano (23-12-2004); [www.psd.org.br](http://www.psd.org.br)*